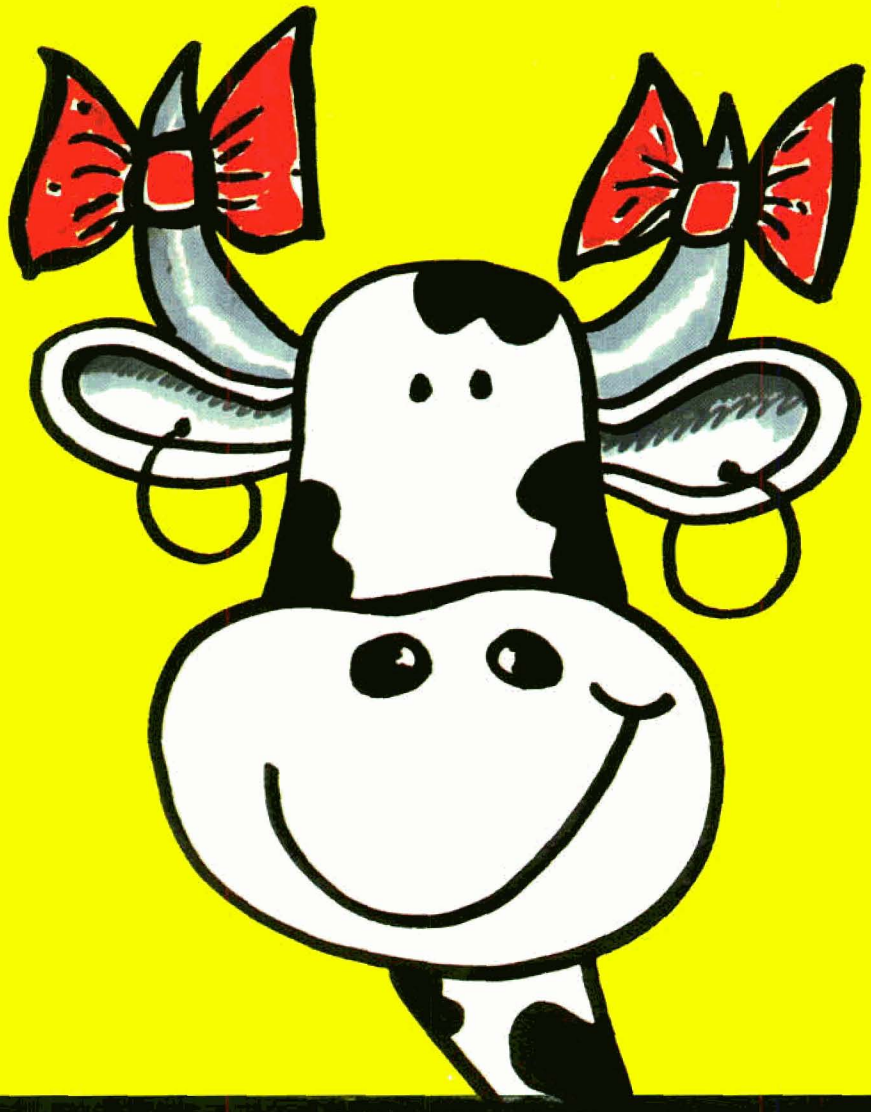
AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS ■ VOL 19 ■ Nº 12 ■ 15 DE DEZEMBRO DE 1999 ■ R$ 6,00

TRIGO NOSSO DE CADA DIA

Dólar realista faz indústria valorizar o trigo nacional

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
IBRE INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

Se l ga no 35



RINO

Sintonize no 35, o número do Canal Rural.

A melhor ligação entre você e o campo está no 35, o seu Canal Rural. Cotações, o melhor serviço de agrimeteorologia do Brasil, tecnologia e técnica rural, culinária, shows, notícias, mercados, músicas, entrevistas, rodeios, eventos e tudo sobre o agribusiness. Não se esqueça. Para se ligar no melhor do campo, não ligue para as outras, ligue no canal 35 do sistema a cabo NET e parabólicas digitais da SKY. Para assinar, ligue 0800-992211 e assista ao Canal Rural em todo o Brasil.

CANAL RURAL

Canal Rural. O campo na sua casa.

São Paulo (0_ _ 11) 3670-9100 • Brasília (0_ _ 61) 323-8844 • Porto Alegre (0_ _ 51) 218-5262 • Curitiba (0_ _41) 342-1008 • Rio de Janeiro (0_ _21) 553-6379

www.zaz.com.br/rural

ABRE aspas:

Roland Guth é o mais novo representante do setor moageiro de trigo brasileiro. Eleito em 22 de novembro passado presidente da Associação Brasileira da Indústria do Trigo (Abitrigo), tomou posse no dia seguinte e pelos três próximos anos estará à frente da entidade que ajudou a idealizar em 1991. Descendente de alemães e de uma tradicional família de moageiros (o avô fundou o moinho que leva o seu sobrenome há 65 anos em União da Vitória/PR), ele pretende utilizar sua larga experiência no setor – iniciada em 1965, quando foi trabalhar com o pai no moinho e ampliada em 1972, ao ser convidado a participar da diretoria do Sindicato Paranaense do Trigo – para começar uma nova fase da cadeia produtiva do trigo no Brasil.

Certo de que o caminho mais adequado para o setor moageiro passa pela diminuição da dependência do trigo importado, Guth já sabe as medidas que a Abitrigo pode tomar nesse sentido. Nos seus planos de incentivo ao plantio está o uso dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do Sebrae para levar ao campo novas tecnologias. Na ponta da importação, alerta para os riscos de o Brasil concordar com a adoção de uma tarifa única para a importação, como exigem os acordos do Mercosul.

Trigo tupiniquim

POR VALTEMIR SOARES JÚNIOR



Guth: trigo nota sete

■ *Desde o século XIX o setor de moagem viveu sob os cuidados do Estado, com leis e portarias regulando a instalação dos moinhos e até a compra de cotas de trigo. Somente em 1991 o setor ficou livre do monopólio da União na compra e venda do produto. O que representou tanto tempo de intervenção estatal para toda a cadeia do trigo no Brasil?*

— Desde o período de Getúlio Vargas até 1990, como era um modelo produtivo usado em várias partes do mundo, a presença do Estado no setor trouxe avanços. Por exemplo, Vargas conseguiu implantar o parque moageiro brasileiro e possibilitou um grande avanço no cultivo do trigo no Brasil – ações que vieram a constituir a base da triticultura nacional. Passamos por períodos em que se buscava mais a quantidade do que a qualidade, a ponto de em 1987 o país produzir mais de 6 milhões de toneladas de trigo. Já o parque moageiro, que chegou a ser altamente ocioso, foi saneado em 1967 com base numa política do Estado de incentivar as fusões e incorporações de moinhos. Mas houve distorções também, como a determinação de cotas para a compra de trigo, que vigoraram de antes de 1967 até 1990. Elas provocaram desequilíbrio, pois moinhos localizados em regiões de pouco consumo produziam em proporções maiores do que os situados em regiões de alto consumo. Até a liberação do mercado em 1990 e dos preços em 1992, foi um modelo que cumpriu o seu papel.

■ *O senhor poderia falar resumidamente dos maiores desafios enfrentados pelas empresas na passagem da tutela do governo ao livre mercado?*

— O grande desafio consistiu em os moinhos mudarem seus processos produtivos e partirem para a diversificação com novos tipos de farinhas. Com a abertura de mercado, o consumidor brasileiro teve acesso a produtos mais elaborados à base de farinha e ficou mais exigente. Agora os moinhos precisam produzir com mais valor agregado e sob medida para esse novo mercado.

■ *Como tem sido a evolução do papel da Abitrigo na defesa dos interesses do setor tritícola brasileiro, considerando-se as recentes mudanças ditadas*

pelo ambiente de competição globalizado e pelas próprias características particulares do segmento?

— Desde que foi fundada em 1991, a Abitrigo atua na defesa dos pontos de consenso das mantenedoras, que são as associações e os sindicatos regionais, perante o governo, países exportadores e organismos internacionais do setor. Uma das linhas de defesa é buscar as mesmas condições e facilidades presentes em outros países, como carga tributária apropriada, acesso a matéria-prima e uma infra-estrutura eficiente de transporte portuário e ferroviário. Na Argentina, por exemplo, esses pontos permitem um custo marginal da farinha muito menor do que no Brasil. Outro ponto em que a associação vem atuando é na eliminação da tarifa de importação única para os países do Mercosul. Se ela vigorar, o trigo que não for produzido pelos quatro países membros será taxado em 13% e poderemos perder a oportunidade de comprar de outros países com melhores preços.

■ *O senhor certamente planeja pautar sua atuação à frente da Abitrigo a partir de um conceito particular de quais sejam as prioridades no setor. Poderia nos adiantar pelo menos uma parte de suas propostas?*

— Uma das prioridades será o aumento da produção de trigo nacional com qualidade, para que os consumidores, o industrial e o doméstico, tenham as melhores farinhas. Hoje nós temos trigo adequado para o pão, o macarrão desenvolvido pela indústria nacional de massas, biscoitos, bolos e para o uso caseiro. Assim, vamos procurar desenvolver programas em conjunto com os produtores, instituições de pesquisa, governos estaduais e órgãos de extensão rural, que levem informações técnicas. Por outro lado, vamos apresentar uma proposta para o uso de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Sebrae para difundir pacotes tecnológicos de produção. Queremos também criar mecanismos de comercialização que permitam liquidez ao produtor de trigo, como o aperfeiçoamento do Programa de Escoamento da Produção (PEP) e linhas de crédito com mais recursos, como EGF, cédula do produtor rural e nota promissória rural, integradas às bolsas de mercadorias.

■ *Em março o BNDES anunciou que estaria selecionando três setores produtivos – celulose/papel, aço e petroquímica – para receber ajuda financeira a fim de promover uma reestruturação e modernização. Em junho, o ex-presidente da Abitrigo, o senhor Antenor Barros Leal, anunciou que a entidade estava preparando um estudo para entregar ao banco apontando a necessidade de reestruturação e modernização também do setor moageiro de trigo. Esse estudo está pronto? O que ele propõe? Qual foi a resposta do BNDES?*

— Esse estudo está sendo feito e pretendemos entregá-lo à diretoria do banco já no início de 2000. Um dos pontos abordados é a necessidade de otimizar a capacidade produtiva brasileira, pois estamos moendo perto de 9 milhões de toneladas/ano com instalações aptas a moer 15 milhões. Os outros pontos eu não gostaria de adiantar, já que são técnicos e estão em fase de análise. De qualquer forma, a reestruturação poderia passar por um programa de fusões a fim de promover o fortalecimento econômico dos moinhos.

■ *A respeito ainda desse anúncio do BNDES, houve uma série de críticas por parte de alguns executivos de moinhos: na opinião deles, esse tipo de ajuda financeira beneficia multinacionais, enquanto o setor de moagem tem um passivo de US$1 bilhão no exterior. O senhor concorda com essa análise?*

— Eu desconheço o valor da dívida dos moinhos, pois é um assunto de cada empresa e não da Abitrigo. Sabemos que eles têm uma dívida lá fora e que estão honrando seus compromissos. Mas a desvalorização cambial foi cruel com o setor moageiro nacional e acho que uma das funções do BNDES é ajudar a reestruturar setores da economia. No caso do setor moageiro, poderia proporcionar uma melhoria de custos na aquisição da matéria-prima, acarretando benefícios gerais aos consumidores de farinha.

■ *O Brasil é o segundo maior importador de trigo do mundo – um mercado de US$3 bilhões/ano, com uma dependência muito forte da Argentina e menor do Canadá e dos EUA. Essa prática não estaria pondo em risco a segurança alimentar do país?*

— Acho que não corremos o risco de segurança alimentar em se tratando de alimentos básicos, mas ficar só na dependência do fornecimento da Argentina é ruim. Deveríamos ter a oportunidade, numa concorrência sadia, de poder optar pelo nosso parceiro comercial e também por outros fornecedores de trigo. Eu tenho certeza de que a Argentina, como já demonstrou, tem capacidade de competir com esses países. A melhor segurança porém seria o Brasil alcançar o mais rápido possível a produção de 40% de todo o trigo de que necessita.

■ *Até que ponto o Mercosul afetou, e de que modo, as várias fases do agronegócio do trigo no Brasil? Há algum risco de a Argentina forçar a venda ao Brasil da farinha já pronta em vez da* commodity *trigo?*

— Podemos citar dois reflexos para os moinhos brasileiros: a importação de farinha, que há quase dois anos chegou a representar 500 mil toneladas, e a pretendida adoção da tarifa comum de importação de 13%. É claro que não podemos esquecer que todo o conjunto de medidas tomadas no âmbito do Mercosul levou à redução da produção de trigo nacional de 6 milhões para um pouco mais de 2 milhões de toneladas atualmente. Quanto à Argentina, vender a farinha pronta é pouco provável, pois o trigo em grão é mais viável economicamente, é resistente à armazenagem, enquanto a farinha é perecível e precisa de transporte especial com custos elevados.

■ *Essa dependência de trigo e*

A DESVALORIZAÇÃO DO REAL EM RELAÇÃO AO DÓLAR NATURALMENTE afeta os custos dos moinhos; mas devido à competitividade existente no setor e o preparo dos moinhos para realizar boas compras de trigo no exterior, não devemos registrar picos de aumentos.

o controle do Estado foram motivo para que se reduzissem os 500 moinhos da década de 60 para pouco mais de 200 na de 90. É um número adequado para o tamanho do Brasil e suficiente para promover a competição de mercado e preços favoráveis ao consumidor?

— É um número expressivo, pois os Estados Unidos, com uma população maior do que a nossa, possuem perto de 300 moinhos, e a Argentina, onde o consumo *per capita* de trigo é superior ao do Brasil, cerca de 120. A competição aqui é muito forte, sendo que os moinhos menores trabalham em nichos de mercado e regionalmente, enquanto os maiores buscam melhores escalas de produção. Além disso, temos moinhos novos no Nordeste, Centro-Oeste e Amazonas que estão encurtando a distância entre produtores e consumidores, com conseqüente redução do preço da farinha.

■ *O trigo representa 80% do preço da farinha. A importação elevada, com uma taxa de câmbio desfavorável, estaria influenciando toda a cadeia de produção de alimentos básicos? Por exemplo, qual foi o reflexo do dólar mais caro no preço final do pão?*

— Naturalmente o câmbio afeta o preço do produto, mas o que se viu, devido à grande competitividade do setor, foram aumentos bastante plausíveis, em escala reduzida. No preço final do pão, o reflexo foi muito pequeno, porque, se o trigo representa 80% do custo da farinha, esta representa entre 20 e 25% do custo do pão. O câmbio não deve provocar grandes picos nos preços da farinha, pois os moinhos hoje são cautelosos e possuem mecanismos avançados de compra de trigo no mercado internacional, o que permite buscar melhores preços.

■ *A saída mais óbvia para o setor parece ser o aumento da produção de trigo nacional, mas o que vimos na safra 1998/99 foi um crescimento de 3,4% nas importações, com 6,7 milhões de toneladas, e uma redução de 20% da área plantada internamente. Quais são os motivos para isso?*

— A importação decorre da falta do trigo nacional, que deixa de ser produzido porque o produtor não encontra preço para seu produto nem rentabilidade na lavoura, além de enfrentar a falta de mecanismos de proteção diante das oscilações do mercado internacional. Notamos que o produtor vem trocando o trigo pelo milho safrinha, que traz melhores resultados financeiros mas a longo prazo pode trazer prejuízos pela falta de rotação de cultura. É preciso lembrar que o trigo é a única cultura de inverno economicamente viável nas regiões produtoras.

■ *O produtor de trigo no Brasil reclama que o custo de produção é muito maior do que o preço mínimo fixado pelo governo; na safra passada foram respectivamente de R$210,00 e R$185,00 a tonelada. O que fazer para que o trigo deixe de ser somente uma lavoura para renovar o solo?*

— O próprio ministro Pratini de Moraes já disse que o Brasil precisa buscar fora da Organização Mundial do Comércio mecanismos que protejam seus produtos. Para o trigo nacional me agrada muito a idéia de criar salvaguardas, que entrariam em ação para cobrir os custos do produtor. Junto com esse mecanismo precisamos diminuir rapidamente o custo Brasil, pois um frasco de defensivo aqui custa o dobro do que em outros países. Está na hora de desarmar esse conjunto de fatores que encarece a nossa produção.

■ *Qual a perspectiva da Abitrigo para a colheita e para o abastecimento do trigo na temporada 1999/00? O senhor concorda com a previsão da Conab de que o consumo interno cairá 2% em relação aos 9,2 milhões de toneladas na safra 1998/99 e haverá um crescimento de 8,7% na produção?*

— Não concordo com a avaliação de queda no consumo e, para minha surpresa, 1999 deve terminar com crescimento e chegar a 9 milhões de toneladas de trigo para moagem, sem contar a parcela destinada a sementes e estoque de passagem. O que para mim é uma ótima notícia, pois significa que o brasileiro está consumindo mais produtos acabados. Estávamos estagnados na casa dos 8,5 milhões de toneladas há três anos. Quanto ao crescimento da área plantada, esperamos que aconteça e vamos nos empenhar nesse sentido.

■ *Os moinhos nacionais ainda acham que o trigo produzido no Brasil é de qualidade inferior ao importado?*

— Sabemos que o trigo nacional pode ser melhorado. Ele atende a três necessidades de consumo: pães, massas/biscoitos e uso doméstico. Mas ainda não temos uma qualidade constante como nos países produtores tradicionais, e a uniformidade varia de safra para safra. Podemos dizer que é um trigo nota sete.

■ *O país mudou muito nos últimos cinco anos, com os consumidores sofisticando seu padrão de consumo de alimentos e dando preferência aos produtos de maior valor embutido. O senhor diria que a indústria brasileira de massas, biscoitos e pães tem conseguido acompanhar essa evolução?*

— Sim, ela acompanhou. Temos hoje ótimos biscoitos, os pães melhoraram e a variedade de farinhas especiais é muito grande. A indústria de massas conseguiu desenvolver uma ótima receita usando inclusive trigo nacional. Acho que a abertura de mercado foi benéfica ao consumidor.

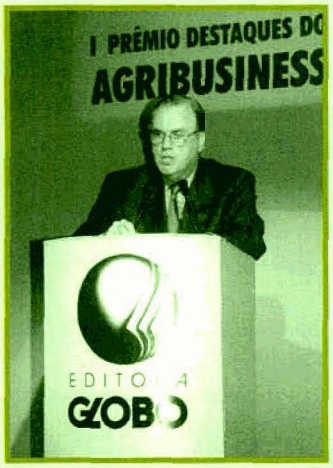
■ *Existe hoje em dia algum tipo de parceria entre a Abitrigo e a Associação Brasileira da Indústria de Massas Alimentícias – Abima –, visando alavancar os negócios de produção e venda de produtos derivados do trigo no mercado interno?*

— Sim. A Abima vem fazendo campanhas para aumentar o consumo de macarrão no Brasil e nós comungamos com a mesma idéia. E essa vai ser uma outra bandeira nossa dentro da Abitrigo: estimular o consumo de derivados de trigo, pois a média nacional é de 50kg por pessoa/ano, contra a média de 100kg na Argentina. Temos um campo enorme para atingir esse nível e será preciso trabalhar em parceria com as entidades envolvidas na cadeia do trigo.

■ *Qual é o futuro da cadeia produtiva do trigo no Brasil? As perspectivas para os próximos anos são mais positivas do que negativas?*

— As perspectivas são muito positivas, principalmente pelo fato de o consumo interno ainda ser baixo. O potencial de crescimento do nosso mercado é muito grande – um crescimento necessário, eu diria, já que o trigo é uma fonte de proteínas e uma alternativa para compor uma dieta saudável para a população.

AGRO drops



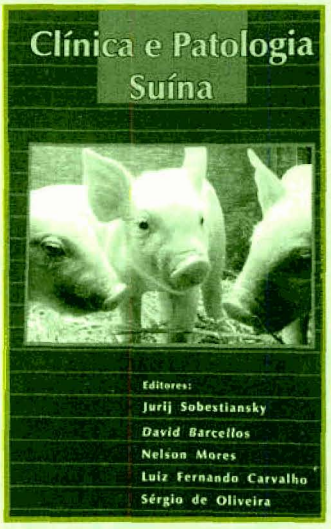
Destaques ganham prêmio em São Paulo

Em 8 de novembro último, a revista *Globo Rural* realizou em São Paulo a cerimônia de entrega do I Prêmio Destaques do Agribusiness. O evento é fruto de uma parceria da revista com AGROANALYSIS, pelo segundo ano consecutivo, para seleção das 100 Maiores Empresas do Agribusiness.

Foram oito as premiadas: Souza Cruz e Companhia Brasileira de Alimentos, pela rentabilidade; Sadia e Itacolomi, pelo lucro líquido; Makro Atacadista e Chocolates Garoto, pelo crescimento do lucro líquido, e SLC-John Deere e M. Dias Branco, pelo crescimento da receita operacional.

Estiveram presentes à cerimônia de premiação o ministro da Agricultura Marcus Vinícius Pratini de Moraes (foto); o presidente da Abag, Roberto Rodrigues; Luiz Suplicy Hafers, presidente da Sociedade Rural Brasileira; Jorge Luiz Logemann, da SLC John Deere; Sergio Giorgetti, presidente da Makro Atacadista; João Carlos Meirelles, secretário de Agricultura de São Paulo.

A Fundação Getulio Vargas esteve representada por Regis Alimandro e Carlos Henrique Tibiriçá, respectivamente editor e gerente comercial da AGROANALYSIS, Roberto Fendt, redator-chefe da revista *Conjuntura Econômica*, da FGV, e Ignez Vidigal Lopes, chefe do Centro de Estudos Agrícolas do IBRE/ FGV.



Publicação detalha doenças dos suínos

A Força Suinícola Pfizer patrocinou a elaboração do livro *Clínica e patologia suína*, escrito por especialistas em sanidade de suínos. A publicação, já disponível no mercado, tem 464 páginas, é fartamente ilustrada e relaciona mais de duas centenas de doenças, deficiências e comportamentos anormais dos suínos, apresentando um detalhado levantamento de todos esses males. Além das discussões específicas sobre as enfermidades, carências e comportamento, *Clínica e patologia suína* tem um apêndice ilustrado sobre a anatomia topográfica do suíno.

Pedidos podem ser feitos pelo e-mail soby@zaz.com.br ou à Escola de Veterinária da UFG, na Av. Belo Horizonte, 470 - Setor Jaó Goiânia (GO), CEP 74673-020.

Engenheiro agrônomo tem centro de estudos

Os profissionais que trabalham no mercado de consultoria agrícola enfrentam diariamente as transformações tecnológicas no campo, revolucionando completamente o setor. Nesse ambiente de constantes mudanças, o profissional atual é aquele que não simplesmente acompanha essas transformações, mas principalmente se antecipa a elas. Para contribuir para a superação de tantos desafios, a Monsanto do Brasil está criando o Pró-Consult, um centro de estudos e aperfeiçoamento voltado para o conhecimento. "Iremos formar um grupo que estará habilitando engenheiros agrônomos a sempre fornecer as melhores soluções para o aumento de produtividade e lucratividade do seu cliente, ou seja, o produtor rural", garante Marcos Botelho, gerente de Marketing da Monsanto.

Entre outras coisas, o Pró-Consult irá transformar engenheiros agrônomos em consultores especializados na busca de eficiência da propriedade rural. "Dessa forma desenvolveremos um relacionamento que ultrapassará os aspectos comerciais, estabelecendo uma relação de confiança entre o consultor, seus clientes e todas as outras áreas do mercado envolvidas", diz Botelho.

Os principais benefícios oferecidos aos associados do Pró-Consult são a participação em treinamentos voltados para a realidade das empresas de consultoria agrícola como o 1º Agrimarketing, que neste ano treinou mais de 300 associados na utilização de modernas ferramentas de marketing, aliadas à utilização da informática nas empresas de consultoria agrícola. Outro benefício oferecido será um jornal quadrimestral que abordará temas do interesse das consultorias agrícolas.

Para atingir objetivos, o primeiro passo a ser dado por um consultor agrícola é ganhar a confiança do seu cliente, tornando-se seu parceiro. "O Pró-Consult está sendo criado justamente com esse ideal, na busca da superação de todos esses desafios", aponta Botelho. A Monsanto também estará disponibilizando a sua Universidade Corporativa (Universidade Monsanto) para desenvolver e coordenar o processo de aprimoramento e desenvolvimento profissional dos associados.

Trigo faz exposição no Rio Grande do Sul

De 21 a 24 de março, o setor tritícola gaúcho realizará a sua Expodireto Cotrijal, em Não Me Toque, RS. Os organizadores esperam receber um público superior a 12 mil pessoas. Mais de 50 empresas das áreas de sementes, fertilizantes, defensivos, produtos veterinários, máquinas e equipamentos, além de outros setores, estarão presentes. Segundo Nei Mânica, um dos organizadores, o objetivo é fazer da exposição a feira estática e dinâmica do interior do Rio Grande do Sul.

Para Gilberto Borges, editor da revista *Plantio Direto*, parceira no planejamento do evento, a realização de uma feira com base em uma região que utiliza o plantio direto em praticamente 100% das lavouras, criará um espaço definitivo para mostrar a vitalidade tecnológica, industrial e de serviço de todos os segmentos do agronegócio do Planalto Gaúcho.



Máquinas causam menor compactação do solo

A Case está comercializando sua linha de tratores articulados em três modelos: Steiger 9350, Steiger 9370 e Quad Trac 9370. As máquinas têm eixo dianteiro direcional na versão 9350 e tração 4 x 4 com motor CDC Cummins.

A linha Quad Trac tem um sistema de distribuição de peso nas suas quatro esteiras que causa menor compactação do solo. As máquinas vêm com transmissão de 12 velocidades à frente e três à ré e são equipadas com cabine com circuitos remotos, monitor de *performance* digital e radar de velocidade de deslocamento real, além de ar-condicionado, banco com controle de altura e ajuste de peso e sistema de pré-limpeza do filtro de ar.

Outras características da linha de tratores da Case são: engate de três pontos, com sensores de carga, barra de tração telescópica com tomada de força e sistema hidráulico com controle remoto de quatro válvulas com centro fechado.

Empresas desenvolvem tecnologias para a palma

O Grupo Agropalma firmou contrato de cooperação com a Embrapa para desenvolver novas tecnologias para a cultura da palma no Brasil. O grupo é hoje o maior produtor de óleo de palma do país, com uma área total de mais de 50 mil hectares, localizada no estado do Pará.

As pesquisas receberão investimentos da ordem de US$400 mil. A Agropalma entrará com toda a infra-estrutura do campo e com seus técnicos e agrônomos, enquanto a Embrapa, além da orientação nas pesquisas técnico-científicas, normatizará a tecnologia que futuramente estará disponível para todos os interessados.

Os planos de implementação serão formalizados através de programas de cooperação técnica e financeira. Inicialmente os trabalhos estão divididos em quatro etapas.

As duas primeiras baseiam-se em pesquisas de material genético e novas tecnologias de manejo do palmar. As outras duas desenvolverão os estudos dos aspectos fitossanitários e adubação orgânica.

Em 99, a Agropalma investiu US$500 mil na compra de sementes. Ao todo foram mais de um milhão de unidades, sendo 300 mil provenientes da própria Embrapa e outras 800 mil sementes enviadas para importação. As diversas procedências ajudam a maximizar o aproveitamento do fruto, graças às características genéticas diferenciadas de cada origem.

O diretor da Agropalma, Harald Brunckhorst, acredita que o resultado do trabalho com a Embrapa trará benefícios diretos para o desenvolvimento sustentado da Amazônia.

"O principal objetivo é criar uma tecnologia genuinamente brasileira, que se adapte perfeitamente às condições edafoclimáticas dos trópicos úmidos do Brasil", conclui.

Fungicida protege culturas de uva e maçã



As principais doenças fúngicas, que afetam as culturas de uva e maçã, podem ser combatidas pelo Derosal 500 SC. Trata-se de um fungicida sistêmico, lançado pela AgrEvo em todo o país, que tem eficácia comprovada tanto em ações preventivas quanto curativas.

Por ter ação sistêmica, o Derosal 500 SC é absorvido pelas raízes, plântulas e folhas das plantas. Com isso, o combate às doenças torna-se muito mais eficaz. O produto também apresenta uma formulação em suspensão concentrada, o que facilita a preparação da calda e o seu manuseio no campo. Além disso, tem alta fitocompatibilidade, podendo ser aplicado em qualquer estágio de desenvolvimento de culturas.

O produto é comercializado em caixas com 12 frascos de 1 litro e bombonas de 5 litros. Conforme as instruções de uso recomendadas pela AgrEvo, deve ser aplicado em ambas as culturas (maçã e uva) no início da infecção e reaplicado em intervalos de quinze dias, rotacionando com fungicidas de diferentes modos de ação.

Produto tradicional ganha versão creme

O tradicional Calminex acaba de ganhar nova fórmula, ideal para contusões e massageamento dos animais. A Schering-Plough Veterinária está lançando no mercado o Calminex Creme, que se espalha mais facilmente sobre o corpo dos animais, mesmo em locais com excesso de pêlos.

O produto tem ação analgésica, anti-reumática e adstringente. É indicado nas contusões, distensões e luxações de animais domésticos, pois seus componentes, na apresentação creme, penetram rapidamente na pele dos animais, facilitando sua absorção e propiciando rápida ação tópica.

O novo produto é particularmente indicado para o massageamento de eqüíros, para a prática de atividades esportivas ou de trabalho.

Mas também pode ser utilizado em toda espécie de animais bovinos, ovinos, caprinos, suínos, caninos e felinos.



NESTA edição

10 Matéria de capa: Trigo

Mão na massa

O trigo brasileiro depende de ações realistas – que felizmente já começam a aparecer – para garantir um futuro mais promissor

Luiz Antonio Pinazza e Regis Alimandro

Boas perspectivas 15

O trigo, considerado o patinho feio da agricultura brasileira dos anos 90, começa a mostrar plumagem de cisne

André Pessôa

Produtividade em alta 16

No Canadá, cai a área plantada devido aos baixos preços e à falta de subsídios, mas crescem a produtividade e as exportações

Luiz Antonio Pinazza e Regis Alimandro

24 Extra!

Mandioca: Preço maduro

O conhecimento do processo de formação de preços nas cadeias produtivas pode reduzir riscos e incertezas

Carlos Estevão Leite Cardoso, Euzelina dos Santos Borges Inácio, Ruth Mary da Rocha Lima

Hortícolas: Crescimento exponencial . 26

O setor cresce a taxas elevadas no Brasil mas tem fraca presença no comércio internacional

José Honório Accarini, Marcos Aurélio Mazocato, Otávio Gondim Pereira da Costa, Rita de Fátima Alves Luengo

Varejo: Perfeição na prateleira 34

A aplicação do sistema ECR significa uma economia de 10% – o equivalente a US$30 bilhões/ano – para o setor de supermercados

Irene Raguenet Troccoli

Cítricos: Motivos de otimismo 36

A produtividade aumentou, a tecnologia ajuda, o clima está melhor e os custos puderam ser afinal rebaixados

Evaristo Marzabal Neves

Leite: Questão de competitividade 39

A economia globalizada provoca deslocamentos de produção e as questões de competitividade estão tomando extrema importância

Eduardo Belisário Finamore

42 Conjuntura

Dívida agrícola: A voz do campo

As lideranças rurais mostram coesão em suas reivindicações. Estima-se que até 80% dos produtores serão beneficiados pela MP 1.918

Luiz Antonio Pinazza

Milho: Mercado volátil 43

O aumento de liquidez dos contratos futuros tem relação direta com a forte variação dos preços no mercado físico a partir de setembro

Rogério Ferreira de Souza

DA redação

Trigo do contraste

O mínimo que se pode dizer do Brasil, quando se analisam seus mercados tritícola e de massas alimentícias, é que se trata de um país de contrastes. Como se não bastasse o fato de as condições de clima e solo freqüentemente terem-se revelado pouco adequadas à constituição de uma lavoura de trigo competitiva, o fim intempestivo dos subsídios governamentais deixou o segmento desguarnecido, expondo subitamente suas fraquezas. Além do mais, a consolidação do milho safrinha como lavoura de inverno tem reforçado o desinteresse de agricultores pelo trigo, na medida em que o milho passou a ser visto como opção mais adequada às necessidades de arraçoamento animal.

Não estranha portanto que, do consumo brasileiro anual de 9 milhões de toneladas de trigo, mais de 70% sejam importados, o que faz desse grão o principal item da pauta de importações agrícolas do país.

Essa elevada dependência de compras externas obviamente complica a situação das empresas transformadoras, não só por conta da oscilação dos preços internacionais como de tantas outras contingências inerentes à dependência do abastecimento estrangeiro. Sem falar das particularidades da lavoura tritícola brasileira, tais como não contemplar a produção em escala comercial do chamado trigo duro, que dá origem às massas alimentícias conhecidas como *grano duro*, que vêm crescendo

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
IBRE INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Rio de Janeiro – RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591, CEP 22257-970. Tel.: (021) 559-6000.

Presidente Fundador: Luiz Simões Lopes

Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres

Diretor Geral: José Affonso Fausto Barbosa

Conselho Diretor

Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres

Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Carlos Ivan Simonsen Leal e Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque.

Demais Vogais: Celina Vargas do Amaral Peixoto, José Luiz Miranda, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto de Oliveira Campos e Roberto Paulo Cezar de Andrade.

Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Antonio Carlos Braga Lemgruber, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Daniel Dantas, Geraldo José Carbone, José Julio de Almeida Senna, Lindolpho de Carvalho Dias, Maria Silvia Bastos Marques e Oswaldo Antunes Maciel.

Conselho Curador – Presidente: Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio

Vice-Presidente: Armando Klabin

Demais Vogais: Antonio Monteiro de Castro (Souza Cruz SA), Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Banco Bradesco SA, Banco CCF Brasil SA, Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil, Ivan Ferreira Garcia (S/A White Martins), Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau SA), Mauro Salles (Salles, DMB&B Publicidade SA), Paulo Rabello de Castro, Sergio Franklin Quintela, Sergio Ribeiro da Costa Werlang, Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro e Theodoro Arthou.

Suplentes: Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen SA), Guilherme Augusto Frering (Caemi Mineração e Metalurgia SA), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga SA), Jorge Paulo Lemann (Banco de Investimento Garantia SA), Rui Manuel de Medeiros d'Espiney Patrício (Banco Boavista Interatlântico SA), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Luiz Roberto do Nascimento e Silva, Marcio João de Andrade Fortes, Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes, Cia. de Seguros), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (BBM SA), Roberto Duailibi (DPZ Propaganda SA) e Fernando Roberto Moreira Salles (União de Bancos Brasileiros SA).

Conselho Consultivo – Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Cesar Cunha Campos, Eliezer Batista, Gilberto Duarte Prado, Roberto Borges Martins (Estado de Minas Gerais) e Roberto Gusmão.

Instituto Brasileiro de Economia – Diretor: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves

Vice-diretor de Relações Institucionais – Istvan Karoly Kasznar

na preferência do público.

A despeito desses entraves, o Brasil consegue a proeza de ser o terceiro maior produtor mundial de macarrão. O faturamento de seu setor de massas alimentícias alcançou a cifra respeitável de R$1,3 milhão em 1998, tendo apresentado crescimento acumulado de 75% desde 1994. Apenas o segmento de macarrão instantâneo vem evoluindo entre 20% e 25% ao ano desde meados da década, estimando-se que tenha avançado outros 15% ao longo de 1999.

No caso dos biscoitos, o panorama é ainda mais marcante.

O país se posiciona no segundo lugar como consumidor mundial de biscoitos: 7kg/ano *per capita*, apenas 29% abaixo dos norte-americanos. A *performance* desse segmento agroindustrial avançou 80% entre 1993 e 1998 e as vendas atingiram 1 milhão de toneladas nesse último ano – um faturamento de quase R$3 bilhões.

Não é de estranhar portanto que poderosas empresas multinacionais do segmento invistam corriqueiramente milhões de reais ao longo de todas as fases da transformação industrial: são grandes esforços de pesquisa e de desenvolvimento visando elaborar versões criativas de produtos direcionados a nichos de consumidores e campanhas de promoção para cativar potenciais compradores com as mais variadas ações nos pontos-de-venda.

É louvável tanto vigor agroindustrial, considerando que em seu dia-a-dia o setor tem que enfrentar as vicissitudes provocadas pela aquisição externa de matéria-prima.

Fica a pergunta: esse vigoroso setor não mereceria o esforço de uma política agrícola mais consistente que pelo menos amenizasse as deficiências da lavoura tritícola brasileira?

Centro de Estudos Agrícolas – Ignez Vidigal Lopes

Centro de Estatísticas e Análises Econômicas – Salomão L. Quadros da Silva

Centro de Estudos Empresariais e Financeiros – Ricardo Simonsen

Centro de Estudos de Preços – Paulo Sidney de Melo Cota

Coordenadoria de Projetos – Fernando de Albuquerque

Revista Conjuntura Econômica – Roberto Fendt Jr.

Gerência Administrativa – Fernando de Albuquerque

AGROANALYSIS

Revista mensal de agronegócios da Fundação Getulio Vargas, editada pelo Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia.

Fundador – Julian M. Chacel

Chefe do CEA/IBRE – Ignez Vidigal Lopes

Redação – Redator-chefe: Regis Alimandro

Redatores setoriais: Daniela de Paula Rocha (algodão), Guilherme Soria Bastos Filho, Irene Raguenet Troccoli (fumo, milho, avicultura, suinocultura, laranja), Luiz Antonio Pinazza (pecuária de corte e de leite e política agrícola), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras, legislação e índice FGV-Abag), Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Regis Alimandro (café), Rogério F. de Souza (indicador do preço do milho) e Stivilane Dornelas (cooperativas).

Redatores: César Garcia e Adelaide Oliveira.

Arte: Osvaldo Moreira (editor), Ana Elisa Galvão (diagramadora) e Juliana Prado (estagiária).

Revisor: Capi.

Colaboradores: Adib Jamil Amin (estatísticas de preços), Ana Célia Junqueira Campos, Edmilson Pereira Conceição, Gregory Honczar, Mário Augusto Rodrigues Martins, Viviane Seda (apoio técnico), Joaquim André Villanova (açúcar e álcool), Antonio Danieleto Filho (digitação).

Contatos com a redação pelos telefones (21) 559-5621/5622/5623/5624 e fax (21) 559-5616 e 551-4049 ou pelos e-mails regis@fgv.br e cgarcia@fgv.br

Suporte técnico: Bruno da Silva Júnior.

Estagiários: Leonardo Miceli, Raquel da Silva Guedes e Rômulo Garcia.

Secretaria e apoio administrativo: Eliane dos Santos Botelho, Bianca Leal de Castro e Antonio Getúlio de Oliveira.

Publicidade – Gerente comercial: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda; tel.: (21) 559-5623; fax: (21) 559-5616 e 551-4049; e-mail: caique@fgv.br

Representantes comerciais: Rio – Milla de Souza: telefax: (21) 524-0366, 533-3121 e e-mail: triunvirato@openlink.com.br; **Brasília** – Belmira Neves: tel.: (61) 225-0275; **São Paulo** – Nilson Trivelli: tel.: (11) 3061-9754, fax: (11) 3063-2126 e e-mail: mixmidia @ uol.com.br; **Rio Grande do Sul** – Araré Vargas: tel.: (51) 343-8423; fax: (51) 337-4262.

Circulação – Editora FGV: Elsa Maria Saboia Stephan: (11) 559-5543/5544 e fax 559-5541.

Serviço de Vendas: Editora FGV: Praia de Botafogo, 190, sala 607, CEP 22253-900 ou caixa postal 62.591, CEP 22252-970, Rio de Janeiro, RJ, tel.: (0800) 21-7777.

Livrarias: Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 188 - tel.: (21) 559-5535 e fax: 559-5537; São Paulo: Av. Nove de Julho, 2.029 - tel.: (11) 281-7875.

NESTA edição

Estatísticas 44

Lavouras: Vendas fazem preço subir

Os preços dos produtos animais reagiram estimulados pelo aumento das vendas de carne bovina ao mercado externo

Batata: Preços reduzem plantio 45

O declínio dos preços do tubérculo provocou uma redução na área de plantio prevista para a próxima safra

Feijão: Alta pode se manter 46

Depois de prolongada queda, os preços se recuperaram e tudo indica que a alta pode se manter nos próximos meses

Soja: Cotações se recuperam 47

A alta do início do ano não se sustentou, mas a partir de agosto as cotações externas se recuperaram e fizeram subir os preços internos

Maria José Cyhlar Monteiro

Oferta & Demanda 48

Demanda em alta

A situação de mercado de quatro produtos fundamentais do agribusiness brasileiro tem em comum o aumento do consumo

Irene Raguenet Troccoli

Índice FGV-Iabag 49

...E os preços sobem

Chuvas excessivas dificultaram o plantio da próxima safra e fizeram subir os preços

Maria José Cyhlar Monteiro

Tendências 50

Mercado externo: Açúcar

A previsão de consumo é de 128,7 milhões de toneladas e a de produção, de 136,5 milhões. Apesar de aumento na demanda, há excedente de oferta, persistindo a condição baixista no mercado futuro

Mercado interno: Frango 52

À pressão sobre os custos de produção, gerada pela escassez do milho, junta-se a aproximação do período de alta sazonal da demanda, gerada pela maior demanda nas festas de fim de ano

Diário de bordo 54

Bela idéia

Entidade canadense de apoio a países em desenvolvimento apresentou uma proposta da maior importância para o cooperativismo brasileiro: a do reflorestamento de áreas não agricultáveis dos associados a cooperativas agrícolas e seu aproveitamento industrial

Roberto Rodrigues

VISITE NOSSA HOME PAGE: **http://www.fgv.br**

Permitida a reprodução total ou parcial de nossos índices e matérias desde que citada a fonte. As cartas dos leitores devem ser remetidas para AGROANALYSIS – Praia de Botafogo, 190, sala 804, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22253-900, fax (21) 55[illegible]-4049, ou para os e-mails regis@fgv.br, cgarcia@fgv.br ou ainda o fax (021) 559-5616.

PARA ASSINAR, LIGUE GRÁTIS: **0800-21- 7777**

Mão na massa

O trigo brasileiro depende de ações realistas – que felizmente já começam a aparecer – para garantir um futuro mais promissor

LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

E-mail: pinazza@agroceres.com.br e regis@fgv.br

As cadeias agroindustriais do Brasil sofreram brutal impacto com a política do governo para integrá-las aos fluxos do comércio internacional no prelúdio da década de 90. A eliminação do leque de barreiras que protegiam a importação de produtos e a extinção da regulação estatal romperam o *modus operandi* vigente e arraigado durante décadas nas instituições. Abriu-se espaço à força para a formação e a articulação de um outro modelo no setor.

Brasil e Mercosul

De acordo com Paul Valéry, "a história é a ciência do que nunca acontece duas vezes". No agribusiness nacional, o trigo é um caso clássico de ruptura radical, tanto no que diz respeito à aceleração de seu processo como em sua amplitude. Fato similar e concorrente talvez só se encontre nas atividades ligadas a produção, comercialização e consumo de leite e derivados.

A reestruturação no complexo agroindustrial da triticultura abarca também outro aspecto singular: a formação do bloco regional do Mercosul, cujos países membros têm acordo de isenção de 13% da Tarifa de Exportação Comum (TEC) para importações extras, nas quais se integra o trigo.

A Argentina é a grande beneficiária dessa composição: exporta 30% da sua produção para o mercado brasileiro e responde por 70% do trigo produzido na América do Sul.

Os argentinos gozam de vantagens substanciais. A primeira é a disponibilidade de solos com características edafoclimáticas apropriadas ao cultivo de um cereal forte em glúten, matéria-prima ideal para a panificação. A segunda, o acesso a linhas internacionais de crédito, que lhes permitem montar estratégias financeiras de menores juros e prazos mais longos na comercialização da produção.

Fundo do poço

No Brasil, longe de um acordo entre os agentes, prossegue acelerado o processo de mudança das estruturas e da organização do complexo agroindustrial de trigo. Sem custo competitivo na produção do cereal, o mercado brasileiro vive em crescente dependência de compras externas.

O fundo do poço foi alcançado em 1994, quando a área plantada correspondeu a um terço, e a colheita, a um quarto do recorde registrado na safra doméstica de 1987 – resultado do encolhimento a que o setor foi submetido na primeira metade dos anos 90.

O Brasil é hoje o segundo maior importador mundial de

Brasil: participação dos moinhos de trigo

Em porcentagem

Empresa	*1994*	*1998*
Grupo Santista	24,10%	23,00%
Grupo J. Macedo	13,30%	12,00%
Grupo Predileto – Pena Branca	8,50%	9,00%
Grupo Anaconda	5,20%	7,00%
Moinho Pacífico	–	5,00%
Grupo Motrisla – Indígena	–	4,00%
Grupo Vera Cruz	–	4,00%
Moinho Dias Branco	–	3,00%
Grupo Ocrim	–	2,00%
Grupo Buaiz	–	2,00%
Moinho do Nordeste	–	1,00%
Moinho Paulista	–	1,00%
Outros	48,90%	27,00%

Fonte: Abitrigo.

Brasil: participação dos segmentos do mercado de massas alimentícias

Em porcentagem

Ano	*Sêmola*	*Com ovos*	*Comum*	*Caseira*	*Outros (a granel)*	*Trigo Durum*
1994	41,40%	29,90%	20,80%	4,20%	2,70%	1,00%
1995	41,70%	30,70%	19,70%	4,60%	1,50%	1,80%
1996	41,70%	33,40%	16,50%	4,40%	1,70%	2,30%
1997	43,70%	33,80%	13,10%	4,70%	1,00%	3,70%
1998	43,60%	32,90%	14,20%	4,30%	1,00%	4,00%

Fonte: Associação Brasileira da Indústria de Massas Alimentícias.

trigo, com uma conta de R$1 bilhão por ano. À sua frente, apenas o Egito, que adquire no exterior uma quantidade anual correspondente a 8 milhões de toneladas para consumo interno.

Isso pode mudar. As tendências atuais são bem menos radicais. Na esfera federal, cogita-se de uma produção que cubra a metade da demanda nacional, principalmente nas regiões próximas à produção. Prevalece o bom senso.

Em cada região, uma variedade

Em meados dos anos 90, qualquer idéia de auto-suficiência do produto era tida como extemporânea. Predominava o cenário preconizado pelas idéias de competição e globalização, cujos princípios estavam

O país busca a competitividade

O governo criou em 1996 o conhecido PEP – Prêmio de Escoamento da Produção. Era um conjunto de mecanismos pelo qual o Estado adquire e estoca a produção, posteriormente arrematada pelas empresas em leilões de prêmio. Na prática é um subsídio concedido em duas pontas: na do produtor, onde é bancada a diferença entre o preço de mercado e o preço mínimo de garantia; na do consumo, com pagamento do transporte do trigo da zona produtora até o moinho.

Do ponto de vista estratégico, o PEP foi muito bem concebido. As críticas recebidas foram muito mais de natureza operacional. A principal delas visava ao valor fixado para o prêmio (bônus), que não remunerava o custo real da distância a ser percorrida no transporte. Mas o PEP foi se aprimorando com o tempo.

A baixa procura e o pequeno interesse pelo PEP na fase inicial devem ser interpretados como um fato normal e até previsível. Tratava-se de uma inovação que precisava de tempo para quebrar a sua falta de tradição entre os agentes de mercado. Contudo, à medida que foram se introduzindo produtos de qualidade média e inferior, incluindo as mercadorias compradas pela equivalência-produto, flexibilizando algumas exigências de documentação e adequando os valores dos bônus, entre outros aperfeiçoamentos, o sistema foi ganhando credibilidade.

Espaço para movimento

Em 1999, o quadro para o setor se renovou. De um lado, a desvalorização cambial tornou o produto nacional competitivo. De outro, a oferta de recursos via Empréstimos do Governo Federal (EGF) e Nota Promissória Rural (NPR) satisfazem plenamente a demanda. Isso torna o escoamento da colheita mais veloz.

Em termos de tamanho da área plantada e da produção, nada de excepcional chama atenção. A safra obedece à tendência de estabilidade inercial da segunda metade da década de 90. Sem estímulos que abram possibilidades de sucesso para investimentos em produtividade e qualidade, os produtores optam por alternativas mais rentáveis.

De qualquer forma, apesar de muito cedo para lançar uma hipótese de reversão do quadro de queda e enfraquecimento da atividade produtiva da triticultura nacional, o momento desperta curiosidade. Mesmo com as cotações internacionais enfraquecidas, os moinhos disputam a compra da produção nacional com preços de R$220 a R$240 a tonelada, valores atrativos e bem acima do preço fixado pelo governo.

Mantido o ritmo, toda a safra estará virtualmente comercializada já na entrada do ano 2000. Sobram as importações da Argentina, Estados Unidos e Canadá para atender a 70% do consumo nacional. Um fenômeno temporário, de ocorrência rara, impulsiona essa movimentação: o preço do milho estar mais alto que o do trigo, resultando em aumento do consumo do último na ração animal em substituição ao primeiro.

Os estoques do mundo

De olho na próxima safra, a maior preocupação do governo consiste em agilizar a liberação de recursos para formar estoques de sementes de trigo. De um total solicitado de R$50 milhões pelo Ministério da Agricultura, o Banco do Brasil anuncia que 60% desse valor já está disponibilizado.

Brasil: evolução do PEP para o trigo

Ano	*Preço mínimo* em R$/t	*Desembolso* em R$ milhões
1996	157	33,5
1997	130	13
1998	130	20
1999	160	0

Fonte: Conab.

Pelo menos a curto prazo, qualquer hipótese negativa fica descartada. O abastecimento interno via produtos estrangeiros tende a ser normal. A oferta mundial está bem acima da demanda. Para o ano 2000, o preço médio das importações brasileiras de grãos ficará cerca de 15% menor. Em 1999, o valor registrado FOB foi de US$125 a tonelada.

De fato, os depósitos estão cheios de trigo. Com uma produção de 98 milhões de toneladas, a Europa amplia a sua colheita em 4%. Enquanto isso, nos Estados Unidos a safra poderá crescer mais 3%. As previsões são de que os estoques norte-americanos prosseguirão no patamar de 26 milhões de toneladas, o ponto mais alto dos últimos 25 anos.

A produção argentina, alavancada pelo aumento da área plantada em 13%, deverá passar de 14 milhões de toneladas, contra 11,5 milhões da safra passada. Com isso deverá competir num mercado bastante ofertado. E para completar o Canadá, através da Canadian Wheat Board (CWB), joga pesado para ampliar seu espaço no comércio internacional.

Os investimentos anunciados no setor moageiro

- A Cargill adquire a Molinos na Argentina e a Gramoven na Venezuela. No Brasil comprou o moinho São Valentim em Tatuí, com capacidade para processar 240 mil toneladas de trigo por ano.
- A Moinhos Pacíficos investe US$60 milhões nos últimos cinco anos e anuncia mais R$50 milhões para os próximos três anos com o objetivo de dobrar a capacidade de produção anual que hoje equivale a 400 mil toneladas.
- A Vera Cruz investe US$6,1 milhões nos últimos dois anos em melhoria tecnológica, duplicação da capacidade de armazenagem e inauguração de uma fábrica de pré-mistura para a indústria de panificação.
- A Cooperativa Agrária Entre Rios (Agrária), a Cooperativa Central Regional Iguaçu Ltda (Cotriguaçu) e a Cooperativa Agropecuária União Ltda. (Coagro) dobram a capacidade de moagem para 960 toneladas diárias.
- A Cooperativa Agropecuária Mourãoense (Coamo) quintuplica a moagem para 300 toneladas dias, com inversões de US$7 bilhões.

L. A. P. e **R. A.**

no ápice da aceitação e na base da formação da opinião dos responsáveis pelas decisões – uma orientação que jogava para segundo plano ou ia até mesmo de encontro aos interesses da triticultura nacional.

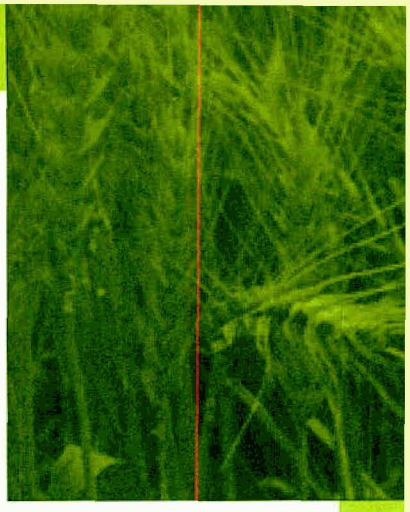
Hoje muitos produtores, cooperativas e comerciantes captaram a dinâmica competitiva de um mercado aberto e se adaptaram a ela. No Brasil, as características e variedades são diversas. O Mato Grosso do Sul, junto com o Norte e o Oeste do Paraná, desenvolve trigos utilizados em panificação, semelhantes ao trigo argentino. Nas regiões do cerrado aparecem os produtos Durum, voltados para a massa do tipo italiano. No Sul do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, as variedades predominantes são do trigo *Soft*, destinadas ao uso doméstico e à indústria de biscoito.

Para cada região, o importante é primar pela adoção de variedades que melhor se adaptem ao menor custo possível de produção, de modo a diminuir esse custo e melhorar a competitividade da cadeia.

Visão realista

A evolução foi tal que abriu o mercado de exportação na Argentina e no hemisfério Norte. O fato de a maior parcela do trigo ser absorvida no setor de panificação, em que o trigo da região Sul não se adapta adequadamente, muitas vezes leva a generalizações e distorce uma visão mais realista da situação.

Paralelamente, a pesquisa nacional superou diversas fases e já não enfatiza a mera necessidade de substituição quantitativa de importações. A intenção agora é reproduzir aqui as variedades importadas que sejam economicamente viáveis e



Marchas e contramarchas da política do trigo no Brasil

Supostamente originário da Palestina, Pérsia e regiões limítrofes, o trigo vem sendo cultivado desde 5000 a.C. no Egito. As primeiras plantações no Brasil datam de1534, na capitania de São Vicente, onde se expandiu – em pequena escala – até o aparecimento da ferrugem, que provocou o abandono da atividade. A seguir, o leitor de AGROANALYSIS *vai conhecer um pouco mais das ações de governo que marcaram a história da política tritícola brasileira.*

- O Decreto n.º 6.170, de 5-1-1944, cria o Serviço de Expansão do Trigo (SET), subordinado ao Ministério da Agricultura.
- A Lei n.º 948, de 3-12-1949, isenta de tarifas alfandegárias a indústria de moagem de trigo nacional e, durante cinco anos, a importação de máquinas, desde que não houvesse similar nacional.
- Surge o problema da moagem excessiva, acima do consumo, que se tornaria crônico. Motivo: o moinho de maior produção podia usar maior quantidade de produto importado, mais barato.
- A partir de 1950 a cultura é reativada no Sul do país.
- É criada a Comissão Consultiva do Trigo (CCT), subordinada ao Ministério das Relações Exteriores, em 1951.
- Nos anos 50, somente no Rio Grande do Sul, há mais de 2 mil moinhos coloniais, para a moagem de pequenos lotes de trigo de produção familiar.
- A Lei Delegada n.º 1.477, de 26-9-1962, cria a Superintendência Nacional de Abastecimento, ligada à Presidência da Republica.
- O Decreto n.º 1.477, de 26 de outubro de 1962, extingue a SET.
- Pela Portaria n.º 820, de 22-11-1961, do Ministério da Agricultura, o Banco do Brasil passa a ser o único comprador do trigo nacional.
- Em 30 de outubro de 1962 é criada a Comissão de Compra do Trigo Nacional (CTRIN) no Banco do Brasil.
- O Decreto-Lei n.º 210, de 27-1-1967, cria o Departamento do Trigo (DTRIG) na Sunab – Superintendência Nacional do Abastecimento – e a Junta Deliberativa do Trigo (Jutri).
- O Decreto-Lei n.º 210, de 27-2-1967, regulamenta o setor tritícola – *produção, importação, industrialização e consumo.*
- Em 27-2-1967 a CTRIN é elevada à condição de Departamento Geral de Comercialização do Trigo Nacional.
- Na época, a produção nacional de trigo representa 10% do consumo.
- A Sunab fica responsável pela administração das cotas para os moinhos transformarem trigo em farinha. O objetivo é evitar excesso de capacidade ociosa.
- Cerca de 386 moinhos são cadastrados no país e recebem cotas de produção. A capacidade ociosa é estimada em 65%. As cotas podem ser vendidas e adquirem valor patrimonial de mercado.
- Os moinhos coloniais do Rio Grande do Sul ficam proibidos de comprar, moer e vender derivados de trigo.
- A Portaria n.º 279 , de 2-2-1967, autoriza a liberação da produção da farinha especial (produto obtido do cereal limpo, desgerminado, com uma extração máxima de 20% e com teor de cinzas de 0,385), de melhor qualidade e a maior preço.
- A partir de 1967 os moinhos aumentam a participação na produção da farinha especial, com lucros adicionais, já que a Sunab, para estabelecer preços, considerava mapas de custo de produção da farinha comum. As farinhas especiais tinham preços maiores e não aumentavam os custos de produção. A concentração da produção nos grandes moinhos reside nas economias de escala. Os custos médios dos grandes moinhos são significativamente menores. À medida que a produção se amplia, o custo unitário diminui e o lucro unitário cresce.
- De 1968 a 1977, os moinhos em operação se reduzem de 371 para 207. Ou seja, 164 pequenos moinhos (capacidade média para moer 58 t/dia) vendem suas cotas e se retiram da atividade.
- Em 1968 a Sunab é vinculada ao Ministério da Agricultura.
- Com as quebras das safras da URSS e do continente asiático, teme-se um quadro de chantagem alimentar no mundo, no começo dos anos 70.
- Até 1972, o preço aos moinhos é estabelecido próximo à média dos custos internos de aquisição do trigo brasileiro e importado. Desde então, os moinhos passam a ser subsidiados pela diferença entre o custo de aquisição do trigo nacional (pelo Banco do Brasil) e do importado pela Sunab.
- O peso *hectolitro 78 é considerado padrão para a compra da safra e* cada acréscimo ou decréscimo unitário sofre respectivamente ágio e



resistentes em cada região do país. Com isso, o potencial de produção sobe e a obtenção de uma produtividade acima de 2,5t/ha deixa de ser excepcional.

O mercado nacional de farinha de trigo rende US$2,5 bilhões anuais e é disputado por mais de 200 moinhos. Contudo, a estrutura da produção é bem concentrada, já que os oito maiores moinhos detêm uma participação superior a 65% do total. A capacidade instalada é de 15,2 milhões de toneladas, enquanto o volume processado não ultrapassa 8,5 milhões. O setor opera com margens reduzidas.

Jogando pesado

Na busca de melhores resultados, as empresas anunciam investimentos pesados na disputa de fatias crescentes de mercado. Um caminho que suscita uma questão oportuna e incômoda: estará o país seguindo os passos dos Estados Unidos e do Canadá, onde Cargill, Conagra e ADM representam, respectivamente, 80% e 90% do mercado?

Na área de distribuição varejista, como era de esperar, a atomização é bem forte. Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Panificação, o número de padarias no país alcança 52 mil pontos-de-venda que movimentam R$16 bilhões, empregando 550 mil pessoas.

Para 1999, a Associação Brasileira da Indústria de Massas Alimentícias trabalha com um crescimento de 2% na produção e de 12% no faturamento em reais. O maior incremento da receita é justificado pela desvalorização cambial, que acarretou um aumento substancial no preço do trigo. Já o menor crescimento nos quantitativos de vendas é

deságio de 1%.

- A Câmara dos Deputados autoriza em 1973 o funcionamento dos moinhos coloniais (em torno de 750) sem cotas.
- Em 1974 o governo lança o Plano de Auto-Suficiência para o Trigo, com a meta de aumentar a produção para mais de 5 milhões de toneladas em cinco anos. O Plano é sustentado por avanços tecnológicos, na expectativa dos trabalhos realizados pelo Centro Nacional de Pesquisa de Trigo, da Embrapa, também inaugurado em 1974. As metas: a área cultivada passaria de 1,8 milhão para 4 milhões de hectares, e a produtividade, de 900kg/ha para 1.350 kg/ha. Em 1997 o Plano seria revisto. A produção teria crescido somente pela expansão da área.
- O Plano mantém o monopólio de compra do cereal e a comercialização, arcando com as despesas de compra, transporte, seguro, estocagem e distribuição da safra nacional e de produtos importados.
- De 1977 a 1986, somente 26 moinhos vendem suas cotas, e persiste ainda no setor um grande número deles operando em pequena escala.
- Em 1979 a Sunab passa para a Secretaria de Planejamento da Presidência da República.
- Os preços de aquisição do trigo do produtor estabelecidos pelo governo deixam de acompanhar os propostos pela Fecotrigo.
- A partir da Portaria n.º 56, de janeiro de 1976, a Sunab passa a ratear os custos dos moinhos pelas farinhas comum e especial, na proporção de 60% e 40% respectivamente.
- O subsídio ao consumo alcança seu maior valor em 1980.
- Cerca de 62 moinhos são autorizados a moer até 2 toneladas de trigo por dia para consumo do colono, sem direito a comercializar o produto, no começo dos anos 80.
- Em 1985 a Sunab passa para o Ministério da Fazenda.
- Entre 1985 e 1988, os preços são estabelecidos pelo CTRIN, do Banco do Brasil, com base nas propostas dos grupos estaduais de trabalho de trigo.
- Em 30 de agosto de 1986 é assinado o Protocolo n.º2/Trigo, entre Brasil e Argentina, pelo qual o país se comprometia a adquirir da Argentina, no período de 1987 a 1995, um total de 14.075 milhões de toneladas, equivalente à média de 1.760 mil toneladas de trigo por ano.
- A Portaria n.º 93, de 12-6-1987, anuncia a extinção do subsídio ao trigo (diferença entre o preço de aquisição do cereal nacional ou importado) para produtor e moinho.
- Entre 1967 e 1983 estima-se que os subsídios governamentais à produção e ao consumo de trigo no país tenham custado ao Tesouro US$25 bilhões.
- O país conta com 170 moinhos em 1990, sendo que somente um deles possui 25% das cotas.
- A Lei n.º 8.096, de 21-11-1990, revoga o Decreto-Lei n.º 210, de 27-2-1967, tornando extinto o DTRIG.
- A Portaria n.º 266, de 26-10-1990, do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, cria a Câmara Setorial do Trigo para formulação, implantação e avaliação de políticas de desenvolvimento da triticultura nacional.
- Depois de 23 anos de vigência, o tabelamento do pão é eliminado em 1991.
- Decreto do Poder Executivo Federal, de 19-9-1991, eleva o trigo à condição de produto amparado pela Política da Garantia de Preços Mínimos (PGPM).
- De 1989 a 1995, no Brasil, o número de unidades moageiras e a capacidade de moagem cresceram, respectivamente, em 54% e 144%. A capacidade instalada média passa de 193 a 525t/dia.
- A desregulamentação e abertura de mercado põem em curso ampla e longa reestruturação na cadeia produtiva do trigo no correr da década de 90.
- Segundo a Abitrigo, há no Brasil 200 moinhos com capacidade anual de moagem de 9 a 10 milhões de toneladas.

Bibliografia

Mendas, Ana Lúcia; Lacerda, Guilherme N. & Júnior, Álvarto R. Liberação de mercado e integração econômica do Mercosul: estudo de caso do complexo agroindustrial tritícola. *Estudos de Política Agrícola*, Ipea, jan. 1994, n.10.

Rosa, Benedito. Situação do trigo no Brasil. *Revista de Política Agrícola*. MAA, Conab, ano 6, n.1, p.59.

Lavinas, L. & Magina, Manoel. Desregulamentação, globalização e a cadeia do trigo. *Análise Econômica*, ano 15, n.28, p.115-32.

Mara. *Fundamentos técnicos à reorientação da triticultura nacional*. Grupo Especial de Trabalho, Brasília, DF, Portaria Mara 239 de 9-7-1993.

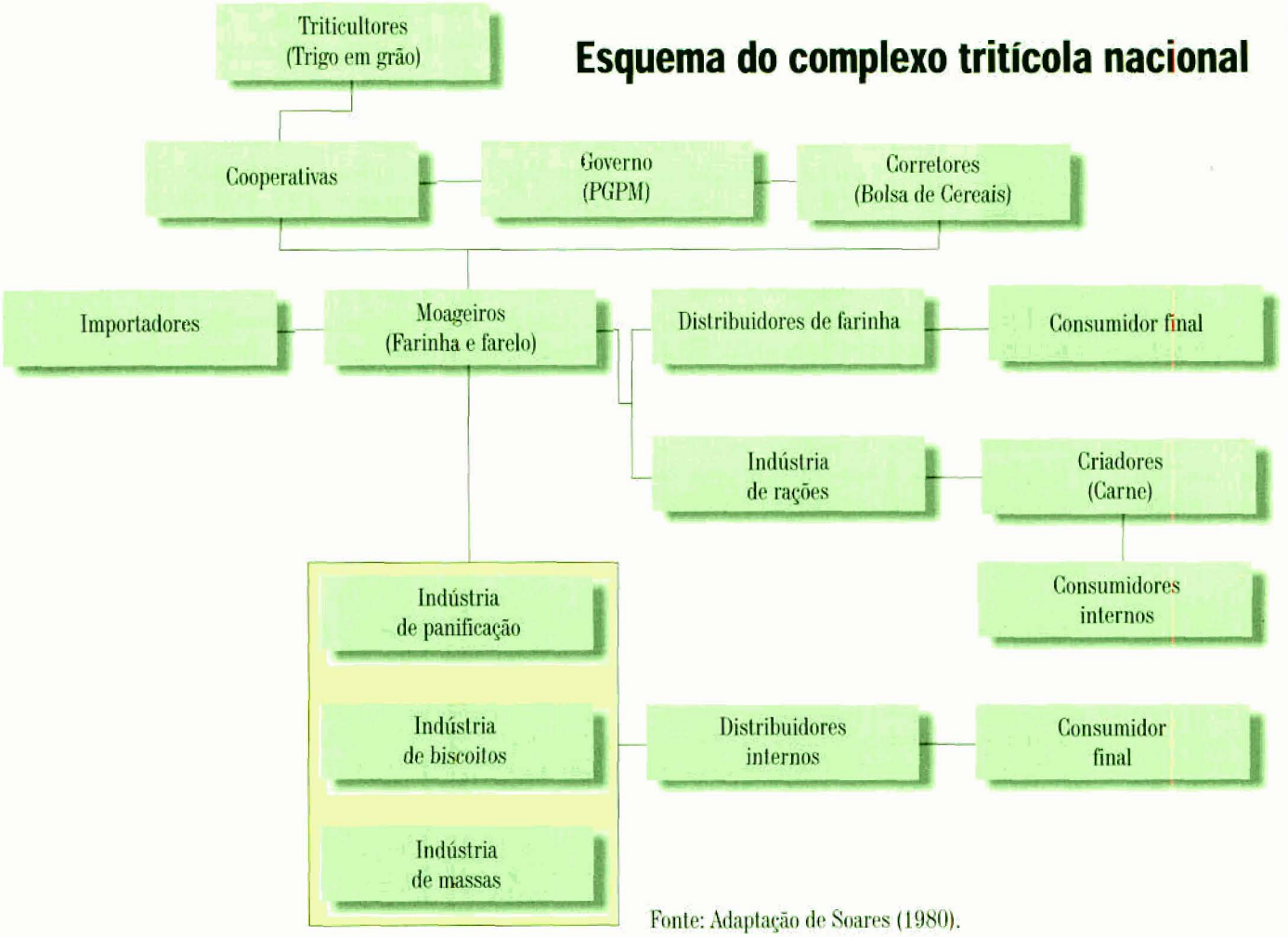
Soares, Ricardo Pereira. *Avaliação econômica da política tritícola de 1967 a 1977*. Brasília, 1980, 140 p. (Coleção Análise e Pesquisa n.20.)

_____. Trigo. *Agroanalysis*, abr. 1988, v.12, n.4, p.13-23.

Silva, Vera Martins. A distribuição dos benefícios pela regulação estatal. *Estudos Econômicos*, p.105-36.

_____. Regulação da indústria do trigo. *Revista de Economia Política*, p.39-48.

Esquema do complexo tritícola nacional



Fonte: Adaptação de Soares (1980).

creditado fundamentalmente à redução no envio das cestas básicas do governo para o Nordeste.

O destino do trigo

Do consumo de trigo no Brasil, cerca de 75% destinam-se à fabricação de farinha e 25% à produção do farelo. Da farinha produzida, 50% vão para o *segmento de panificação*, 15% para massas alimentícias, 15% para biscoitos, 10% para pães industrializados e 10% para farinhas domésticas. Esses percentuais refletem a média dos últimos anos e estão sujeitos a variações positivas e negativas.

A expansão das operações de varejo esteve próxima de 7% em 1988, indo de 836 para 894 mil toneladas, enquanto caiu de 105 para 60 mil toneladas a venda institucional ligada a cestas básicas. No mercado de instantâneos também ocorreu uma redução de 64,7 para 58 mil toneladas.

O potencial de alargamento do mercado nacional é imenso. Existem alguns exemplos para ratificar essa evidência. Atrás da Itália e Estados Unidos, respectivamente com 2,9 milhões e 1,16 milhão de toneladas, o Brasil é o terceiro produtor mundial de macarrão, chegando a 1,027 milhão de toneladas. Comparando o consumo *per capita* do brasileiro (6,1kg) com o italiano (28kg), chega-se à conclusão de que esse número pode crescer. O consumo *per capita* de pães em quilogramas por ano no Brasil não passa de 28, enquanto na Argentina chega a 83 e no Chile a 85.

Ampliando o consumo

Quanto ao consumo, o brasileiro introduziu uma dose de sofisticação em seus hábitos alimentares nos últimos anos. Ainda que mais caras, a preferência recai para as massas de melhor qualidade, com ovos, sêmola ou trigo de grão duro. Alavancado pela entrada de produtos importados de padrões superiores, que representam 1,5% do mercado nacional, esse segmento passou de 1% para 4% das vendas entre 1994 e 1999. Em resposta a essa tendência, os fabricantes nacionais reagem e investem na melhoria qualitativa de sua produção, enquanto a demanda de massas comuns perde participação.

Ditada pela conveniência, a tendência a aumentar o uso de derivados de trigo é uma constatação mundial. A crescente participação da mulher no mercado de trabalho, o aumento de refeições fora de casa, a disseminação da cultura do *fast food* e o reconhecimento dos cereais como componentes saudáveis e de maior recomendação na dieta diária insuflam essa onda. Em países industrializados, os derivados do trigo retomaram preferências perdidas no passado. No Brasil, o consumo de biscoitos aumenta devido às mudanças de hábitos, refeições a toda hora, merenda escolar e maior vida útil de prateleira.

Boas perspectivas

O trigo, patinho feio da agricultura brasileira dos anos 90, começa a mostrar plumagem de cisne

ANDRÉ PESSÔA

A lavoura de trigo certamente terminará a década de 90 com o título de patinho feio da agricultura brasileira. A área plantada caiu drasticamente e a participação de trigo brasileiro no abastecimento doméstico nunca foi tão baixa.

Colaboraram para isso a atabalhoada retirada dos subsídios governamentais, a ausência de um sistema de coordenação no setor privado, as irregularidades climáticas em muitas regiões produtoras e o advento e crescimento da safrinha de milho.

O Brasil termina a década de 90 produzindo apenas 2,5 milhões de toneladas de trigo por ano.

Sinais de melhor futuro

Um olhar atento para o futuro, seja a curto ou longo prazo, vai vislumbrar um cenário completamente diferente daquele vivido ao longo da década de 90. Muitos sinais positivos já podem ser detectados.

A atuação do governo passou a ser pontual e mais organizada, buscando apenas incentivar/catalisar a comercialização em bases privadas. O PEP e as opções de compra e venda são bons exemplos dessa mudança.

O sistema agroindustrial do trigo no Brasil começa a mostrar os primeiros indícios de coordenação ao longo de toda a cadeia. Atualmente, cooperativas e produtores contam com laboratórios onde a qualidade do trigo é analisada antes da comercialização, evitando dúvidas entre produtores e indústrias consumidoras em relação a esse quesito. Técnicos da indústria já acompanham produtores ao longo de todo o processo produtivo para garantir a qualidade do produto adequado a suas necessidades. Muitas vezes essas especificações já fazem parte da pré-contratação da produção entre produtor e indústria.

A pesquisa e a extensão rural lançaram variedades novas mais adaptadas às condições de cultivo no país e com excelentes resultados tanto em termos agronômicos quanto industriais. As novas variedades já permitem a produção de trigo com características distintas adequadas aos mais diversos fins na indústria.

Distensão no curto prazo

No curto prazo, também podemos contar com sinais positivos. A safra 1999 por exemplo transcorreu sem ocorrências climáticas desfavoráveis tanto no Rio Grande do Sul quanto no Paraná, os dois maiores estados produtores. Desse modo, a qualidade e produtividade do trigo foram extremamente satisfatórias.

A liquidez e os preços praticados ao longo e após a colheita foram muito bons. A desvalorização cambial e a qualidade do trigo levaram os moinhos a procurarem mais intensamente o trigo nacional, e os preços ficaram quase sempre acima do mínimo de R$185 por tonelada. A média no Paraná até meados de novembro esteve próxima de R$215 por tonelada.

A irregularidade climática no plantio da safra de verão no Oeste e Norte do Paraná, São Paulo, Sul do Mato Grosso do Sul e algumas outras regiões nos cerrados deve prejudicar e até mesmo inviabilizar o plantio da safrinha de milho nessas regiões, favorecendo a área a ser plantada com trigo, que nos últimos anos teve no milho de segunda safra um forte concorrente.

As primeiras negociações entre governo e setor privado já sinalizaram a fixação de um novo patamar de preço mínimo ao redor de R$220 por tonelada.

Há perspectiva de recuperação da demanda agregada em função do provável crescimento da economia. As estimativas privadas para crescimento do PIB estão entre 2% e 4,5%. A estimativa oficial está em 4%.

Nova página na história

Como se vê, já no início da próxima década o Brasil poderá começar a escrever uma nova página na história do trigo nacional.

A área plantada vai voltar a crescer, o sério problema da liquidez no mercado começa a ser resolvido pela própria cadeia agroindustrial e os preços devem continuar em patamares remuneradores.

No longo prazo, as perspectivas são alvissareiras. Não chegamos à auto-suficiência, mas pelo menos pode-se trabalhar com um cenário em que o Brasil estará explorando mais racionalmente suas potencialidades.

Em algumas regiões, principalmente onde não ocorrem as condições ideais para o plantio da safrinha de milho, podemos produzir trigo de qualidade e preços competitivos em quantidade suficiente para suprir pelo menos metade das nossas necessidades anuais.

André Pessôa é sócio-consultor da Agroconsult Ltda., engenheiro agrônomo pela Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, e mestre em economia agrícola pela Esalq/USP de Piracicaba, SP. E-mail: andre.pessoa@ibm.net

Produtividade em alta

No Canadá, cai a área plantada devido aos baixos preços e à falta de subsídios, mas crescem a produtividade e as exportações

LUIS ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

A produção canadense de trigo mostra uma curva crescente nos últimos 35 anos, embora com algumas baixas quantitativas. O mais importante no entanto é a tendência de médio e longo prazos. O tamanho da colheita sofre influência significativa dos preços e das condições climáticas.



No momento, as atenções estão concentradas na apuração real da quantidade produzida para se traçarem estratégias de comercialização. A falta de chuva durante a fase de plantio gerou uma pequena preocupação inicial. Mas essa anormalidade provocou apenas um atraso no ritmo da colheita, que vai de setembro a outubro. De resto, tudo correu de forma regular.

Mesmo sujeitas a alguns acertos, três grandes evidências já podem ser constatadas.

A primeira é a queda da área plantada de trigo em função dos baixos preços e da ausência de subsídios para expandir a produção. O trigo do tipo Durum, dirigido principalmente ao consumo interno, foi o mais afetado, porque teve também a concorrência do produto subsidiado dos EUA. Isso mostra que os agricultores atenderam aos apelos dos negociadores internacionais, orientando a produção para a exportação.

Em segundo lugar, o aumento da produtividade, compensando a queda de área. Os números da região Oeste, onde atua a Canadian Wheat Board (CWB), mostram um melhor desempenho do trigo pão. O tipo Durum teve uma baixa de 36% na produção. Em termos de qualidade, principalmente entre os superiores, o volume ficará menor.

E por último, maiores exportações para o ano 2000, devido ao aumento dos estoques. Mesmo com relação ao Durum, de boa aceitação na América Latina, a disponibilidade existente possibilita a manutenção e até um leve crescimento nos embarques.

Sendo um mercado importante para a venda externa de seus produtos, a CWB opera com especial atenção na América Latina. A região tem mostrado consistente participação nas vendas totais da organização. Nos últimos anos, essas vendas têm ficado entre 20 e 25%. Na safra 1998/99, houve um recuo de quase 25%, caindo de 4,1 para 3 milhões de toneladas. A maior queda deu-se justamente no Brasil. Para 2000, o objetivo é fortalecer o *marketing* e recuperar as vendas perdidas.

A CWB

A Canadian Wheat Board (CWB) é uma das gigantescas corporações mundiais atuantes na comercialização internacional de grãos. Acusada de práticas de monopólio e de ser uma agência paraestatal, a CWB está sob fogo cruzado nas negociações da Organização Mundial do Comércio. As suspeitas levantadas são bem similares às atribuídas à New Zealand Dairy Board, da Nova Zelândia. (Veja AGROANALYSIS de março de 1999)

Aproximadamente 110 mil agricultores canadenses da região Oeste entregam suas produções de trigo e centeio à CWB. O faturamento anual da

E-mail: pinazza@agroceres.com.br e regis@fgv.br

Canadá: produção de trigo na região Oeste

Em milhão de toneladas

Produto	*1998/99*	*1999/00*	*Variação %*
Trigo total	22,96	23,38	1
Trigo pão	16,88	19,49	15
Trigo Durum	6,08	3,89	-36
Aveia	3,62	3,22	-3,2
Cevada	11,71	11,74	0,2
Canola	7,52	8,19	8,9
Total	49,30	48,76	-0,5

Fonte: CWB.

Canadá: balanço da oferta e demanda de trigo

Em mil toneladas

Produto	*1998/99*	*1999/00*	*Variação %*
Estoque inicial	6.009	7.365	22,5
Área (milha)	10.768	10.395	-3,5
Produtividade[1]	2,27	2,40	5,7
Produção	24.393	25.006	2,5
Disponibilidade	30.482	30.747	0,9
Exportação	14.722	18.500	25,7
Estoque final	7.365	12.247	66,3

Fonte: CWB. 1 t/ha.

Canadá: balanço da oferta e demanda de trigo Durum

Em mil toneladas

Produto	*1998/99*	*1999/00*	*Variação %*
Estoque inicial	756	1.952	159,0
Área mil há	2.922	1.760	-39,8
Produtividade[1]	2,08	2,20	5,8
Produção	6.086	3.889	-36,1
Disponibilidade	6.842	5.841	-14,6
Exportação	3.848	4.000	4,0
Estoque final	1.952	766	-60,8

Fonte: CWB. 1 t/ha.

CWB: principais mercados da América Latina

Em mil toneladas

Região/país	*1997/98*	*1998/99*
México	870	652
Venezuela	650	613
Colômbia	591	489
América Central	314	406
Peru	633	319
Chile	337	260
Brasil	694	251
Outros	135	77
Total	4.104	3.067

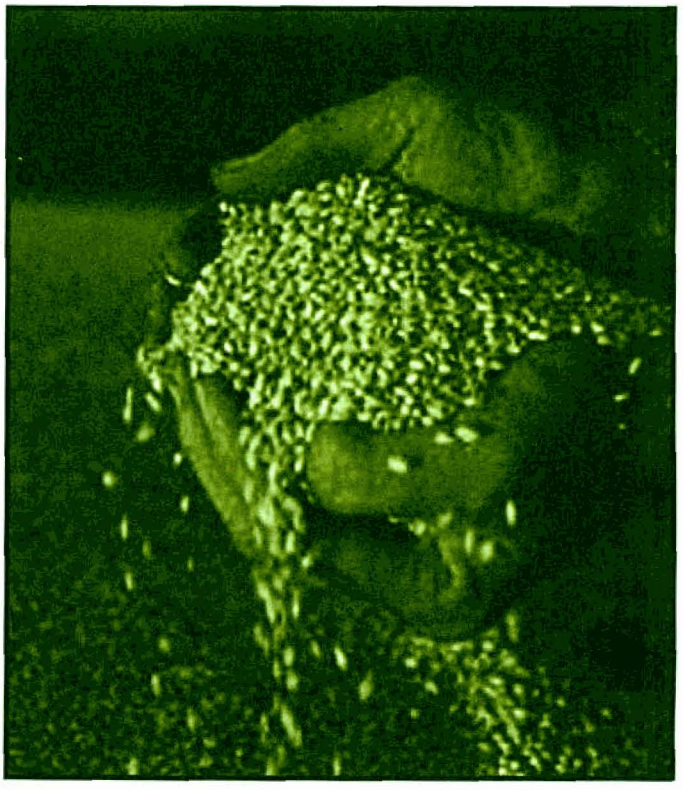
Fonte: CWB.

organização está na base de US$6 bilhões. Com atividade dinâmica desde 1935, a entidade exporta grãos para os quatro cantos do planeta. Sua atuação está sustentada em três pilares básicos:

- carteira única de venda (*single-desk selling*) – a CWB centraliza sozinha a comercialização de toda a colheita de trigo e centeio do Canadá; o Parlamento Nacional lhe concede esse direito para aumentar o poder de barganha dos agricultores, garantindo melhores preços e participação no mercado;

- preços padrão (*price pooling*) – toda a quantidade produzida é armazenada em quatro tipos de depósito: trigo, trigo Durum (uso primário, para produção de massa), cevada para arraçoamento e cevada; esse procedimento assegura que os benefícios sejam distribuídos igualmente aos produtores à medida que as vendas se desenvolvem no decorrer do ano; estando todos submetidos a um critério rigoroso de classificação, eliminam-se os conflitos potenciais entre os agricultores no recebimento dos prêmios;

- garantia governamental – os produtores recebem um pagamento inicial e parcial liberado pelo governo canadense. Se o retorno das vendas da produção depositada exceder o valor desse pagamento, há um complemento; caso haja uma pequena queda, o que raramente ocorre, o governo banca a diferença. Além disso, o governo libera empréstimos para a CWB tocar suas operações com taxas de juros mais compensadoras do que as praticadas no setor privado. Numa projeção conservadora, os benefícios somam mais de US$60 milhões, cobrindo o custo de US$44 milhões para administrar a CWB.



1. Brasil: área e produção de trigo em grão

Mil ha, mil t

Ano	Área	Produção
1980	3.122,0	2.701,0
1981	1.920,0	2.209,0
1982	2.827,0	1.826,0
1983	1.879,0	2.236,0
1984	1.741,0	1.983,0
1985	2.676,0	4.320,0
1986	3.864,0	5.638,0
1987	3.490,2	5.846,5
1988	3.306,5	5.478,4
1989	3.283,2	3.304,0
1990	2.145,4	3.077,8
1991	1.997,9	2.739,2
1992	1.670,9	2.097,9
1993	1.446,0	2.137,8
1994	1.033,8	1.524,3
1995	1.805,0	3.001,5
1996	1.425,0	2.187,8
1997	1.493,9	2.399,3
1998	1.373,2	2.187,7
1999	1.217,0	2.322,0

Fontes: IBGE e Conab (a partir de 1988).

2. Brasil: consumo e preço de trigo em grão

Mil t e US$/t

Ano	Nacional		Importado		Consumo aparente total
	Consumo	Preço	Quantidade	Preço	
1974	1.695,0	197,5	2.421	192,7	4.116,0
1975	2.471,0	206,7	1.966	155,4	4.437,0
1976	1.537,0	202,9	3.527	132,7	5.064,0
1977	2.613,0	218,8	2.639	107,0	5.252,0
1978	1.593,0	235,8	4.063	125,3	5.656,0
1979	2.478,0	211,6	3.619	162,7	6.097,0
1980	2.084,0	190,0	4.718	173,7	6.802,0
1981	2.180,0	236,4	4.718	185,3	6.802,0
1982	1.666,0	275,0	4.440	169,0	6.106,0
1983	1.872,0	204,0	4.447	161,0	6.319,0
1984	1.764,0	225,9	4.612	150,0	6.376,0
1985	1.794,0	248,3	4.339	144,9	6.133,0
1986	4.696,0	241,3	2.507	109,6	7.203,0
1987	4.071,0	184,8	2.626	90,7	6.697,0
1988	5.171,0	181,2	1.233	103,7	6.404,0
1989	5.741,0	170,0	1.123	163,4	6.864,0

Fonte: Banco do Brasil/GTRIN, IBGE.

3. Brasil: zonas de consumo, cotas, capacidade de produção e taxa de ociosidade

	1967				1987			
Zonas de consumo*	Número de moinhos	Cota (t/ano)	Capacidade de produção (t/ano)	Taxa de ociosidade (%)	Número de moinhos	Cota (t/ano)	Capacidade de produção (t/ano)	Taxa de ociosidade (%)
1	3	75	168	55	4	295	345	105
2	6	342	803	57	7	892	1.215	51
3	5	160	398	60	5	504	578	45
4	5	180	380	53	5	568	644	69
5	8	460	1.187	61	6	1.022	1.073	-9
6	6	75	220	66	4	299	353	60
7	64	1.193	3.817	69	38	2.341	3.376	-12
8	289	515	1.638	69	110	1.076	1.641	0
Total	386	3.000		65	179	7.000	9.229	7

Fonte: Portaria Super N. 1.471, de 20-12-1967.

1: AC, AM, PA, MA, RO, AP, RR; 2: PI, CE, RN, PB, PE, FN; 3: AL, SE, BA; 4: ES, MG; 5: RJ; 6: DF, GO, MT, MS; 7: SP, PR; 8: SC, RS.

4. Brasil: participação % das empresas na capacidade total de produção

Zona	Sanflu		J. Macedo		Sist. Pam		Grumar	
	1967	1987	1967	1987	1967	1987	1967	1987
1	–	–	–	–	35,6	44,5	–	–
2	40,9	54,9	38,4	22,8	–	8,5	–	–
3	–	–	–	–	–	–	–	
4	–	–	–	–	–	–	–	
5	42,8	48,7	9,7	15,3	14,1	14,7	–	–
6	–	–	–	–	–	–		
7	13,1	17,3	4,7	4,6	–	–	2,2	2,0
8	11,8	16,1	–	–	4,0	3,6	0,6	1,1

Fonte: Sunab. Capacidade do Parque Moageiro Nacional.

1: AC, AM, PA, MA, RO, AP, RR; 2: PI, CE, RN, PB, PE, FN; 3: AL, SE, BA; 4: ES, MG; 5: RJ; 6: DF, GO, MT, MS; 7: SP, PR; 8: SC, RS.

5. Brasil: balanço de oferta e demanda de trigo

Em mil t

Ano	Estoque inicial	Produção	Importação	Suprimento	Consumo	Estoque final
1983	2.231,0	2.191,4	4.102,0	8.524,4	6.256,0	2.268,4
1984	2.268,4	2.029,3	4.867,0	9.164,7	6.695,0	2.469,7
1985	2.469,7	4.324,4	4.041,0	10.835,1	6.478,0	4.357,1
1986	4.357,1	5.632,7	2.255,0	12.244,8	7.753,0	4.491,8
1987	4.491,8	6.126,8	1.345,4	11.954,0	7.320,0	4.644,0
1988	4.644,0	5.846,6	1.133,0	10.490,0	7.103,0	3.387,6
1989	3.387,6	5.478,6	1.713,8	10.580,0	7.295,0	3.285,0
1990	3.285,0	3.303,9	1.289,1	7.878,0	7.493,0	385,0
1991	385,0	3.078,0	5.208,0	8.671,0	7.466,0	1.205,0
1992	1.205,0	2.739,0	5.913,0	9.857,0	7.848,0	2.009,0
1993	2.009,0	2.098,0	5.512,0	9.619,0	7.917,0	1.702,0
1994	1.702,0	2.138,0	6.512,0	10.352,0	8.311,0	2.041,0
1995	2.041,0	1.524,0	5.268,0	8.833,0	8.185,0	648,0
1996	648,0	3.197,0	5.542,0	9.334,0	8.513,0	821,0
1997	821,0	2.402,0	6.190,0	9.041,0	8.645,0	768,0
1998	768,0	2.188,0	7.071,0	10.027,0	9.182,0	845,0
1999	845,0	2.343,0	6.800,0	9.988,0	9.000,0	988,0

Fonte: Conab.

6. Lavoura de trigo: custo variável

US$

Item	Brasil	Argentina	EUA	
			Tecnologia I	Tecnologia II
1.Operação de máquinas	69,00	60,00	63,00	53,95
2. Mão-de-obra temporária	5,91	0,00	–	10,03
3. Mão-de-obra fixa	6,00	12,25	12,25	–
4. Sementes	44,55	35,42	35,42	19,18
5. Fertilizantes	67,91	0,00	33,94	44,40
6. Defensivos	49,42	4,00	13,28	14,65
Total	242,79	111,67	157,89	142,20
Diferença em relação ao Brasil		131,12	84,90	100,56
		0,46	0,65	0,59

Fonte: Argentina, Ocepar, Conab, Associação dos Produtores de Cereais do Meio-Oeste Americano.

Elaboração: SPA/Dagri (preparado por José Ricardo Severo).

7. Mundo: área, produção, comércio e consumo de trigo

Milhões de ha e milhões de t

Ano	Área	Produção	Comércio	Consumo animal	Consumo total (1)	Estoque (2)	Relação estoque consumo(1)/(2)
1970/71	207,0	306,5	55,0	77,9	329,5	80,5	24,4
1971/72	212,7	344,1	52,0	80,4	335,4	89,2	26,6
1972/73	210,9	337,5	69,7	83,8	351,8	74,9	21,3
1973/74	217,0	366,1	63,0	70,2	358,3	82,7	23,1
1974/75	220,0	355,2	64,3	72,0	356,6	81,4	22,8
1075/76	225,3	352,6	66,7	63,6	347,3	86,7	25,0
1976/77	233,1	414,3	63,3	67,2	373,8	127,3	34,1
1977/78	227,2	377,8	72,8	85,1	396,0	109,2	27,6
1978/79	228,9	438,9	72,0	89,6	413,3	134,8	32,6
1979/80	228,5	418,3	86,0	93,1	432,0	121,2	28,0
1980/81	237,1	436,3	94,1	91,0	444,0	113,9	25,6
1981/82	239,0	445,1	101,3	90,9	445,2	113,7	25,5
1982/83	237,7	472,8	98,0	92,4	455,6	131,1	28,8
1983/84	229,3	484,4	103,8	95,0	468,8	146,6	31,3
1984/85	231,7	509,0	106,2	98,9	489,4	166,2	34,0
1985/86	229,9	494,4	84,7	96,8	490,4	170,6	34,8
1986/87	227,9	524,1	90,7	112,3	515,6	179,1	34,7
1987/88	219,7	496,0	113,6	111,9	527,2	147,8	28,0
1988/89	217,4	495,0	104,3	104,2	524,5	118,4	22,6
1989/90	225,8	533,2	103,7	104,1	532,7	118,9	22,3
1990/91	231,4	588,0	101,1	130,9	561,9	145,1	25,8
1991/92	222,5	542,9	111,1	115,3	555,5	132,5	23,8
1992/93	222,9	562,4	113,0	110,6	550,3	144,5	26,3
1993/94	222,0	558,8	558,8	109,1	561,7	141,6	25,2
1994/95	214,5	524,0	524,0	100,1	547,3	118,3	21,6
1995/96	219,2	538,5	538,5	91,9	550,1	106,7	19,4
1996/97	230,3	582,8	582,8	96,9	575,6	113,8	19,8
1997/98	227,9	609,3	609,3	103,6	584,0	139,2	23,8
1998/99	224,7	587,8	587,8	107,6	590,5	136,5	23,1
1999/00	216,7	584,7	584,7	102,7	590,7	130,5	22,1

Fonte: Usda.

8. China: área, produção, comércio e consumo de trigo

Em milhões de ha e milhões de t

Ano	Área	Produção	Exportação	Importação	Consumo animal	Consumo total	Estoque
1988/89	29,8	85,4	0,0	15,4	2,6	104,4	22,8
1989/90	29,8	90,8	0,0	12,8	2,6	104,5	21,9
1990/91	30,8	98,2	0,0	9,4	2,7	106,0	23,5
1991/92	30,9	96,0	0,0	15,9	5,0	111,7	23,7
1992/93	30,5	101,6	0,2	6,7	2,8	109,0	22,9
1993/94	30,2	106,4	0,6	4,3	2,7	110,2	22,7
1994/95	29,0	99,3	0,4	10,3	3,0	110,2	21,7
1995/96	28,9	102,2	0,5	12,5	3,2	111,7	24,3
1996/97	29,6	110,6	1,0	2,7	3,4	112,4	24,2
1997/98	30,1	123,3	1,1	1,9	5,0	114,9	33,4
1998/99	29,8	109,7	0,3	1,0	5,0	116,0	27,8
1999/00	29,0	115,0	0,5	1,0	5,0	117,0	26,3

Fonte: Usda.

9. EUA: área, produção, comércio e consumo de trigo

Em mil ha e mil t

Ano	Área	Produção	Importação	Exportação	Consumo animal	Consumo total	Estoque
1970/71	17.630	36.784	38	20.161	5.252	21.013	22.392
1971/72	19.297	44.051	29	16.596	7.141	23.114	26.763
1972/73	19.143	42.080	35	30.892	5.429	21.492	16.250
1973/74	21.913	46.560	70	33.121	3.404	20.504	9.256
1974/75	26.454	48.495	92	27.719	909	18.286	11.838
1075/76	28.125	57.884	65	31.921	1.015	19.753	18.114
1976/77	28.703	58.480	27	25.841	2.024	20.531	30.296
1977/78	26.987	55.669	51	30.584	5.238	23.378	32.054
1978/79	22.863	48.321	51	32.500	4.286	22.776	25.149
1979/80	25.274	58.080	57	37.429	2.337	21.309	24.548
1980/81	28.783	64.797	68	41.198	1.605	21.296	26.918
1981/82	32.635	75.806	76	48.190	6.390	23.057	31.553
1982/83	31.540	75.250	206	41.060	5.301	24.717	41.234
1983/84	24.844	65.856	103	38.820	10.102	30.312	38.063
1984/85	27.085	70.618	255	38.684	11.079	31.463	38.787
1985/86	26.185	65.973	443	24.741	7.734	28.617	51.845
1986/87	29.137	56.896	579	27.174	10.918	32.587	49.556
1987/88	22.640	57.362	438	43.215	7.897	29.828	34.313
1988/89	21.525	49.320	617	38.507	4.095	26.649	19.094
1989/90	25.167	55.427	612	33.529	3.785	27.005	14.601
1990/91	27.965	74.293	990	29.107	13.128	37.151	23.625
1991/92	23.392	53.889	1.107	34.898	6.654	30.797	12.927
1992/93	25.399	67.135	1.905	36.838	5.268	30.688	14.443
1993/94	25.379	65.219	2.961	33.415	7.394	33.739	15.472
1994/95	24.998	63.167	2.502	32.340	9.376	35.014	13.787
1995/96	24.668	59.404	1.849	33.778	4.184	31.028	10.234
1996/97	25.422	61.980	2.513	27.093	8.371	35.397	12.073
1997/98	25.431	67.534	2.583	28.080	6.818	34.212	19.663
1998/99	23.877	69.327	2.815	29.015	10.916	37.701	25.744
1999/00	21.881	62.812	2.858	29.500	6.804	34.211	27.266

Fonte: Usda.

10. União Européia: área, produção, comércio e consumo de trigo

Em milhões de ha e milhões de t

Ano	Área	Produção	Exportação	Importação	Consumo animal	Consumo total	Estoque
1988/89	16,0	81,5	33,2	14,2	25,8	66,7	13,3
1989/90	17,7	85,7	34,9	14,4	24,8	64,3	14,1
1990/91	17,3	89,1	35,7	15,5	26,7	65,1	17,9
1991/92	17,5	93,7	36,7	16,2	24,5	67,1	24,0
1992/93	17,4	87,7	38,2	15,9	34,5	65,3	24,1
1993/94	15,7	82,9	36,1	17,4	30,3	72,2	16,2
1994/95	15,8	84,5	32,6	17,3	32,6	73,8	11,7
1995/96	16,3	86,2	32,0	21,5	35,2	76,2	11,1
1996/97	16,7	98,5	38,3	22,9	38,1	79,5	14,8
1997/98	17,1	94,2	36,0	25,8	41,6	82,6	16,1
1998/99	17,1	103,4	36,5	24,3	45,2	86,5	20,8
1999/00	16,9	96,4	37,7	25,3	47,4	88,6	16,3

Fonte: Usda.

11. Leste Europeu: área, produção, comércio e consumo de trigo

Em milhões de ha e milhões de t

Ano	Área	Produção	Exportação	Importação	Consumo animal	Consumo total	Estoque
1988/89	10,0	41,2	3,6	2,0	16,5	38,1	4,6
1989/90	9,8	40,8	3,7	1,0	13,9	39,0	3,8
1990/91	9,8	41,3	1,8	1,3	16,1	40,0	4,6
1991/92	9,9	38,5	2,3	1,4	14,6	36,3	5,8
1992/93	8,2	26,5	1,4	3,6	11,7	30,6	4,0
1993/94	9,7	30,1	0,7	2,6	10,3	30,2	5,7
1994/95	10,1	33,8	3,6	2,9	11,0	31,4	7,3
1995/96	9,7	35,0	6,2	2,5	10,6	30,8	7,8
1996/97	8,7	26,1	1,5	5,1	10,7	31,1	6,4
1997/98	8,9	34,3	2,9	1,8	11,4	32,0	7,6
1998/99	9,7	33,7	3,9	2,1	12,5	33,0	6,5
1999/00	8,2	28,7	1,5	2,3	10,4	31,0	5,0

Fonte: Usda.

12. Federação Soviética: área, produção, comércio e consumo de trigo

Em milhões de ha e milhões de t

Ano	Área	Produção	Exportação	Importação	Consumo animal	Consumo total	Estoque
1993/94	46,4	83,5	6,6	13,4	41,0	89,3	31,9
1994/95	42,5	60,4	4,2	8,3	30,4	76,7	19,8
1995/96	45,8	60,4	5,9	10,7	26,9	73,9	11,2
1996/97	48,0	64,4	3,8	6,9	23,1	71,9	6,9
1997/98	48,8	81,9	4,7	6,0	25,1	73,5	16,5
1998/99	45,2	57,5	6,7	6,2	18,3	66,6	7,9
1999/00	43,2	67,4	5,6	6,5	17,4	65,4	9,9

Fonte: Usda.

13. Trigo: cotaç es médias mensais no mercado internacional

Em US$/t

Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
1989	162,0	157,0	158,0	150,0	152,0	145,0	144,0	144,0	144,0	149,0	149,0	151,0
1990	145,8	142,0	139,0	137,0	134,0	122,0	112,0	103,0	98,0	98,0	94,0	93,0
1991	94,0	94,0	101,0	104,0	104,0	105,0	98,0	109,0	119,0	129,0	132,0	144,0
1992	154,0	157,0	149,0	136,0	136,0	130,0	124,0	115,0	125,0	128,0	135,0	135,0
1993	137,0	135,0	130,0	123,0	129,0	104,0	111,0	113,0	112,0	120,0	127,0	135,0
1994	140,0	134,0	128,0	120,0	119,0	120,0	117,0	124,0	140,0	148,0	138,0	140,0
1995	139,0	135,0	129,0	129,0	135,0	146,0	163,0	160,0	178,0	181,0	179,0	187,0
1996	182,0	188,0	198,0	214,0	226,0	182,0	173,0	167,0	167,0	160,0	150,0	144,0
1997	140,0	143,0	140,0	149,0	142,0	127,0	123,0	134,0	133,0	134,0	127,0	123,0
1998	122,0	122,0	121,0	111,0	109,0	104,0	97,0	92,0	94,0	107,0	105,0	99,0
1999	102,0	95,0	98,0	96,0	93,0	94,0	90,0	100,0	100,0			

Fonte: Bolsa de Chicago.

Associação Brasileira de Agribusiness

A Abag foi criada em 1993 por empresas interessadas em promover a visão sistêmica do agribusiness.

Por quê?
Porque todos os elos da cadeia produtiva formam um único organismo no qual os segmentos "antes, dentro e fora da porteira" vivem em contínua interação e interdependência.

Missão
Conscientizar os tomadores de decisão e os formadores de opinião, quer do governo ou da iniciativa privada, para a importância e complexidade do agribusiness, a relevância do seu papel no desenvolvimento econômico e social e a necessidade de tratá-lo sistemicamente.

Estratégia
Desenvolver estudos, propostas e ações que promovam o desenvolvimento sustentado, a segurança alimentar e solucionem os gargalos que obstruem a competitividade.

Empresas associadas

01. AGCO do Brasil
02. Agência Estado
03. Agribusiness Comunicação, Assessoria e Consultoria Ltda.
04. Agroceres S.A.
05. Algar S.A. Empreendimentos e Participações
06. Andef – Associação Nacional de Defesa Vegetal
07. Baldan Implementos Agrícolas S.A.
08. Banco Raibobank do Brasil S.A.
09. Batavia S.A.
10. Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F
11. Caramuru Óleos Vegetais Ltda.
12. Cargill Agrícola S.A.
13. Ceval Alimentos S.A.
14. Companhia O.M.B.
15. Cooperativa Agrícola da Região de Orlândia – Carol
16. Cooperativa de Produtores de Cana, Açúcar e Álcool – Copersucar
17. Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda – Cooxupé
18. Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
19. Fecoagro/Fecotrigo – Fed. Coop. Agrícolas do Rio Grande do Sul
20. Fertibrás S.A.
21. Fertilizantes Serrana S.A.
22. Fiepa – Federação da Indústria do Estado do Pará
23. FMC do Brasil S.A.
24. Hecta Participações e Investimentos Ltda.
25. Manah S.A.
26. Máquinas Agrícolas Jacto S.A.
27. Marchesan Implementos e Máquinas Agrícolas "Tatu"
28. Monsanto do Brasil Ltda.
29. Novartis Biociências S.A.
30. Pioneer Sementes Ltda.
31. Sadia Concórdia S.A. – Indústria e Comércio
32. Sementes Agroceres S.A.
33. Tetra Pak Ltda.
34. Única – União Agroindústria Canavieira de São Paulo
35. Zeneca do Brasil S.A.
36. RBS/Canal Rural

Telefones: (011) 256-1052 – 256-5109 – Fax: (011) 256-5968

Abag

Rua Marquês de Itu, 58 – 5º andar – Conj. A – CEP: 01223-000 – São Paulo – SP

E-mail: abag@algarnet.net

EXTRA!

Mandioca

Preço maduro

O conhecimento do processo de formação de preços nas cadeias produtivas pode reduzir riscos e incertezas

CARLOS ESTEVÃO LEITE CARDOSO
EUZELINA DOS SANTOS BORGES INÁCIO
RUTH MARY DA ROCHA LIMA

A competitividade cada vez mais acirrada entre as cadeias produtivas e entre os segmentos que as compõem torna imprescindível conhecer o comportamento sazonal dos preços e o processo de sua formação ao longo dos caminhos de produção.

A sazonalidade dos preços das raízes da mandioca influencia diretamente o preço de seus derivados. Dois corredores de comercialização não podem ser ignorados: o que tem a região de Paranavaí, no Paraná, como centro de produção e outro com centro de produção/consumo na região Nordeste.

Independentemente do corredor considerado, as flutuações nos preços são diretamente influenciadas por mudanças na oferta. As mudanças na demanda, principalmente de farinha, se processam mais lentamente, dada a inelasticidade a preço e a renda. Uma vez estabelecidos a área de plantio e o nível tecnológico – e apesar da relativa flexibilidade existente no momento da colheita –, as mudanças na oferta são determinadas sobretudo pelo ciclo da cultura. Nessa cadeia, os ajustes na oferta são efetivados com uma defasagem de um ano no mínimo.

Região e nível de preço

Na região de Paranavaí e praticamente em toda a região Centro-Sul do Brasil, a oferta de mandioca se concentra de maio a agosto, período em que os preços são menores.

Nas localidades da região Nordeste onde as chuvas são concentradas no verão, a época de maior oferta de raízes coincide com a da região Centro-Sul.

Nas demais localidades, o nível mínimo de preço ocorre nos meses de julho a março; há uma ligeira reação dos preços em outubro e novembro, que contudo não chega a superar a média anual.

Nesta década, o nível de preço mais baixo tem sido observado no mês de agosto.

A força da natureza e a estrutura do mercado

O ciclo da cultura é função direta da combinação das variedades cultivadas de mandioca e das condições ambientais.

Em segundo lugar estão os aspectos inerentes à estrutura de mercado enfrentada pelos produtores de mandioca, comum à que enfrenta grande número de agricultores, em geral desorganizados.

O processo de formação de preço se aproxima de uma estratégia concorrencial, ou seja, os produtores de matéria-prima (raízes) concorrem em preço. Além disso, as informações incompletas ou mesmo a falta de informação a respeito do mercado favorece a ação dos intermediários que atuam como agentes determinantes no processo de formação de preço, repassando para os produtores apenas as quedas nos preços resultantes de oferta excedente.

Raiz e farinha

A raiz não pode mais ser considerada um produto homogêneo. As agroindústrias já estabelecem um diferencial de preço em função de sua qualidade associada ao teor de amido, cor da polpa e da película, facilidade de retirada das cascas e formato.

A teoria microeconômica estabelece que, tanto para o mercado internacional como para uma firma individual, o grau de homogeneidade do produto interfere no processo de formação de preços.

Em condições normais de oferta e demanda, o mercado de farinha apresenta especificidades regionais em relação ao tipo de produto que o diferencia e restringe a comercialização em outros locais – o que quer dizer que a farinha também não é um produto homogêneo.

Especificidades regionais

A farinha d'água, bastante consumida na região Norte, não interessa ao tradicional consumidor de farinha do Nordeste.

Mesmo dentro da região Nordeste há vários tipos de farinha. A tão apreciada farinha de copioba do Recôncavo Baiano não é facilmente comercializada nos mercados do interior do estado.

As diferentes quantidades ofertadas em uma determinada região proporcionam mudanças consideráveis nos preços recebidos pelos produtores locais, com pouco ou nenhum efeito sobre os preços das regiões circunvizinhas.

Em períodos de forte escassez de oferta, como é natural, os consumidores abrem mão dos padrões regionais de consumo e há interligação entre os mercados, o que se reflete na formação dos preços.

A influência dos contratos

Ainda referente à estrutura de mercado, a ampliação do número de contratos ao longo de toda a cadeia produtiva, sobretudo no segmento mais voltado para a produção de fécula, provoca alterações no comportamento do mercado e tende a reduzir a instabilidade dos preços e influenciar sua formação. Há evidências empíricas dessa constatação em estudos sobre a sazonalidade dos preços

de mandioca em Mato Grosso do Sul, onde também já se observa a existência de contratos na gestão da matéria-prima.

Praticamente não há barreiras à entrada no mercado de farinha. Isso se explica pela própria simplicidade da tecnologia – pode ser produzida até em nível artesanal – e pelo baixo investimento necessário à implantação das casas de farinha. Segue-se que, quando o preço do produto é atrativo, ocorre a entrada de agricultores no negócio, e a produção de raízes e farinha aumenta, o que reduz os preços na safra seguinte.

Um casamento desejável

A quantidade ofertada de matéria-prima independe de uma relação mais forte com as agroindústrias.

A oferta de matéria-prima local não leva em consideração a capacidade instalada das unidades de processamento – logo, há períodos de excesso ou escassez de matéria-prima com reflexos diretos no processo de formação de preços.

No caso das unidades individuais, que não podem garantir a compra, inexistem contratos de fornecimento de longo prazo. Daí decorre uma irregularidade de volume e produção que reduz a competitividade da cadeia, já que o grau de coordenação entre seus segmentos se torna inadequado.

Em busca de formas mais modernas de relacionamento entre fornecedores de matéria-prima e indústrias de processamento, os contratos de parceria entre produtores e indústrias na região Centro-Sul e em algumas localidades da região Nordeste já assumem características específicas da região.

Nordeste versus *Centro-Sul*

Há uma interdependência entre os mercados das regiões Centro-Sul e Nordeste. Uma quebra de safra na região Nordeste provocada por problemas climáticos estimula o aumento da produção de farinha na região Centro-Sul.

Isso faz crescer a demanda de raízes para a produção de farinha e estabelece uma competição entre os mercados de matéria-prima para a produção de farinha e para a de fécula, com reflexos diretos no preço da fécula no Centro-Sul – com influência sobre sua competitividade ante o amido de milho.

Por outro lado, na região Nordeste aumenta a incerteza no mercado, determinando redução de área no médio e longo prazos. Dado o baixo custo de oportunidade da mão-de-obra na região, isso reduz a geração de emprego.

Os fatores culturais

A demanda para formação de estoques públicos e privados e a inexistência de informações confiáveis sobre sua disponibilidade são também importantes na formação dos preços agrícolas.

Não menos importantes são os fatores relacionados com questões culturais de cada localidade. Influenciam no aumento da oferta de matéria-prima como uma necessidade para fazer caixa visando à aquisição de bens e serviços de demanda imediata.

Além disso, geralmente no fim de cada mês aumenta a oferta de matéria-prima – alternativa para recompor a renda dos agricultores, sobretudo os que dependem de fontes de renda do tipo de aposentadorias.

A situação na Bahia e a do Paraná

Na região do Recôncavo da Bahia e em Salvador, o preço real da farinha em agosto de 1999 foi menor do que em agosto de1998. Isso ocorreu porque houve maior oferta, devido às condições favoráveis do clima na região do Recôncavo, e porque a demanda se retraiu em Salvador, com índices de desemprego.

Em termos reais o preço da farinha torrada no atacado em Salvador foi 10,7% menor. Na região do Recôncavo, o preço recebido pelo produtor por saca de farinha de 50kg caiu 27,4%, comparando-se os meses de agosto dos anos 1998 e 1999. No mesmo período, o preço da raiz caiu 18,7%.

Quanto ao Paraná, o comportamento dos preços pode ser explicado pela sazonalidade da oferta, pela interdependência entre os mercados local e da região Nordeste, pela demanda para formação de estoques de farinha, pelo incremento do número de contratos na cadeia e pelo aquecimento da demanda de fécula proporcionada pela ocupação de parte do mercado do amido de milho. Em Paranavaí, o mercado de raízes está mais vinculado ao mercado de fécula.

Na região de Paranavaí, o preço real da farinha subiu 14,2% de agosto de 1998 para agosto de 1999. Isso é explicado pela necessidade de formar estoques: é o período de fim de safra e há expectativa de aquecimento da demanda nas localidades do Nordeste onde vêm ocorrendo recorrentes frustrações de safras.

No mesmo período no entanto, reduziram-se 13,4% os preços da raiz e 21,3% os da fécula.

A redução do preço da raiz foi menor do que a do preço da fécula porque a demanda de raiz continuou aquecida, pressionada pelos farinheiros – pois o preço da farinha está em alta – e pelos feculeiros, que precisam honrar os contratos estabelecidos com os compradores de fécula.

Além disso, a chegada do período de estiagem na região reduziu a oferta de raízes.

Apesar dos preços mais baixos no mercado de fécula – em função de maior oferta estimulada pela redução da ociosidade da capacidade instalada do parque industrial feculeiro –, o volume de fécula atualmente transacionado no mercado é maior do que no ano passado, pois o produto ocupou mercados antes cativos do amido de milho. Promessa de desempenho mais favorável no futuro próximo.

Carlos Estevão Cardoso *é engenheiro agrônomo, mestre em Economia Agrária, pesquisador da Embrapa Mandioca e Fruticultura. Caixa Postal 007, Cruz das Almas, BA - CEP: 44380-000. E-mail: estevao@cnpmf.embrapa.br*
Euzelina dos Santos Inácio *e* Ruth Mary da Rocha Lima *são estagiárias da Embrapa Mandioca e Fruticultura, estudantes do Curso de Agronomia da Eaufba. Cruz das Almas, BA – CEP: 44380-000.*
Os autores agradecem ao dr. Clóvis Oliveira de Almeida *pelas sugestões apresentadas numa versão anterior deste artigo.*

Bibliografia

Almeida, C.O. de & Mesquita, T.C. Casualidade entre preços externos e quantidades exportadas de café do Brasil no mercado internacional - 1965/89. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v.25, n.3, p.527-40, dez. 1995.

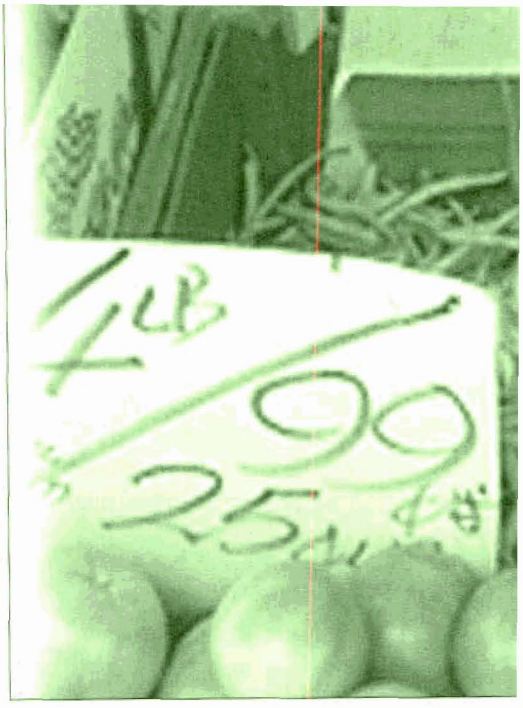
Silva, G. da S. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. 2 ed. Campinas, Unicamp.IE, 1998. 211p.

Melo Filho, G. A. & Otsubo, A. A. Variação estacional e tendência dos preços de mandioca em Mato Grosso do Sul. In: Congresso Brasileiro de Mandioca, 10, 1999, Manaus. *Resumos*. Cruz das Almas, SBM, 1999, p.87.

Crescimento exponencial

O setor cresce a taxas elevadas no Brasil, mas tem fraca presença no comércio internacional

José Honório Accarini
Marcos Aurélio Mazocato
Otávio Gondim Pereira da Costa
Rita de Fátima Alves Luengo



Em 1998 o valor da produção gerado pelos hortifrutigranjeiros no Brasil foi superior ao de grãos e oleaginosas. Ao mesmo tempo, é o segmento da agropecuária que menor grau de abertura apresenta, o que implica dizer que está *pouco inserido nos fluxos internacionais de comércio.*

O segmento vem crescendo a taxas elevadas no Brasil e em outros países. No entanto são escassos os estudos a seu respeito. Recente trabalho realizado por AGROANALYSIS de junho deste ano aborda o tema.

As estatísticas e análises econômicas da agricultura brasileira usualmente destacam a produção de grãos e oleaginosas, cujas colheitas têm oscilado ao redor de 80 milhões de toneladas nos últimos anos. Essa produção tem sido responsável pelo abastecimento do mercado interno e pela geração de bilhões de dólares via exportações.

Mas estatísticas e análises econômicas têm sido parcimoniosas em explicitar que, ao lado desse importante segmento da agricultura brasileira, o de hortifrutigranjeiros, de características específicas, tem valor da produção superior ao de grãos e oleaginosas.

Em que pese à defasagem e precariedade das estatísticas disponíveis, o segmento de hortifrutigranjeiros, seu mercado atual e o potencial, tanto interno quanto externo, bem como sua participação no PIB e seu grau de inserção no mercado internacional merecem estudo mais atento.

1. Brasil: valor da produção agropecuária

1996 e estimativa para 1998 – em R$ milhões

Segmentos da agropecuária	1996	%	1998	%
Lavouras	27.417,97	67,73	41.683,32	74,81
– Hortifrutigranjeiros	6.335,84	15,65	14.961,10	26,85
– Grãos e oleaginosas	10.825,16	26,74	13.991,69	25,11
– Café	2.466,03	6,09	2.997,95	5,38
– Demais lavouras	7.790,94	19,25	9.732,58	17,47
Pecuária	11.259,63	27,82	12.054,55	21,64
Silvicultura + extrativismo vegetal	1.800,41	4,45	1.977,93	3,55
Totais	40.478,01	100,00	55.715,80	100,00

Fontes dos dados primários: Anexos 1 a 5.

2. Consumo *per capita* de frutas

1998 – em kg/ano

Países/produtos	*Frutas cítricas*	*Outras frutas*	*Suco cítrico*	*Frutas secas*	*Total*
Alemanha	16,00	77,70	17,00	1,30	112,00
Reino Unido	9,80	34,10	22,00	2,40	68,30
França	21,00	53,60	15,60	1,20	91,40
Itália	37,20	69,50	7,10	0,50	114,30
Países Baixos	25,50	46,50	16,40	2,40	90,80
Espanha	18,30	97,80	3,40	0,60	120,10
EUA	12,30	33,30	20,00	1,80	67,40
Canadá	13,50	46,90	19,00	1,70	81,10
Japão	21,80	37,10	2,90	–	61,80
Médias	19,50	55,20	13,70	1,30	89,70

Mercado atual

É bem provável que a estimativa para grãos e oleaginosas contida na tabela 1 esteja muito próxima da realidade, porque os dados utilizados para 1998 praticamente representam a totalidade desses produtos. Para os hortifrutigranjeiros no entanto, os dados efetivos para 1998 abrangem apenas os principais produtos; os demais



são estimados por meio da raiz quadrada da taxa de crescimento observada entre 1996 e 1998, o que deve subestimar o valor da produção desse segmento (ver anexos 3, 4 e 8).

Essa tabela evidencia que a produção de hortifrutigranjeiros foi a que mais cresceu entre 1996 e 1998, passando do quarto para o primeiro lugar em termos de valor da produção. Em que pese a sua importância, seu potencial de crescimento e a incorporação de técnicas modernas de produção, transformação, distribuição e *marketing* promovida por seus agentes, o segmento hortifrutícola não costuma aparecer nos meios de informação do agronegócio e tem recebido pouca atenção no Brasil.

Isso provavelmente se deve a fatores como pequena área cultivada em relação às demais culturas e explorações (o Censo Agropecuário do IBGE não publica a área ocupada com horticultura); dificuldade de obter estatísticas atualizadas; destinação majoritária de seus produtos ao mercado interno e ao fato de que tais produtos não são objeto de políticas oficiais regularmente definidas a cada safra, como ocorre com os grãos e oleaginosas – principalmente quanto a financiamento (limites e encargos financeiros), fixação de preços de garantia e seguro agrícola.

Utilizando informações certamente mais atualizadas, o Ministério da Agricultura e do Abastecimento registra que frutas, legumes e verduras alcançaram R$17 bilhões anuais, enquanto o setor de grãos chegava a R$16 bilhões. O setor hortícola oferece oito vezes mais empregos por hectare do que o de grãos e oleaginosas. Os dois segmentos têm dimensões semelhantes no Brasil e geram hoje um valor estimado da produção de R$33 bilhões anuais.

Mercado potencial

Entre 1980 e 1997, a produção de legumes e verduras no Brasil cresceu à taxa anual de 5,9%. O crescimento da deman-

3. Frankfurt e Brasília: cotações de frutas frescas no varejo

Outubro 1996 – preços em US$

Produtos	*Frankfurt*	*Brasília*
Melão	3,50/kg	1,00/kg
Banana	2,00/kg	1,50/kg
Abacaxi	3,50/unidade	1,50/unidade
Limão taiti	0,90/unidade	1,50/kg
Manga	2,70/unidade	3,90/kg
Mamão papaia	2,70/unidade	1,00/kg
Uva vitória/itália	2,70/kg	3,90/kg

4. Brasil: participação dos segmentos da agropecuária no PIB

Estimativa 1998

Segmentos	*% valor da produção*	*% do PIB*	*PIB estimado (US$ milhões)*
Lavouras	74,81	5,14	39.931
– Hortifrutigranjeiros (35,89%)	26,85	1,84	14.372
– Grãos e oleaginosas (33,57%)	25,11	1,73	13.362
– Café (7,19%)	5,38	0,37	2.874
– Demais lavouras (23,35%)	17,47	1,20	9.323
Pecuária	21,64	2,34	18.179
Silvicultura + extrativismo vegetal	3,55	0,53	4.117
Total agropecuária	100,00	8,01	62.227

Fontes dos dados primários: percentual do valor da produção 1998: tabela 1; percentual do PIB: IBGE e estimativa dos autores; PIB estimado: resulta da multiplicação dos percentuais da terceira coluna pelo PIB 1998, estimado pelo Banco Central do Brasil, de US$776,873 milhões.

5. Brasil: estimativa do grau de abertura dos setores econômicos – 1998

Produtos	*Exportações US$ milhões (A)*	*Importações US$ milhões (B)*	*US$ milhões (A) + (B)*	*PIB estimado US$ milhões*	*Grau de abertura (%) [(A) + (B)]/PIB*
Agropecuária	7.313	4.949	12.262	62.227	19,71
– Frutas, verduras e legumes	309	460	769	14.372	5,35
– Grãos e oleaginosas	2.185	3.099	5.284	13.362	39,54
– Café	2.330	46	2.376	2.874	82,67
– Demais agropecuários básicos	2.489	1.344	3.833	31.619	12,12
Agropecuários (semi + manufaturados)	13.054	3.471	16.525	170.835	9,67
Total *agribusiness*	20.367	8.420	28.787	233.062	12,35
Demais setores	30.096	49.130	79.226	543.811	14,57
Brasil	50.463	57.550	108.013	776.873	13,90

Fontes dos dados primários: exportações e importações: Anexos 6 e 7, tendo sido as importações de adubos e fertilizantes (US$976 milhões) e a terça parte (estimativa) das importações de inseticidas, formicidas e herbicidas (US$95 milhões) distribuídas entre os cinco grupos de produtos segundo a área cultivada em 1996: 28.017 mil ha (grãos e oleaginosas); 1.812 mil ha (café); 4.922 mil ha (frutas, verduras e legumes) e 7.419 mil ha (demais agropecuários básicos).

Anexo 1 – Brasil: quantidade e valor da produção

1996 e estimativa para 1998

Segmentos/produtos (exclusive hortifrutigranjeiros, grãos e oleaginosas)	*Toneladas* 1996	1998	*1998/1996* % (A)	*R$ milhões* 1996 (B)	1998 (A x B)
Lavouras permanentes	3.222.021	3.889.001	20,70	3.127,75	3.746,00
Cacau	242.105	280.247	15,75	238,42	275,99
Café	2.838.195	3.450.313	21,57	2.466,03	2.997,88
Pimenta-do-reino	16.721	23.141	38,39	25,46	35,24
Sisal	125.000	135.300	8,24	11,37	12,31
Demais – Raiz quadrada da taxa de 20,70% = 9,86%				386,47	424,59
Lavouras temporárias	260.266.121	338.999.960	30,25	7.129,23	8.984,60
Cana-de-açúcar	259.806.703	338.480.071	30,28	5.310,48	6.918,58
Fumo	451.418	509.536	12,87	787,76	889,18
Juta/malva	8.000	10.353	29,41	1,31	1,70
Demais – Raiz quadrada da taxa de 30,25% = 14,13%				1.029,67	1.175,14
Extrativismo vegetal – Raiz quadrada da taxa de 20,70% = 9,86%				718,24	789,09
Silvicultura – Raiz quadrada da taxa de 20,70% = 9,86%				1.082,17	1.188,91

Fontes dos dados primários: Censo Agropecuário do IBGE (Dados publicados na *home page* do IBGE referentes ao ano de 1996); Produção Brasil – IBGE, junho de 1999 e Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para produção de sisal e juta/malva.
Observações: 1. Quando disponíveis dados de produção para 1996 e 1998, conforme acima, o valor da produção estimada para 1998 foi obtido multiplicando-se o valor relativo a 1996 pelo percentual de crescimento da produção entre 1996 e 1998. Nos demais casos, aplicou-se a raiz quadrada da taxa de crescimento observada entre 1996 e 1998 para o conjunto de lavouras permanentes (20,70%) e temporárias (30,25%). O valor da produção do extrativismo vegetal e da silvicultura foi calculado com base na mesma metodologia das lavouras perenes. 2. Por falta de informações atualizadas, está implícita na estimativa do valor da produção para 1998 a manutenção dos preços praticados em 1996.

Anexo 2 – Brasil – pecuária: valor da produção

1996 e estimativa 1998

Pecuária	*R$ mil – 1996*	*R$ mil – 1998*
Aves	6.360.950,77	7.152.115,74
Leite	2.689.687,38	2.879.577,73
Ovos	1.593.180,00	1.363.572,00
Bovinos	364.213,74	389.927,02
Suínos	251.598,30	269.361,00
Totais	11.259.630,19	12.054.553,49

Fontes dos dados primários: Censo Agropecuário do IBGE (dados publicados na *home page* do IBGE referentes ao ano de 1996), exceto:
- leite: a quantidade registrada pelo IBGE foi multiplicada por R$0,15/litro para se estimar o valor da produção;
- aves: dados divulgados pela *Revista Aves e Ovos*, Associação Paulista de Avicultura, ago.1999, ano XV, nº.10, São Paulo (Encarte), atribuindo-se o valor de R$1,57/kg (1996) e R$1,59/kg (1998), conforme registrado pela fonte, p.7 e 10 (dólar médio comercial de junho/julho de 1996 e 1998);
- ovos: dados divulgados pela *Revista Aves e Ovos*, op. cit., atribuindo-se o valor de R$0,10/ovo, conforme registrado pela fonte, p. 5 e 7 (dólar médio comercial de junho/julho de 1996 e 1998).

Observação: o valor da produção de leite, bovinos e suínos em 1998 foi estimado multiplicando-se o valor relativo a 1996 pelo crescimento médio do valor da produção de aves e leite (7,059%), observado entre1996 e 1998.

da de frutas pode ser estimado em 6,9% ao ano entre 1996 e 2000, tomando por base quatro produtos: abacaxi, manga, abacate e mamão papaia. Pelo indicador de exportações mundiais, o aumento do consumo de frutas é ainda maior, 9,2% ao ano, uma vez que evoluiu de US$10,8 bilhões em 1989 para US$16,8 em 1994.

Calculando a média entre essas três taxas (7,3%) como *proxy* para a evolução do mercado de hortifrutigranjeiros no Brasil e admitindo um valor da produção de R$17 bilhões em 1998, o segmento representará um mercado da ordem de R$19,57 bilhões no ano 2000.

Em linguagem econômica, isso se deve ao fato de que esses produtos têm demanda de elevada elasticidade-renda, ou seja, o aumento do consumo por habitante supera o crescimento da renda *per capita*, em termos percentuais.

Essa elevada elasticidade-renda da demanda se explica por vários fatores:

- vegetais são benéficos à saúde, têm baixo nível de calorias e concentram altas taxas de vitaminas, fibras e sais minerais – uma dieta perfeita no que se refere à nutrição, à imunização natural contra diferentes moléstias e ao combate a algumas doenças consideradas incuráveis;

- gradativa substituição do trabalho mecânico por trabalho intelectual, o que reduz a necessidade de consumo de carboidratos e aumenta a de sais minerais e fibras, contidos nos produtos hortifrutigranjeiros;

- crescimento da demanda de refeições fora de casa – explicado pela distância entre local do emprego e domicílio e maior engajamento da mulher no mercado de trabalho – e suprimento dessa demanda por restaurantes que vendem alimentação a peso, onde as verduras são utilizadas para aumentar as opções dos clientes, que as consomem não apenas para enriquecer a dieta como também por serem leves e onerarem pouco o custo da refeição;

- maior variedade de itens à disposição do consumidor, além da oferta de produtos praticamente prontos para consumo como vegetais já cortados e embalados, pré-cozidos, congelados e outros;

- produtos desenvolvidos inovando sabores e misturas;

- embalagens adequadamente resistentes de plástico ou *tetrapak*, de visual agradável;

- *marketing* agressivo que incentiva o consumo;

- intensidade da propaganda e das promoções de venda;

- sucos que se acrescem a outros alimen-

Anexo 3 – Grãos e oleaginosas: produção e valor da produção

1996 e 1998

Produtos	*Toneladas IBGE 1996*	*Valor da produção R$ mil 1996*	*R$/t IBGE 1996*	*Toneladas IBGE 1998*	*R$/t Preços ao produtor 1996*	*R$/t Preços ao produtor 1998*	*R$/t Estimativas produtor 1998*	*Valor da produção R$ mil 1998*
Soja em grão	21.588.199	4.243.764,50	196,58	31.324.203	255,25	202,75	156,15	4.891.139,00
Milho em grão	25.511.889	3.232.491,18	126,71	29.437.911	116,77	137,00	148,66	4.376.137,98
Arroz em casca	8.047.896	1.597.614,23	198,51	7.658.346	197,72	221,36	222,25	1.702.053,05
Feijão em grão (segunda safra)	464.997	247.997,81	533,33	908.553	775,00	1.680,55	1.156,50	1.050.745,87
Feijão em grão (primeira safra)	1.450.571	690.136,31	475,77	970.521	750,00	1.002,78	636,12	617.369,58
Trigo em grão	1.433.116	221.290,17	154,41	2.231.634			194,19	433.356,33
Algodão em caroço (herbáceo)	814.188	373.264,91	458,45	1.175.072	593,33	445,33	344,09	404.336,16
Feijão em grão (terceira safra)	148.154	79.839,88	538,90	300.833	875,00	1.140,00	702,11	211.216,95
Amendoim em casca(primeira safra)	51.459	18.398,19	357,53	153.662			449,63	69.091,03
Cevada em casca	69.870	12.281,14	175,77	302.040			221,05	66.765,77
Sorgo forrageiro	855.958	41.780,64	48,81	958.529			61,39	58.839,51
Sorgo em grão	268.215	25.932,82	96,69	585.474	103,67	82,35	76,80	44.966,06
Aveia em casca	166.563	27.942,28	167,76	196.806			210,97	41.520,55
Amendoim em casca (segunda safra)	15.179	5.011,91	330,19	36.742			415,24	15.256,82
Mamona	15.541	4.064,02	261,50	14.101			328,87	4.637,33
Centeio em grão	2.428	375,22	154,54	7.996			194,35	1.554,01
Girassol (semente)	2.717	883,95	325,34	3.043			409,15	1.244,86
Trigo preto (mourisco, sarraceno)	5.323	702,89	132,05	5.961			166,06	989,88
Algodão em caroço (arbóreo)	2.555	1.388,84	543,58	1.155	593,33	445,33	407,99	471,22
Totais	60.914.818	10.825.160,89	177,71	76.272.581	4.260,07	5.357,45	---	13.991.691,96
	(A)= 60.050.820		(A)=	75.305.049				

(A) e (B) = Σ (todos os produtos, exceto girassol, sorgo forrageiro, granola e trigo mourisco), divulgados pelo IBGE para 1996 e 1998 e utilizados para estimaros produtos citados.

Fontes dos dados primários:

- Censo Agropecuário do IBGE (Dados publicados na *home page* do IBGE referentes ao ano de 1996); e
- Produção Brasil – IBGE, junho de 1999.

Observações:

1) Produção de 1998: obtida com dados do IBGE para a maioria dos produtos. Nos demais, aplicou-se, sobre a produção de 1996, o percentual de crescimento representado pela raiz quadrada da taxa de crescimento verificada nos produtos divulgados pelo IBGE entre 1996 e 1998;

2) Preços de mercado:

- 1996: obtidos para algodão, arroz, milho e soja no documento *Evolução dos preços ao produtor*, divulgado semanalmente pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), referentes à semana 07 a 11.04.97. O preço do trigo foi obtido na mesma fonte para o período 21 a 25.10.96, enquanto que os preços do feijão, oriundos da mesma fonte, foram coletados nos seguintes períodos: 08 a 12.01.96 (1ª safra); 27 a 31.05.96 (2ª safra) e 16 a 20.09.96 (3ª safra).
- 1998: mesma fonte utilizada para 1996, nas seguintes semanas: 06 a 10.04.98 para algodão, arroz, milho e soja; 26 a 30.10.98 para o trigo e11 a 15.01.98 (feijão-1ª safra); 25 a 29.05.98 (feijão-2ª safra) e 14 a 18.09.98 (feijão-3ª safra).

3) Preços de 1998 ao produtor: foram aplicados, individualmente, sobre os preços do IBGE-1996, os percentuais de variação verificados nos preços praticados pelo mercado entre 1996 e 1998 quando disponíveis e aplicado, nos demais casos, o percentual de crescimento médio da cesta de produtos cujos preços são divulgados pela Conab.

tos como iogurtes cremosos ou líquidos, bebidas saudáveis, sobremesas e produtos para bebês.

Muito espaço para crescer

O consumo de hortifrutigranjeiros só tende a aumentar. No caso brasileiro, apesar do elevado potencial produtivo desses bens, o incremento da produção deverá destinar-se majoritariamente numa primeira fase ao mercado interno, ainda pouco exigente em termos de qualidade mas crescente nos últimos anos, com o aumento de renda gerado pela estabilização do processo inflacionário.

O custo dos produtos hortifrutigranjeiros vem diminuindo em termos relativos. Pesquisa de 1981/82 revelou que as quantidades adquiridas *per capita*/mês para os 10 principais produtos haviam crescido 10% desde a pesquisa anterior (1971/72). A participação dos produtos *in natura* na estrutura de ponderação do índice de preços ao consumidor (IPC) declinou de 9,0122% para 7,0336% – ou seja, 22%.

No Brasil se consomem por ano e *per capita* apenas cerca de 45 a 46kg de hortifrutigranjeiros. Na Argentina o consumo é de 90kg; nos EUA e na Europa cresce para 140kg. Portanto, se o produto oferecido for adequado, a tendência de crescimento é considerável. Mesmo de fontes diferentes, dados mostram que o consumo *per capita* de frutas no Brasil ainda é muito baixo pelos padrões internacionais, inclusive com relação a países com grau de desenvolvimento semelhante ao nosso, como é o caso da Argentina.

Também o mercado internacional registra tendência de crescimento. A evolução das exportações mundiais evidencia esse fato, complementada por outros indicadores (tabela 2) apoiados em dados divulgados no Programa de Apoio e Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada do Nordeste.

Em termos de preços, o Brasil apresenta vantagens comparativas nos produtos discriminados na tabela 3 (oriundos da mesma fonte), exceto manga e uva – assim mesmo uma desvantagem discutível, porque seus preços no varejo de Brasília foram coletados no período da entressafra, que evidentemente não é a época ideal

Anexo 4 – Brasil: legumes e verduras – produção e valor da produção

1996 e 1998

Produtos	*Toneladas IBGE 1996*	*Valor da produção R$ mil 1996*	*R$/t IBGE 1996*	*Toneladas estimadas 1998*	*R$/t Ceasa-DF atacado 1996*	*R$/t Ceasa-DF atacado 1998*	*R$/t estimativas produtor 1998*	*Valor da produção R$ mil 1998*
Mandioca	9.099.214	1.178.800,93	129,55	19.384.840	300,00	285,71	123,38	2.391.679,59
Tomate	1.632.432	408.015,81	249,94	2.754.670	595,00	769,34	323,18	890.249,38
Batata-inglesa(1ª safra)	1.047.022	194.141,10	185,42	1.286.030	440,00	715,00	301,31	387.495,04
Batata-inglesa(2ª safra)	486.358	96.563,55	198,54	886.751	440,00	715,00	322,63	286.096,29
Alface	311.888	152.347,32	488,47	433.635	630,00	857,14	664,58	288.186,21
Cebola	723.728	115.580,00	159,70	827.273	440,00	600,00	217,77	180.158,50
Batata-inglesa(3ª safra)	267.215	45.176,38	169,06	502.184	440,00	715,00	274,73	137.964,34
Cenoura	453.907	95.812,68	211,08	631.092	250,00	285,71	241,24	152.244,16
Repolho	501.110	94.152,33	187,89	696.721	330,00	280,70	159,82	111.349,43
Chuchu	296.804	48.754,97	164,27	412.663	210,00	325,00	254,22	104.908,03
Pimentão	246.781	89.361,40	362,11	343.113	755,00	600,00	287,77	98.737,01
Pepino	170.695	45.117,59	264,32	237.327	220,00	333,33	400,48	95.044,64
Alho	38.033	44.705,20	1.175,43	56.718	2.570,00	3.200,00	1.463,57	83.010,91
Abóbora	863.724	48.846,43	56,55	1.200.883	685,00	672,22	55,50	66.647,03
Milho verde	292.139	42.947,37	147,01	406.177	310,00	333,33	158,07	64.205,91
Batata-doce	204.815	42.921,60	209,56	284.766	380,00	372,09	205,20	58.434,52
Quiabo	87.406	34.735,45	397,40	121.525	640,00	769,23	477,65	58.046,40
Couve	96.916	40.193,95	414,73	134.748	980,00	1.000,00	423,19	57.024,35
Inhame	84.831	36.804,95	433,86	117.945	850,00	837,21	427,33	50.401,92
Jiló	58.311	17.270,37	296,18	81.073	335,00	656,25	580,20	47.038,32
Cebolinha (folha)	34.345	19.218,45	559,57	47.752	1.430,00	2.222,22	869,57	41.523,66
Couve-flor	139.135	39.083,88	280,91	193.447	690,00	526,32	214,27	41.449,64
Vagem (Feijão-vagem)	70.007	28.020,24	400,25	97.335	485,00	500,00	412,63	40.162,97
Beterraba	144.758	37.269,51	257,46	201.265	610,00	451,61	190,61	38.363,30
Coentro	32.706	22.863,13	699,05	45.473	1.080,00	1.250,00	809,09	36.791,51
Salsa	23.617	18.981,06	803,70	32.836	1.430,00	1.666,67	936,72	30.758,06
Brócolis	36.307	22.497,92	619,66	50.480	1.780,00	1.666,67	580,20	29.288,49
Abobrinha verde	68.834	18.479,77	268,47	95.704	412,50	361,11	235,02	22.492,57
Cheiro-verde	18.519	14.001,65	756,07	25.748			816,47	21.022,46
Batata-baroa	23.451	11.770,77	501,93	32.605	2.860,00	1.190,48	542,03	17.672,98
Fava	18.886	9.884,70	523,39	26.258			565,20	14.841,18
Ervilha (vagem)	7.602	5.664,74	745,17	10.569	1.710,00	3.125,00	1.361,78	14.393,29
Chicória	22.650	7.568,05	334,13	31.492	500,00	666,67	445,51	14.029,71
Demais	19.925	10.830,94	543,59	27.703			587,01	16.261,89
Agrião	20.155	11.028,05	547,16	28.023	1.170,00	1.000,00	467,66	13.105,05
Berinjela	39.548	10.427,46	263,67	54.986	370,00	333,33	237,54	13.061,14
Cogumelos comestíveis	4.424	9.868,21	2.230,61	6.151	9.480,00	7.692,31	1.809,97	11.133,00
Maxixe	25.550	9.701,40	379,70	35.524	810,00	666,67	312,51	11.101,55
Almeirão	10.382	6.608,20	636,51	14.435	1.080,00	1.250,00	736,70	10.633,96
Aspargo	3.240	6.401,74	1.975,84	4.505			2.133,69	9.611,76
Espinafre	9.211	5.071,57	550,60	12.807	830,00	1.052,63	698,29	8.942,65
Rúcula	6.380	4.497,29	704,90	8.870	1.430,00	1.666,67	821,57	7.287,68
Rabanete	9.140	4.296,15	470,04	12.708	880,00	1.000,00	534,13	6.787,70
Pimenta	9.189	4.746,91	516,59	12.776	1.000,00	1.000,00	516,59	6.599,88
Gengibre (curcuma)	6.039	3.204,76	530,68	8.396	870,00	1.190,48	726,16	6.097,10
Cará	15.557	5.134,08	330,02	21.630	700,00	465,12	219,28	4.742,99
Acelga	13.341	4.509,26	338,00	18.549	740,00	550,00	251,22	4.659,74
Ervilha em grão	3.025	1.581,07	522,67	4.206	1.710,00	3.125,00	955,17	4.017,26
Hortelã	3.163	2.064,71	652,77	4.398	1.430,00	1.666,67	760,80	3.345,78
Nabo	3.250	1.384,77	426,08	4.519	580,00	1.000,00	734,63	3.319,53
Mostarda	3.261	1.930,48	591,99	4.534	1.080,00	1.250,00	685,17	3.106,54
Palmito	13.672	1.475,60	107,93	19.009			116,55	2.215,51
Pupunha	1.297	1.035,08	798,06	1.803			861,81	1.554,10
Totais	17.823.895	3.233.350,96	181,41	31.996.626	48.947,50	52.857,88	---	6.119.296,62
(A) =	13.294.002		(B) =	25.698.466				

• (A) e (B) = Σ (mandioca, tomate, cebola, batata-inglesa e alho), divulgados pelo IBGE para 1996 e 1998 e utilizados para estimar os demais produtos.

• Fontes dos dados primários: Censo Agropecuário do IBGE (dados publicados na *home page* do IBGE referentes ao ano de 1996) e Produção Brasil – IBGE, junho de 1999.

• Observação: Produção e Preços de 1998 ao produtor: metodologia idêntica à aplicada para as frutas, conforme Anexo 4, com a particularidade de que houve crescimento médio dos preços das verduras e legumes, *o contrário do que ocorreu com as frutas.*

Anexo 5 – Brasil: exportações em 1998

Produtos	US$ milhões
Agropecuários básicos	7.313
Café em grão	2.330
Soja	2.175
Fumo	940
Carne de frango	739
Frutas	293
Carne de boi	277
Carne de suíno	148
Pescados	105
Outras carnes	84
Pimenta em grão	78
Tripas e buchos animais	46
Pedaços e miudezas de perus	34
Ovos	17
Verduras e legumes	16
Flores e plantas	12
Cacau em amêndoa	9
Algodão em bruto	4
Arroz em grão	4
Amendoim em grão	1
Feijão	1
Demais básicos	5.657
Total básicos	12.970
Semimanufaturados de origem agropecuária	6.185
Farelo de soja	1.750
Açúcar em bruto	1.095
Celulose	1.049
Óleo de soja em bruto	720
Couros e peles, exceto em bruto	665
Madeira serrada ou fendida	410
Madeira compensada ou laminada	263
Manteiga de cacau	99
Erva-mate e chá	41
Pasta de cacau	32
Farelo de polpa cítrica	19
Óleo de dendê	16
Lã	12
Óleo bruto de algodão	5
Farinha e fécula de mandioca	5
Farelo de milho	3
Óleo bruto de milho	1
Demais semimanufaturados	1.926
Total semimanufaturados	8.111
Manufaturados de origem agropecuária	6.869
Calçados, partes e componentes	1.387
Suco de laranja	1.262
Papel e seus produtos	930
Açúcar refinado	846
Cigarros	608
Manufaturas de madeira	454
Carne de boi industrializada	314
Café solúvel	246
Tecidos de algodão	185
Produtos de confeitaria sem cacau	74
Outros produtos de couro	67
Fios de seda	57
Cordéis, cordas e cabos de sisal	55
Chocolate e suas preparações	54
Óleos essenciais e seus subprodutos	45
Fios de algodão	39
Sucos frutas/hortícolas, exceto laranja	39
Álcool etílico	36
Camisetas de algodão	29
Gorduras/óleos vegetais hidrogenados	29
Extratos/essências/concentrados café	25
Sacos têxteis para embalagem	23
Hortícolas preparados/conservados	20
Palmitos em conserva	19
Óleo de rícino	14
Outros produtos de fumo	12
Demais manufaturados	22.513
Total manufaturados	29.382
Total exportações	50.463

Fontes dos dados primários: Balança Comercial Brasileira, São Paulo, Aduaneira, dez. 1998; Alice – Exportações, Secex/Decex, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Brasília, 1999; e http://www.conab.gov.br (*home page* da Cia. Nacional de Abastecimento – Conab).

Anexo 6 – Brasil: importações em 1998

Produtos	US$ milhões
Agropecuários básicos	3.878
Trigo em grãos	828
Arroz em grãos	593
Algodão em bruto	496
Frutas	312
Verduras e legumes	283
Milho em grãos	203
Bacalhaus e outros peixes secos	186
Couro	170
Carne de bovino	158
Feijão	153
Borracha natural	92
Soja em grãos	90
Fumo	87
Animais vivos, exceto peixes	64
Leite	58
Cacau em amêndoa	20
Outras carnes/miúdos	17
Cevada em grãos	16
Erva-mate e chá	11
Filés de merluza congelados	9
Suíno congelado	9
Ovos	7
Amendoim em grão	6
Flores e plantas	6
Frango congelado	2
Semente de girassol	2
Demais básicos	3.432
Total básicos	7.310
Semimanufaturados de origem agropecuária	587
Pasta química de madeira	141
Couros e peles, exceto em bruto	137
Óleo de soja em bruto	130
Farelo de soja	79
Lã/pêlos diversos	34
Óleo de dendê	16
Sebos fundidos de bovinos	15
Óleo bruto de girassol	10
Subprodutos de algodão	8
Farelo de algodão	6
Pasta, manteiga e pó de cacau	6
Linho espadelado	5
Demais semimanufaturados	1.101
Total semimanufaturados	1.688
Manufaturados de origem agropecuária	2.884
Papel, cartão e seus artigos	854
Leite e creme de leite concentrado	328
Preparações de peixes	259
Preparações de cereais	221
Malte inteiro ou partido	194
Produtos hortícolas conservados	156
Calçados, partes e componentes	116
Sabões e agentes orgânicos	107
Azeite de oliva	95
Chocolate e preparações de cacau	78
Alimentos preparados para animais	71
Queijos e requeijões	70
Farinha de trigo	68
Vinhos e outros, inclusive mostos	65
Fios de algodão	42
Óleo refinado de girassol	40
Tecidos de algodão	35
Manteiga	21
Pêssegos preparados/conservados	16
Preparações de carnes	13
Óleo refinado de algodão	10
Óleo de rícino	7
Charutos, cigarrilhas e cigarros	5
Óleo hidrogenado	4
Seda	4
Café solúvel	2
Tapetes de sisal	2
Suco concentrado de laranja	1
Demais manufaturados	45.688
Total manufaturados	48.552
Total importações	57.550

Fontes dos dados primários: Balança Comercial Brasileira, São Paulo, Aduaneira, dez. 1998; Alice – Importações Efetivas, Secex/Decex, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Brasília, 1999; e http://www.conab.gov.br (*home page* da Cia. Nacional de Abastecimento - Conab).

Anexo 7. Brasil: exportações e importações não computadas no cálculo do grau de abertura

1998

Exportações	*US$ milhões*	*Importações*	*US$ milhões*
Pneumáticos	503	Vestuário e seus acessórios	346
Sabões e agentes orgânicos para limpeza	74	Inseticidas, formicidas e herbicidas	190
Borracha vulcanizada não endurecida	58	Pneumáticos	282
Lápis	50	Borracha vulcanizada não endurecida	158
Cervejas e refrigerantes	48	Sabões e agentes orgânicos para limpeza	107
Tecidos de malha	25	Borracha não vulcanizada	34
Correia de borracha vulcanizada	20	Cervejas e refrigerantes	15
Câmaras de ar de borracha	25		
Total	803	Total	1.132

Fonte: Balança Comercial Brasileira, São Paulo, Aduaneira, dez. 1998.

Anexo 8. Brasil – frutas: produção

1996 e 1998

Produtos		
Laranja (mil frutos)		
Banana (mil cachos)		
Abacaxi (mil frutos)		
Uva (para mesa) (tonelada)		
Coco-da-bahia (mil frutos)		
Manga (mil frutos)		
Maçã (mil frutos)		
Maracujá (mil frutos)		
Mamão (mil frutos)		
Tangerina (mil frutos)		
Melancia (mil frutos)		
Melão (mil frutos)		
Caju (fruto) (mil frutos)		
Limão (mil frutos)		
Morango (tonelada)		
Pêssego (mil frutos)		
Goiaba (mil frutos)		
Figo (mil frutos)		
Acerola (tonelada)		
Guaraná (tonelada)		
Ameixa (mil frutos)		
Caqui (mil frutos)		
Abacate (mil frutos)		
Jaca (mil frutos)		
Açaí (fruto) (tonelada)		
Cupuaçu (mil frutos)		
Pêra (mil frutos)		
Fruta-de-conde (mil frutos)		
Jabuticaba (tonelada)		
Lima (mil frutos)		
Graviola (mil frutos)		
Kiwi (mil frutos)		
Nêspera (mil frutos)		
Nectarina (mil frutos)		
Seringueira (tonelada)		
Amora (fruto) (tonelada)		
Jambo (mil frutos)		
Cajá-manga (mil frutos)		
Carambola (mil frutos)		
Marmelo (mil frutos)		
Framboesa (tonelada)		
Jamelão (tonelada)		
Sapoti (mil frutos)		
Jenipapo (mil frutos)		
Tamarindo (tonelada)		
Sidra (tonelada)		
Totais		

para exportar.

Participação no PIB

O IBGE apenas fornece a seguinte participação da agropecuária no PIB: lavouras (5,14%); pecuária (2,34%) e extrativismo vegetal mais silvicultura (0,53%), num total de 8,01% para 1998. A partir desses dados agregados, a participação dos segmentos da agropecuária no PIB foi estimada com base no valor da produção de 1998 (tabela 4). A participação das frutas, legumes e verduras, por exemplo, resulta da multiplicação de 35,89% (percentual desse segmento no valor da produção do grupo lavouras) por 5,14% e assim por diante.

Embora essa metodologia de cálculo da participação no PIB das frutas, verduras e legumes, grãos e oleaginosas, café e demais lavouras seja precária por razões óbvias, os dados divulgados pelo IBGE não permitem estimativas mais apropriadas.

Entre os setores econômicos, a agropecuária detém grau de abertura superior ao da economia brasileira em seu conjunto e ao dos demais setores, cabendo destaque para grãos e oleaginosas e café (tabela 5). Quanto a frutas, legumes e verduras, ocorre o contrário, pois seu grau de abertura é o menor de todos, o que denota pequeno grau de inserção desses produtos no mercado internacional.

Atribuiu-se ao agribusiness participação no PIB de 30%. Os dados atualmente disponíveis no IBGE não permitem calcular exatamente esse percentual. Entretanto, o Instituto desenvolve sistemática inovadora de cálculo – Novo Sistema de Contas Nacionais – que em pouco tempo tornará possível estimar a dimensão real do agronegócio brasileiro com maior precisão.

Excetuando frutas, legumes e verduras bem como grãos e oleaginosas, os outros segmentos da agropecuária são superavitários na balança comercial. Mas ocorre exatamente o inverso com os demais setores da economia. Além disso, os graus de abertura para alguns segmentos da agropecuária são certamente mais elevados do que os estimados, tendo em vista que, por falta de informações mais precisas, ficaram fora do cálculo itens de exportação e importação constantes do anexo 7, que incorporam matérias-primas oriundas da agropecuária mas cujo valor não é possível quantificar com as informações disponíveis.

Emprego, renda e divisas

Transformar potencialidades em geração de emprego, renda e divisas é possível. Basta um programa para remover ou pelo menos minimizar os pontos de estrangulamento identificados, mediante ações compartilhadas entre governo e iniciativa privada. O segmento de hortifrutigranjeiros no Brasil é importante e promissor demais para receber tão pouca atenção dos economistas agrícolas. Seu potencial interno e externo pode contribuir para a meta governamental de atingir US$100 bilhões em exportações até o ano 2002.

A organização dos produtores de modo que seus produtos já saiam das propriedades embalados e classificados aumenta o valor agregado, permitindo internalizar ganhos que usualmente são apropriados pelos segmentos de comercialização. Além disso, o setor olerícola é o que mais gera e multiplica empregos na agricultura: cada emprego na produção corresponde a cinco na cadeia produtiva.

A condição básica para que isso se con-

e valor da produção

Unidades IBGE 1996	*Fatores de conversão*	*Toneladas IBGE 1996*	*Valor da produção R$ mil 1996*	*R$/t IBGE 1996*	*Unidades IBGE 1998*	*Toneladas estimadas 1998*	*R$/t Ceasa-DF atacado 1996*	*R$/t Ceasa-DF atacado 1998*	*R$/t Estimativas produtor 1998*	*Valor da produção R$ mil 1998*
78.142.436	230	17.994.220	954.771,86	53,06	103.614.304	23.859.745	80,60	367,92	242,21	5.779.045,05
293.492	17.464	5.125.670	613.427,57	119,68	529.431	9.246.210	926,00	634,40	81,99	758.108,64
298.904	1.693	505.895	88.910,82	175,75	1.093.933	1.851.482	632,50	925,00	257,03	475.877,09
274.213	1.000	274.213	208.386,26	759,94	736.470	736.470	2.630,00	1.619,05	467,83	344.540,26
497.276	1.373	682.511	113.756,10	166,67	1.003.405	1.377.173	480,00	533,33	185,19	255.041,55
1.405.830	633	890.430	143.697,35	161,38		1.090.064	2.050,00	2.361,76	185,92	202.666,75
3.449.260	189	653.307	210.379,95	322,02	3.937.072	745.701	1.997,50	1.263,89	203,76	151.940,61
1.413.711	100	141.371	84.129,76	595,10		173.067	960,00	1.200,00	743,87	128.739,56
535.621	970	519.552	77.855,75	149,85		636.036	686,67	882,46	192,58	122.487,07
2.715.915	221	601.000	83.081,52	138,24		735.744			123,38	90.776,18
198.643	3.172	630.000	92.005,71	146,04		771.246	460,00	300,00	95,24	73.456,56
120.178	1.814	218.000	58.448,33	268,11		266.876	805,00	684,62	228,02	60.852,06
1.680.375	25	42.009	51.484,97	1.225,56		51.428			1.093,83	56.253,29
2.614.173	222	581.200	49.969,48	85,98		711.505	260,00	232,56	76,90	54.716,13
37.598	1.000	37.598	41.787,85	1.111,44		46.027	10.000,00	10.000,00	1.111,44	51.156,68
855.076	87	74.655	54.807,88	734,15		91.392	3.950,00	2.500,00	464,65	42.465,70
852.207	305	260.000	29.006,64	111,56		318.292	2.040,00	2.400,00	131,25	41.776,38
167.211	1.914	320.000	8.482,28	26,51		391.744	2.770,00	5.333,33	51,04	19.993,28
32.990	1.000	32.990	16.259,98	492,88		40.386	2.830,00	2.500,00	435,40	17.584,33
2.163	1.000	2.163	9.382,31	4.337,64	3.609	3.609			3.871,40	13.971,89
205.677	87	17.957	13.938,22	776,19		21.983	4.340,00	3.750,00	670,67	14.743,52
211.922	50	10.596	15.208,17	1.435,26		12.972	3.250,00	2.500,00	1.104,05	14.321,41
184.084	1.793	330.000	18.597,63	56,36		403.986	505,00	315,79	35,24	14.236,93
21.080	10.000	210.800	12.572,75	59,64		258.061			53,23	13.737,19
45.991	1.000	45.991	10.122,69	220,10		56.302			196,44	11.060,21
18.446	590	10.883	9.691,49	890,51		13.323			794,79	10.589,08
72.191	193	13.933	6.614,03	474,71		17.057	1.950,00	1.800,00	438,19	7.474,06
49.651	188	9.310	5.239,46	562,80		11.397	2.630,00	2.000,00	427,99	4.877,68
10.468	1.000	10.468	4.145,60	396,03		12.815			353,46	4.529,55
136.472	20	2.729	3.624,27	1.327,85		3.341			1.185,12	3.959,94
5.059	188	951	2.527,90	2.657,90		1.164			2.372,21	2.762,03
11.914	80	953	1.114,05	1.168,84		1.167	2.430,00	3.200,00	1.539,21	1.795,97
17.233	30	517	1.540,29	2.979,34		633			2.659,10	1.682,94
43.012	30	1.290	3.409,39	2.642,20		1.580	6.520,00	2.500,00	1.013,11	1.600,37
3.746	1.000	3.746	1.086,81	290,12		4.586			258,94	1.187,46
2.753	1.000	2.753	549,34	199,54		3.370			178,09	600,22
9.012	15	135	511,40	3.783,09		165			3.376,47	558,76
6.633	30	199	344,78	1.732,63		244			1.546,40	376,71
5.655	20	113	372,46	3.293,18		138	3.820,00	2.857,14	2.463,11	341,03
2.772	40	111	240,44	2.168,45		136			1.935,37	262,71
98	1.000	98	230,97	2.356,85		120			2.103,52	252,36
786	1.000	786	217,41	276,61		962			246,87	237,55
1.852	30	56	194,72	3.504,74		68			3.128,03	212,76
2.779	50	139	165,37	1.190,11		170			1.062,19	180,68
428	1.000	428	145,85	340,76		524			304,14	159,35
525	1.000	525	48,59	92,56		643			82,61	53,09
---	---	30.262.252	3.102.486,45	102,52	---	43.971.105	59.003,27	52.661,25	---	8.853.242,66
	(A) =	25.237.979			(B) =	37.820.390				

• A) e (B) = Σ (laranja, banana, abacaxi, uva, coco-da-bahia, maçã e guaraná), divulgados pelo IBGE para 1996 e 1998 e utilizados para estimar os demais produtos. Os fatores de conversão transformam unidades em quilogramas.

• Fontes dos dados primários: 1) Censo Agropecuário do IBGE (Dados publicados na *home page* do IBGE referentes ao ano de 1996) e Produção Brasil – IBGE, junho de 1999; 2) *Revista Comércio Exterior – Informe BB*, op. cit. (toneladas em negrito-1996).

• Observações: 1) Produção de 1998: obtida com dados do IBGE para as principais frutas. Nas demais, aplicou-se, sobre a produção de 1996, o percentual representado pela raiz quadrada da taxa de crescimento verificada nos produtos divulgados pelo IBGE entre 1996 e 1998. 2) Preços de 1998 ao produtor: foram aplicados, individualmente, os percentuais de variação verificados nos preços praticados na Ceasa-DF entre 1996 e 1998 quando disponíveis, e aplicado, nos demais casos, o percentual de redução médio da cesta de produtos cujos preços são divulgados pela Ceasa-DF.

cretize é ampliar e diversificar a produção; a *condição suficiente* é a concomitante remoção ou redução dos pontos de estrangulamento. Entre eles, alguns dependem de medidas internas, realizadas em parceria pelo governo e a iniciativa privada; outros podem ser considerados exógenos.

Depende de nós – e dos outros

Estimular a melhoria dos níveis de exigência do consumidor interno; introduzir e divulgar novos padrões de classificação condizentes com as exigências do mercado externo; reduzir desperdícios – afirma-se que o Brasil é detentor do lixo mais rico do mundo; melhorar as embalagens e sua utilização como veículo de *marketing*, descrevendo características, propriedades nutricionais e formas de uso e conservação do produto, métodos de cultivo, prazo de validade, logomarca, endereço e telefone do produtor ou exportador, bem como modernizar os canais de comercialização em boa parte dependem das medidas anteriormente citadas, assim como a redução do custo Brasil.

Barreiras tarifárias e não-tarifárias integram o elenco de fatores exógenos. Dependem de negociações com nossos parceiros comerciais e na OMC, requerendo muitas vezes ações na área diplomática. É preciso tempo para o levantamento de dados e análises, refletindo-se em custos não apenas relacionados a essas medidas, mas também às oportunidades de mercado perdidas enquanto tais providências não chegam a um termo.

No caso das barreiras não-tarifárias entretanto, há um aspecto que depende muito de providências conjuntas entre governo e iniciativa privada: melhoria dos padrões sanitários e fitossanitários de nossos hortifrutigranjeiros, que representam empecilhos graves à competitividade desses produtos tanto no mercado interno quanto no internacional.

Os ganhos de competitividade se impõem na economia brasileira, fortemente condicionada pelo processo de globalização. O Brasil precisa alcançar rapidamente níveis cada vez mais elevados de competitividade, atenuando ou removendo suas dificuldades.

A recente criação da OMC representou um avanço; mas muitos países ainda adotam subsídios às exportações, o que tem facilitado a entrada no Brasil de hortifrutigranjeiros que podem perfeitamente ser produzidos aqui, economizando preciosas divisas e gerando emprego e renda em nossa economia.

Chegou o momento propício para um programa específico de fortalecimento da produção de hortifrutigranjeiros, modernização dos sistemas de comercialização e remoção dos pontos de estrangulamento implementado por medidas compartilhadas entre governo e agentes do agronegócio.

Os autores são respectivamente coordenador geral de Agricultura e Recursos Hídricos, gerente de Projetos Internacionais, chefe de divisão no Ministério do Planejamento e pesquisadora em Pós-colheita de Hortaliças no Centro Nacional de Pesquisa de Hortaliças da Embrapa.

Varejo

Perfeição na prateleira

A aplicação do sistema ECR significa uma economia de 10% – o equivalente a US$30 bilhões/ano – para o setor de supermercados

IRENE RAGUENET TROCCOLI

Embora já esteja sendo aplicado no setor supermercadista brasileiro, o conceito de ECR (Efficient Consumer Response) ainda não recebeu divulgação à altura de sua importância para os sistemas de distribuição varejista.

Apesar de o conceito ter sido criado nos EUA no início da década, somente em 1997 foi fundada a Associação ECR Brasil, que reúne 22 grandes empresas industriais fornecedoras de supermercados e 22 empresas comerciais, supermercadistas e atacadistas e visa à implantação das melhores práticas do sistema no Brasil.

Procurando divulgar esse conceito, em 1998 a Abras – Associação Brasileira de Supermercados – realizou o Congresso ECR Brasil, evento recheado de palestras sobre as diversas ferramentas e processos que compõem o sistema. A XXXIII Convenção da Abras, realizada no último mês de setembro, também contou com um *stand* dedicado à demonstração do funcionamento real dessa estratégia supermercadista.

O conceito de ECR

Mas afinal por que surgiu o ECR e o que quer dizer uma "resposta eficiente ao consumidor"?

O sistema ECR surgiu quando executivos do setor supermercadista norte-americano reconheceram que muito ainda poderia ser feito em sua área de trabalho para aumentar a eficiência e ao mesmo tempo diminuir os custos. Tomando como ponto de partida experiências realizadas em outros segmentos varejistas, esse grupo de pioneiros arrebanhou elementos oriundos tanto da ponta do varejo quanto de atacadistas, corretores e produtores de mercadorias, formando o chamado ECR Working Group.

Depois de um estudo sistematizado e detalhado de práticas mais eficientes para o sistema de distribuição em supermercados, concluíram que sua aplicação redun-

daria numa economia para o setor da ordem de 10% – o equivalente a US$30 bilhões/ano.

Em resumo, o que se busca no ECR é um comportamento inovador por parte de todos os elos de uma cadeia produtiva-distributiva, visando a três objetivos em particular: a eliminação de custos que não agreguem valor, a obtenção do máximo valor e da mínima ineficiência ao longo de toda a cadeia e o oferecimento de maior valor ao consumidor final.

Em outras palavras, o ECR prega a possibilidade de se reduzirem simultaneamente os custos totais do sistema *produção industrial-suprimento varejista-venda final*. Isso exige um trabalho conjunto de distribuidores e fornecedores, que passam a considerar-se como aliados comerciais.

Caminhos e resultados

A aplicação do sistema resulta em produtos e serviços que os consumidores finais realmente desejam, ao mesmo tempo em que se reduzem os estoques à medida que se mantém a continuidade no fluxo do produto.

Já em 1993 a publicação norte-americana *Efficient Consumer Response - Enhancing Consumer Value in the Grocery Industry* apontou quatro estratégias do ECR capazes de criar valor ao satisfazer os consumidores que buscam conveniência, preço e produto:

- sortimento eficiente da loja: implica definir quantos e de que tipo (tamanho, sabores etc.) são os itens correspondentes a cada categoria de produto, além do espaço a reservar para cada uma;

- reposição eficiente: trata de encurtar ou eliminar custos no ciclo de pedidos a partir da obtenção de dados precisos no ponto-de-venda, o que pode ser obtido por meio de programas de reposição contínua, por exemplo;

- promoção eficiente: identifica práticas promocionais falhas que implicam o aumento dos estoques e são ineficientes no que diz respeito a influenciar decisões de compra dos consumidores;

- introdução eficiente de novos produtos: busca melhorar todas as fases do processo de alto risco que é o lançamento de novos produtos.

Procedimento específico

O que diferencia o ECR de outros procedimentos de objetivos similares é o seu esforço de englobar *todos* os elos que se mobilizam na colocação de um produto qualquer na prateleira de um supermercado. Parte-se do princípio de que a verdadeira eficiência só é obtida quando os custos totais se reduzem para todos os elementos envolvidos no processo produção/venda; é o que se chama de *relacionamentos colaborativos*.

Assim, mais do que dizer respeito apenas à interface entre o estabelecimento varejista e a empresa produtora do bem – ocorrida quando a segunda recebe o pedido feito pelo primeiro – o Food Marketing Institute dos EUA entende que o ECR envolve eficiência em aspectos tais como:

- a disponibilidade de uma variedade de produtos adequada ao perfil dos consumidores em termos de quantidade e variedade (tamanhos, sabores, embalagens), além de melhor distribuição de espaço para cada item;

- uma reposição que priorize a diminuição/eliminação dos custos no ciclo de encomenda, a partir de dados gerados no ponto-de-venda;

- uma promoção que descarte práticas acumuladoras de estoques e cujos efeitos não consigam influenciar os consumidores;

- melhora do processo de introdução de novos produtos, evitando as altas taxas de insucesso que costumam caracterizar essa iniciativa.

Instrumentos gerenciais

O sucesso na implantação do ECR depende de quatro instrumentos gerenciais básicos: o gerenciamento por categorias, a reposição contínua, o custeio baseado em atividades e o intercâmbio eletrônico de dados (que em inglês corresponde à sigla EDI).

A experiência pioneira dos EUA no ECR mostrou que o gerenciamento por categorias tem sido uma das práticas mais eficientes para alcançar os resultados finais desejados. Seu princípio é o de que os produtos, após serem categorizados como aqueles percebidos pelo consumidor como inter-relacionáveis e/ou substituíveis no atendimento de uma necessidade, devem ser gerenciados como unidades estratégicas de negócios. Assim, o administrador da categoria habitua-se a olhá-la como o faria o consumidor final, facultando a agregação de valor a cada um dos produtos que a compõem.

A reposição contínua se dá conforme as informações obtidas pela leitura dos códigos de barra nos *check-outs* são organizadas e passadas ao distribuidor, que envia diariamente ao produtor das mercadorias uma transação EDI indicando seus níveis de estoque com as respectivas alterações. A partir daí, o produtor se responsabiliza por interpretar os dados, de forma a detonar novo despacho de mercadorias (que pode ser diário) necessário para manter o reduzido nível de estoques previamente acordado com o distribuidor.

A identificação das atividades condutoras de custo no sistema é obtida através do método contábil conhecido como ABC (sigla em inglês para custeio baseado em atividades). É a ferramenta capaz de fornecer detalhes soore a relação causa-efeito dos custos, uma vez que se baseia no entendimento dos processos e atividades pelos quais passa cada produto ou serviço. Diferentemente do método de custeio por absorção, os custos indiretos no ABC são alocados aos produtos conforme a real utilização dos recursos.

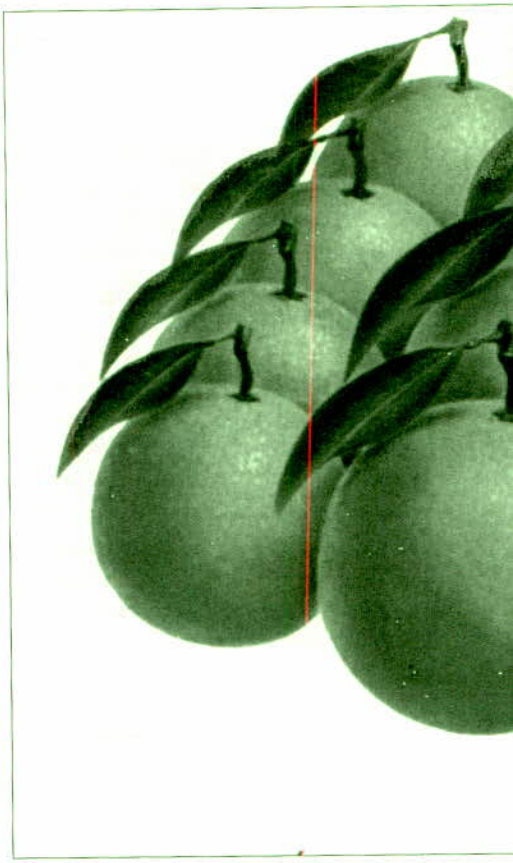
Finalmente o EDI, base sobre a qual se apóia todo o sistema ECR, se refere à troca eletrônica de todas as informações que fluem através da totalidade dos agentes da cadeia. O EDI deve ser fundamentalmente ágil o suficiente para criar a velocidade necessária à completa racionalidade do processo de distribuição.

E-mail: irene@fgv.br

Motivos de otimismo

A produtividade aumentou, a tecnologia ajuda, o clima está melhor e os custos puderam ser afinal rebaixados

EVARISTO MARZABAL NEVES



Desde o final dos anos 80 os pomares paulistas inovam a tecnologia utilizada, com menor espaçamento entre as plantas. As alterações se manifestam também na densidade média de plantio – número de árvores/hectare; pomares antigos e mais espaçados estão sendo erradicados e/ou abandonados e as novas plantações, mais adensadas, realizadas ao longo dos anos 90, já estão produzindo ou prontas para produzir. O padrão de 260 plantas/ha, usado pelo IEA na safra 1996/97, já alcança a média de 288 plantas/ha. A tabela 1 mostra as principais variações ocorridas nos cortes temporais (safras 1996/97 e 1999/2000).

Nesta safra, condições climáticas mais favoráveis e melhor trato cultural elevaram a produção para cerca de 763 caixas/ha – média de 2,65 caixas/pé –, enquanto na safra 1996/97 a produção média por hectare era de 592 caixas/ha ou 2,28 caixas/pé. A produção recorde por pé foi obtida na safra 1989/90 (3 caixas/pé).

O rendimento sólido solúvel/caixa previsto pelas indústrias paulistas é de 6,26 libras na safra 1999/2000, superior ao de 1996/97, que foi de 5,95 libras, sobretudo devido à floração única por variedade e estiagem prolongada.

Efeitos da política econômica

As crises econômicas de 1997,a asiática, e a russa, de 1998, desencadearam uma série de efeitos no mundo todo. Um deles foi o arrefecimento da demanda, que se contrapôs às ofertas mais generosas de diversas *commodities* agrícolas cujos preços despencaram em 1999.

As economias emergentes não foram exceção. A liberação cambial no Brasil, a

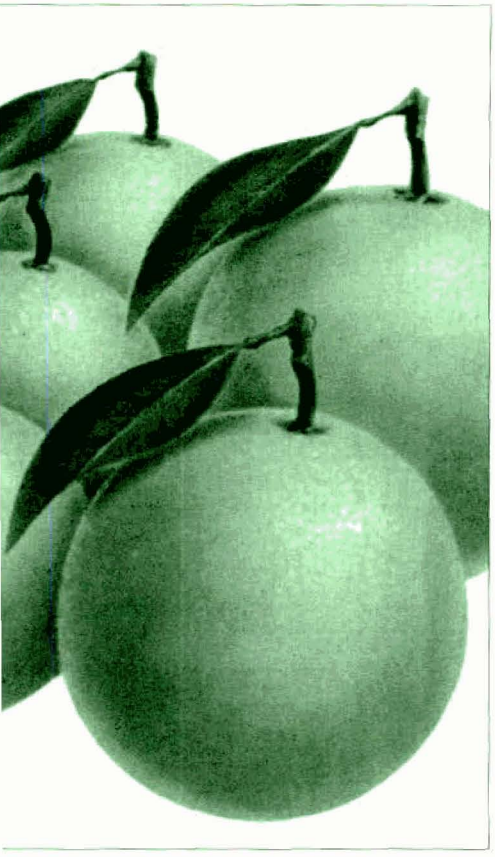
Carpintaria do estudo

Esse texto estabelece custos para a citricultura no ano agrícola 1999/2000, baseado numa atualização das estimativas efetuadas para a safra 1996/97 no estado de São Paulo por Spreen e Muraro em "Cost Associated with Producing and Marketing Bulk FCOJ from São Paulo – Brazil". *Citrus & Vegetable Magazine*, Dec. 1997, p. 6-8.

Esse exercício se apóia nas seguintes pressuposições:

- consolidação da estabilidade da economia do Brasil decorrente do Plano Real, instituído em meados de 1994;
- liberação cambial ocorrida em 13-1-1999, que corrigiu distorções anteriores;
- a análise não representa uma situação particular de produção, mas estabelece uma média, pois o estudo consultado trabalha com planilhas fornecidas pelo Instituto de Economia Agrícola de São Paulo, as quais retratam médias para esse estado referentes ao sistema de produção – coeficientes técnicos (dias-homem, horas-máquinas etc.) – e às exigências de serviços de fatores de produção (fertilizantes, calcário, defensivos etc.) – bem como outros custos (depreciação, taxas sociais, juros etc.) que definem as conhecidas estruturas de custos operacionais totais;
- essas planilhas (matrizes de coeficientes e exigências) não se encontram disponíveis; por isso a atualização das tabelas de Spreen e Muraro, elaboradas em dólares, procura manter constante o que foi determinado pelos autores em alguns itens (defensivos e taxas sociais);
- as alterações vão aparecer principalmente nas variações que ocorrem nesse intervalo de tempo (safras 1996/97 e 1999/2000) no que concerne a densidade, número de caixas/pé, produção por hectare, rendimento em sólidos solúveis e em termos monetários, nos valores médios de serviços e de aquisição de fatores de produção (salários, fertilizantes, calcário, terra etc.) num cenário de recessão e de câmbio livre da moeda. Tais alterações aparecerão no texto ou em nota de rodapé de tabelas, já que ajustam dados médios do Estado de São Paulo;
- não considera oscilações pontuais da cotação do dólar norte-americano e sim uma variação ascendente (US$1,00 = R$1,2106 em 12-1-1999 e US$1,00 = R$1,9786 em 15-10-1999. Fonte: Banco Central do Brasil).

Trata-se de um simples exercício acadêmico, uma aproximação (atualização) para captar variações nos custos operacionais do ano agrícola 1999/2000, num cenário de mudanças tecnológicas, climáticas e cambial.



partir de janeiro 1999, favoreceu as exportações, principalmente de *commodities* dos setores agropecuário e agroindustrial, num cenário de preços internacionais em queda.

As importações diminuíram, ficaram mais onerosas com a desvalorização do real. Mas os setores que dependem de matéria-prima, insumos e/ou materiais importados tiveram seus custos aumentados domesticamente. Na agricultura, os reflexos foram quase instantâneos sobre defensivos, fertilizantes, equipamentos e peças de máquinas agrícolas que têm em sua composição elementos importados.

A recessão, o desemprego crescente, a queda nos salários reais *per capita* e da massa da população assalariada aliados à retração dos preços internacionais no entanto não permitem um repasse automático da variação cambial aos componentes dos custos operacionais na agricultura.

A indústria do "antes da porteira" opera com um aperto maior em suas margens, pois seu maior consumidor (o "dentro da porteira") passa por dificuldades financeiras, principalmente quando tem dívidas ou empréstimos dolarizados, que elevam a inadimplência do setor.

Sem poder repassar na mesma proporção a desvalorização do real, elevam-se os custos de transação, já que as negociações com os agricultores, suas associações e/ou cooperativas são feitas quase "corpo a corpo". E algumas dessas indústrias sofrem perdas reais, como no caso de máquinas agrícolas e fertilizantes, cujos preços em dólares caem no comparativo das safras 1996/97 e 1999/2000 (tabela 2).

1. Citricultura paulista: densidade, rendimento cultural e libras de sólido solúvel por caixa

Safras 1996/97 e 1999/2000

Item	*1996/97*	*1999/2000*
Densidade (árvores/ha)	260	288
Rendimento cultural (cx/ha)	592	763
Rendimento (libras de sólidos solúvel por caixa)	5,95	6,26

Fontes: safra 1996/97: dados de Spreen e Muraro (1997);safra 1999/2000, densidade: Censo 1995. Fundecitrus (Fundo de Defesa da Citricultura Paulista e Expansões e Retrações); safra 1999/2000, rendimento cultural: pesquisa de campo, estimativa; safra 1999/2000, rendimento: indústrias paulistas.

2. Valores nominais de alguns fatores de produção

Serviços e aquisição, em reais

Item	*Set.97*	*Set.99*	*Variação %*
Dólar	1,09	1,89	73,4
Salário mínimo	120,00	136,00	13,3
Trator 61 H.P. MF	23.300	27.560	18,1
Trator 6630 Ford	41.500	47.300	14,0
Óleo diesel (l)	0,41	0,61	48,8
Calcário (t)	17,25	13,90	19,5
Cloreto potássio (t)	272,50	459,00	68,4
Sulfato amônio (t)	242,00	255,00	5,4
Supertriplo (t)	332,00	501,00	50,9
20-5-20 (t)	266,00	370,00	39,1
4-14-8 (t)	225,00	303,00	34,6

Fonte: *Revista Preços Agrícolas*, Caderno de Estatísticas, nov.1997, n.133, p.37; id. out. 1999, n.156, p.37.

3. São Paulo: estimativa de custos de produção de laranja

Safras 1996/97 e 1999/2000

Item	*Safra 1996/1997*			*Safra 1999/2000*		
Atualização	US$/ha	US$/cx	US$/libra	US$/ha	US$/cx	US$/libra
Custos de produção do pomar						
Mão-de-obra	56,65	0,096	0,0161	37,01	0,048	0,0077
Fertilizantes e calcáreo	251,62	0,425	0,0714	195,90	0,257	0,0410
Defensivos	243,12	0,411	0,0690	243,12	0,319	0,0510
Máquinas (custos operacionais)	149,10	0,252	0,0423	103,18	0,135	0,0215
Subtotal	700,50	1,183	0,1989	579,21	0,759	0,1212
Outros custos						
Depreciação (máquinas)	50,67	0,086	0,0144	34,48	0,045	0,0072
Taxas sociais	50,47	0,085	0,0143	50,47	0,066	0,0105
Custos financeiros	56,04	0,095	0,0159	46,33	0,061	0,0098
Subtotal	157,18	0,266	0,0446	131,28	0,172	0,0275
Total	857,68	1,449	0,2435	710,49	0,931	0,1487

Nota: 1 libra = 0,45392kg.

4. Valores/caixa para colheita e transporte de laranja

Safas 1996/97 e 1999/2000: médias em US$ por caixa e US$ por libra de sólidos

Item	*Safra 1996/97*		*Safra 1999/2000*	
	US$/caixa	US$/libra	US$/caixa	US$/libra
Colheita e carga p/ *trucks*	0,530	0,0898	0,275	0,0439
Transporte até a fábrica	0,256	0,0434	0,169	0,0270
Total colheita e transporte	0,786	0,1332	0,444	0,0709

Fonte: safra 1996/97: Spreen e Muraro (1997); safra 1999/2000 – pesquisa de campo; Fundação Getulio Vargas – IGP (índice geral de preços, out.1996–out.1999); Banco Central do Brasil (15-10-1996, US$1,00 = R$1,0243 e 15-10-99, US$1,00 = R$1,9786).

5. Citricultura paulista: investimento necessário

Em US$ por hectare

Item	*Safra 1996/97*	*Safra 1999/2000*
Custo de formação de pomar	2.594,62	2.594,62
Custo da terra	2.070,05	1.127,91
Total	4.664,67	3.722,53

Fonte: safra 1996/97: Spreen e Muraro (1997); safra 1999/2000, custo da terra: IEA – Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Informação Estatística da Agricultura. Anuário IEA, 1998.

6. São Paulo: atualização estimada de custos

Suco concentrado congelado de laranja *bulk* (granel) – porto de Santos

Item	*Safra 1996/97*	*Safra 1999/2000*
Toneladas métricas/hectare	24,2	31,1
Caixas/hectare	592	763
Libra de sólido solúvel/caixa	5,95	6,26
	US$ libra de sólido solúvel	
a) Custos de produção de laranjas no pomar, incluindo custos culturais, mão-de-obra, taxas sociais, depreciação de máquinas, custos financeiros	0,2455	0,1487
b) Custo de capital referente a investimento de terra e formação do pomar	0,1059	0,0850
c) Custos de colheita da fruta e transporte até a fábrica	0,1332	0,0709
d) (=) Custos da fruta posta na fábrica	0,4846	0,3046
e) Custos de processamento industrial menos valor dos subprodutos	0,1491	0,0982
f) Custos incorridos no Brasil para o suco concentrado congelado de laranja posto em navio em Santos, incluindo transporte, despesas portuárias, armazenagem, taxas etc.	0,0289	0,0190
g) (=) Custo do suco concentrado congelado de laranja posto em navio em Santos	0,6626	0,4218

Fonte: Spreen e Muraro (1997).

Custo de produção, investimentos e logística

Em termos reais, os fatores de produção trabalho e terra se retraem também. A recessão econômica, o desemprego, a queda real nos salários em conjunção com a expectativa de uma grande safra e sua repercussão antecipada nos preços dos produtos incidem nos valores dos salários, de empreita e da terra, que apresentam queda em 1999.

O Plano Real e a abertura de mercado favoreceram as importações de alimentos e produtos agroindustriais, com o objetivo de manter a oferta constante e abundante de comida – focada na contenção e manutenção de uma inflação próxima de zero. Os preços da terra e os salários se retraem, prejudicando a formação de capital e renda na agricultura e, por extensão, na citricultura.

A tabela 4 ilustra essa queda no comparativo de safras para a colheita e transporte até a indústria. A tabela 5 mostra a queda da necessidade de investimento de capital para aquisição de terra e formação de pomares.

Crescem os problemas

Os valores obtidos para o comparativo pontual das safras em questão deixam claros os efeitos da desvalorização da moeda num cenário de recessão, elevado nível de desemprego com implicações na queda de salários reais e na massa salarial da população.

As dificuldades de caixa no setor produtivo ante as dívidas e compromissos financeiros atrelados ao dólar impedem o repasse da elevação de despesas do setor de suprimentos ("antes da porteira") para o "dentro da porteira" devido aos aumentos de custos nas importações.

A desvalorização medida real ante o dólar tem sido maior que as variações ocorridas nos preços da mão-de-obra (salário e empreitada). As máquinas e insumos, que aumentam em valores nominais na moeda real, caem em termos reais quando medidos em dólar.

As modificações estruturais verificadas na economia brasileira associadas à evolução tecnológica da citricultura paulista e às condições climáticas favoráveis fazem prever um ganho de competitividade na safra 1999/2000 em comparação com a de 1996/97. Pela tabela 6, vê-se que uma libra de sólido solúvel de laranja posto *bulk* em navio no porto de Santos passou de US$0,6626 para a estimativa de US$0,4218 – uma redução de 36%. Há motivos para esperar substancial redução de custos e aumento de produtividade.

Evaristo Marzabal Neves *é professor titular do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Esalq/USP.*

Questão de competitividade

A economia globalizada provoca deslocamentos de produção e as questões de competitividade estão tomando extrema importância

EDUARDO BELISÁRIO FINAMORE

O setor de leite está passando por rápidas transformações. A criação de novas tecnologias intensivas em capital gera benefícios imediatos para aqueles que as adotam. Até onde vai esse processo? Como ocorre a dinâmica econômica e qual a relação entre os custos da empresa e os preços de mercado?

Noções fundamentais

O preço de mercado é formado pela inter-relação da oferta agregada com a demanda agregada de leite. Não vamos diferenciar os vários mercados que ocorrem num país do tamanho do Brasil; seria preciso fazer uma análise espacial e a delimitação de zonas de influência da região onde o produtor atua.

A distinção entre *ex ante* e *ex post* ou entre longo e curto prazo é particularmente importante, assim como a distinção entre relações micro e macroeconômicas. Ao contrário das funções de produção micro, a função de produção macro é, depois de tudo, uma entidade fictícia. Não existe um único tomador de decisão macroeconômico que aloque otimamente os recursos ou tente maximizar os lucros coletivamente com base nessa função.

Para analisar essa conexão, é preciso levar em conta que as firmas diferem em eficiência produtiva. Se todas fossem idênticas em eficiência, compartilhariam de uma função de produção idêntica. As unidades microeconômicas seriam todas homogêneas e não seria necessário distinguir micro e macro: as funções micro poderiam ser somadas para render uma unidade macro e não existiriam problemas de agregação.

Pensar a distribuição de tamanho das firmas na indústria é imaginar uma distribuição de eficiência entre essas firmas. A função de produção agregada, que gera a oferta agregada, depende crucialmente dessa distribuição de eficiência. É esse o elo perdido na análise de produção em que o conceito de "firma representativa" *à la* Marshal é inaplicável.

Não vamos examinar as propriedades teóricas e empíricas da distribuição de eficiência incluindo suas formas mais plausíveis e sua estabilidade sobre o tempo, mas apenas sua direção de mudança.

Quando mudam as funções de produção

Na conexão entre natureza *ex ante* e *ex post* da função de produção microeconômica, a função de produção e o estoque de capital já existem *ex post*. Eles são dados e representam o curto prazo. O que importa é saber como o produto é alterado quando se altera o emprego de um fator: o deslocamento da distribuição de eficiência desloca também a função de produção agregada.

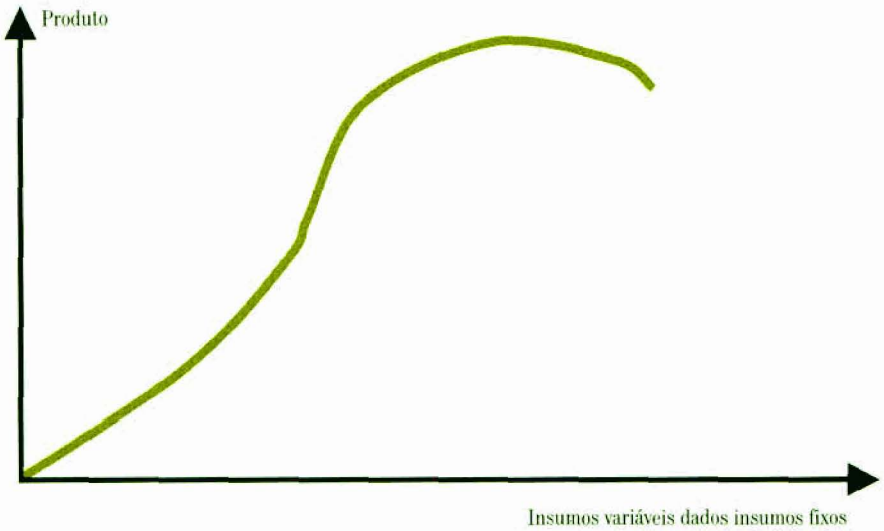
E como se dá a mudança das funções de produção micro? Aqui se trata de pensar na função de produção *ex ante*, representando o grupo das técnicas mais avançadas disponíveis. O progresso técnico desloca essa função *ex ante*. Algumas firmas inovadoras escolhem as técnicas de "melhores práticas" ao longo dessa função e tornam-se portanto as mais eficientes. As defasagens de adaptação criam diferenças entre as firmas.

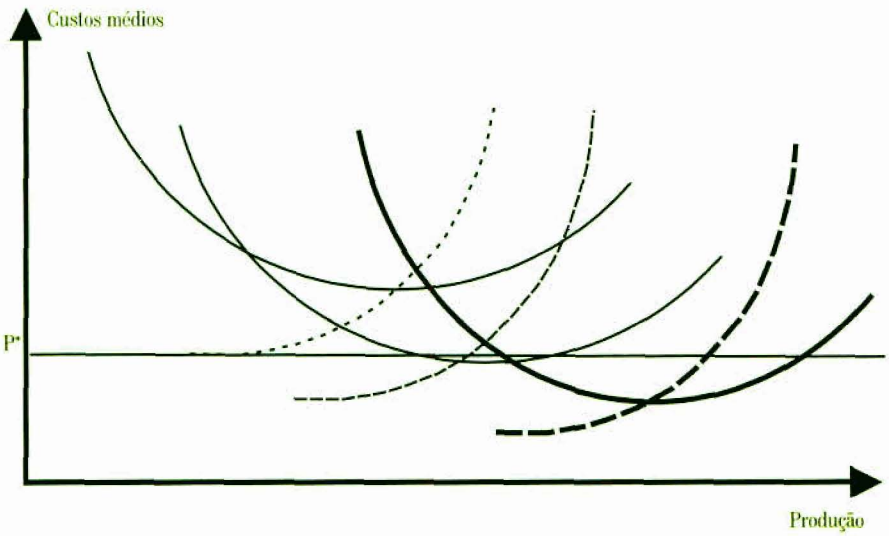
Naturalmente, as funções *ex post* diferem das funções *ex ante*. A função *ex ante* mostra as melhores combinações de insumos para produzir um dado nível de produto e os produtores têm de escolher uma técnica entre muitas alternativas.

Uma técnica é caracterizada por uma coleção de bens de capital com certas especificações. Uma vez instalados esses bens, os produtores não podem alterar suas técnicas de produção, a menos que seus bens de capital sejam modificados em sua especificidade ou completamente trocados por outros.

As funções *ex post* são de curto prazo, pois as técnicas são fixas. A teoria microeconômica mostra que a curva envelope de







funções de curto prazo é a função de longo prazo na qual todos os insumos são variáveis. Em outras palavras, no nível micro, a função de produção de longo prazo é a função *ex ante* da qual as funções *ex post* ou de curto prazo são geradas.

Ilustrando a teoria

Podemos resumir o que foi descrito em dois gráficos. O primeiro mostra uma função de produção de três estágios. O eixo vertical representa o valor do produto e o horizontal representa uma cesta de insumos.

Essa função é uma espécie de curva universal onde a maioria dos fenômenos da natureza estão envolvidos. Supõe-se fixa a quantidade de capital, isto é, a tecnologia e a quantidade de certos fatores de produção. Isto é, existe uma fase de retornos crescentes, e à medida que se acrescentam mais insumos, o produto aumenta mais que proporcionalmente, passando por uma fase de retornos constantes e finalmente alcançando uma fase de retornos decrescentes.

O tipo de rendimentos crescentes, muito citado nos textos teóricos, é pouco relevante do ponto de vista prático e deve ser evitado pela empresa, pois aos rendimentos crescentes de um fator corresponde a produtividade marginal negativa de algum outro.

Dessa função de produção podemos chegar à função custo. Devemos lembrar que a forma da função custo, em U (gráfico 2) é relacionada à forma da função de produção que a originou. A fase de custos médios decrescentes se deve aos insumos fixos, que, à medida que se aumenta a produção, tornam-se cada vez menores. Os custos variáveis também contribuem para essa tendência.

As linhas cheias representam as curvas de custo médio de três fazendas com diferentes níveis de eficiência. As linhas descontínuas representam suas respectivas curvas de custo marginal. A linha paralela ao eixo horizontal é o preço de mercado, dado pela interação entre a oferta agregada e a demanda agregada. A esse preço de mercado, a planta não é competitiva, sendo melhor cessar a atividade. A segunda planta produzirá com lucro zero, e a terceira obterá lucro supernormal.

O nível ótimo de operação

Nas planilhas, o custo de oportunidade do empresário e o nível de juros que deve remunerar o capital devem ser especificados.

A taxa de juros utilizada em planilhas é o custo de oportunidade da remuneração do capital e normalmente varia entre a taxa de remuneração da poupança e a de títulos públicos. A escolha de uma ou outra taxa desloca a curva de custo médio para cima ou para baixo. O mesmo ocorre com o custo de oportunidade do empresário.

No caso do gráfico 2, o empresário da função de custo médio mais elevada, na tentativa de manter-se na atividade, poderá rever seus custos (para baixo, é claro) até que possa alterar sua tecnologia. O empresário então poderá trocar a sobrevivência da empresa por uma sobrevivência pessoal, mais parcimoniosa.

A sobrevivência da empresa é garantida pelo fazendeiro que possui a função custo de lucro zero. Ao preço de mercado, ele paga todos os seus custos fixos e variáveis.

Mas e quanto ao longo prazo? Por quanto tempo ele será competitivo?

A sobrevivência de longo prazo nesse exemplo só é garantida pelo terceiro empresário, que tem a oportunidade de lucros supernormais. Além de garantir sua própria sobrevivência, como agente de produção, remunerar seu capital com juros *normais*, ele obtém um excedente para agregar ao seu estoque de capital anterior.

Esse é o princípio básico do crescimento econômico: amanhã melhor do que hoje. Essa firma tem o melhor potencial

e a melhor probabilidade de sobrevivência e de crescimento a longo prazo.

Teoria econômica evolucionária

Schumpeter discute a questão: a expectativa de adquirir esse valor na forma de lucros de monopólio temporário incentiva ao engajamento numa corrida para ser o primeiro a produzir a nova tecnologia ou informação. O período do monopólio pode não ser muito longo quando comparado com a vida do produto na sociedade.

Mas a agricultura não opera em ambiente de competição perfeita e de lucro zero? Isso é uma simplificação teórica e apenas um ponto de partida. O mercado é heterogêneo e as diferenças fazem parte do mundo real. O lucro supernormal provavelmente não atrairá novos competidores mas incentivará a adoção de novas tecnologias pelos produtores que já estão na atividade, os quais de outro modo terão que abandoná-la.

A teoria econômica evolucionária acentua que a propagação de um novo conhecimento – no caso envolvendo tecnologia e eficiência – é freqüentemente conectada à expansão de capital. A expansão da firma que tem o comando do conhecimento ocorre porque ela obtém um lucro que lhe permite investir. O mecanismo funciona se houver oportunidade para transferir riqueza – através do mercado de capitais por exemplo – de áreas menos para outras mais lucrativas, sendo a área mais lucrativa a que adquiriu o conhecimento.

Os caminhos do conhecimento

Outro mecanismo de propagação é a imitação. A firma observa o que os competidores estão fazendo melhor que ela e detecta o porquê, absorvendo a nova técnica.

O primeiro mecanismo é baseado nos recursos gastos pela firma líder, ao passo que o segundo é baseado no uso dos recursos pela firma que está atrás.

Um terceiro mecanismo de propagação é assumido em modelos ditos epidêmicos, similar mas não idêntico ao segundo.

A diferença se baseia na idéia de pesquisa. Nos modelos de imitação, a pesquisa tende a ser ativa; os agentes se engajam numa ação para descobrir a informação que podem usar. Em modelos epidêmicos, as pessoas que têm a nova informação alcançam aquelas que não a têm, e de algum modo o conhecimento se transfere de lugar, como por exemplo pela contratação dos consultores de outra firma.

O que a história da difusão aponta é que o que está sendo disseminado não é a produtividade do fator. O que se difunde é um conhecimento muito particular de como fazer as coisas. A qualquer momento esse conhecimento será desigualmente distribuído.

A distribuição de eficiência deve ser considerada se quisermos descrever a economia como um todo no qual diferentes pessoas sabem coisas diferentes. A conseqüência disso é que a idéia de uma função de produção agregada torna-se muito dúbia, a menos que uma nova variável seja introduzida, representando a distribuição e a difusão do novo conhecimento.

A função de produção agregada, que gera a oferta agregada, depende crucialmente dessa distribuição de eficiência. É esse o elo perdido na análise de produção em que o conceito de "firma representativa" à la Marshal é inaplicável.

Variância da distribuição do conhecimento

Espera-se que os ganhos de produtividade sejam tão maiores quanto maior for a variância da distribuição do conhecimento. Isso pode explicar por que não só o nível médio de conhecimento é relevante, mas também sua distribuição.

No longo prazo, o deslocamento da escala da fazenda para uma tecnologia superior leva a firma a ter rendimentos crescentes de escala, chamados de externos à firma. O crescimento perpétuo é possível na presença de retornos crescentes à escala ou externalidades.

Até aqui falamos de questões relativas ao futuro do empresário e da empresa. E quanto ao setor leiteiro como um todo? As importações mostram que a eficiência do setor como um todo ainda é vulnerável e portanto é preciso aprender o processo de ajustamento estrutural, particularmente a dinâmica do setor agrícola num contexto de globalização.

Os processos de ajustamento estrutural têm tornado possível a alguns países em desenvolvimento explorar mais diretamente suas vantagens comparativas nacionais e regionais.

Durante os anos 90, a globalização da economia mundial estimulou um fluxo de capital sem precedentes. A expansão das telecomunicações e serviços de informática, embarque e transporte internacional e novas tecnologias, incluindo as aplicações de biotecnologia e redes de informações, também influenciam a globalização econômica. Bens, capital e idéias passaram a ser transportado mais facilmente, criando tanto riscos como desafios.

Anteriormente, os sistemas de mercado de alimentos trabalhavam dentro de estruturas paraestatais controladas e ineficientes, em parte planejadas para trazer benefícios sociais máximos, e não para determinar valor, suprindo os produtores de serviços e oportunidades de valor adicionado.

Os sistemas de mercado competitivos e dinâmicos são reconhecidos como o principal meio de assegurar crescimento econômico ótimo. Com os sistemas econômicos nacionais liberalizados e as tarifas reduzidas dramaticamente, têm ocorrido deslocamentos de produção nacional, regional e internacional e as questões de competitividade estão tomando extrema importância.

E então, o que você está fazendo aí parado?

Eduardo Finamore *é doutorando em Economia Rural – UFV/MG.*
E-mail: *finamore@alunos.ufv.br*

Dívida agrícola

A voz do campo

As lideranças rurais mostram coesão em suas reivindicações. Estima-se que até 80% dos produtores serão beneficiados pela MP 1.918

LUIZ ANTONIO PINAZZA

Os lances em torno da renegociação das dívidas pendentes dos agricultores deste segundo semestre dispensaram qualquer regra cartesiana, como desenvolvem os *lobbies* mais estruturados, e de planos articulados dos outros setores da economia. Diante de pressões crescentes, o governo alterou o texto original da Medida Provisória 1.918, pautada por ações passionais, com a inclusão de itens mais condescendentes e generosos em relação aos pleitos dos devedores.

Nesse episódio, a maior lição a se extrair foi o surpreendente avanço demonstrado pelas lideranças rurais em termos de organização e união. É um fato novo a servir como verdadeiro marco de uma postura que deve ser desenvolvida daqui para a frente.

Outro aspecto a destacar foi a nova interpretação dada por um segmento relevante da mídia com relação a esse crônico problema. Muitos artigos e análises foram reescritos, reconhecendo a contribuição da agricultura para a sustentação do Plano Real.

O mérito da questão

Os estudos da Fundação Getulio Vargas serviram como fonte para a formação da opinião. Há um clima de perplexidade quando se constata que a redução de 38% da renda das lavouras anulou os ganhos de produtividade auferidos nos anos 90.

Pode-se até discutir o tamanho da concessão do governo, porém poucos discordam do mérito que sustentou essa decisão. Estima-se que 80% dos produtores rurais serão beneficiados. O impacto nas contas públicas será da ordem de R$4,3 bilhões – R$1,4 bilhão referentes à ampliação do teto da dívida beneficiada e R$3,9 bilhões às operações dos fundos constitucionais.

A situação do campo fica amenizada nesse novo contexto de renegociação das dívidas securitizadas. Com a queima de 15 milhões de toneladas dos estoques governamentais entre 1995 e 1999, pode-se asseverar que a disponibilidade de grãos estará estreita no próximo ano.

Nesse episódio, a maior lição a se extrair

foi o surpreendente avanço demonstrado pelas lideranças rurais em termos de organização e união. É um fato novo a servir como verdadeiro marco de uma postura que deve ser desenvolvida daqui para a frente.

Para a safra 1999/00, a área plantada permanece estável e há uma redução no consumo de insumos, o que poderá comprometer a produtividade. A tendência é de um mercado praticando preços firmes e mais altos do que em anos recentes no decorrer do próximo exercício. Para a renda do setor, é um cenário positivo.

Dívidas securitizadas: a letra da lei

Pagamento das parcelas vencíveis em 1999 e 2000 – Prorroga as parcelas vincendas em 1999 e 2000 para os produtores com saldo devedor até R$15 mil.

Para saldos devedores superiores a R$15 mil, o pagamento será de 10% do valor da parcela de 1999, prorrogadas para 31-12-1999 as parcelas vencidas em 31-10-1999. No ano 2000, o pagamento será de 15% do valor da parcela.

Os valores não pagos em 1999 e 2000 serão prorrogados para o final do contrato, alongado em mais dois anos.

Bônus de adimplência – Bônus de adimplência de 30% incidentes sobre o valor da parcela para saldos devedores até 31-7-99, até R$50 mil, e de 15% para saldos acima desse valor, aplicados em cascata, mesmo nas parcelas reduzidas de 1999 a 2000.

Exemplo de aplicação em cascata para uma dívida de R$90 mil: sobre a parcela referente a R$50 mil, bônus de 30%; e sobre os restantes R$40 mil, bônus de 15%.

Outras dívidas

Abrangência – Podem ser renegociadas as operações originárias de crédito rural concedido entre 20-6-1998 e 31-12-1997, contratadas, exceto as securitizadas e as operações com juros prefixados.

Dessa forma, podem ser renegociadas as dívidas do Finame, fundos constitucionais, Prodecer, 63 caipira e outras com indexadores.

Juros – De 6%, 7% e 8% ao ano, respectivamente, para valores até R$500 mil, superiores a R$500 mil até R$1 milhão e superiores a R$1 milhão. Os pagamentos anuais dos juros são corrigidos pela variação do IGP-M.

Financiamento para aquisição do título público – Os bancos ficam autorizados a financiar a aquisição dos títulos do Tesouro Nacional, correspondentes a 10,37% do valor da dívida a ser renegociada.

Novos créditos – Os agentes financeiros devem tomar as providências necessárias à continuidade de assistência creditária aos mutuários contemplados com o alongamento de que trata esta lei.

Fonte: Lei n.º 11.918, publicada no Diário Oficial *em 10-11-1999, em função da MP 1.918, editada pelo governo em atendimento ao Movimento dos Produtores Rurais, "Agenda Positiva", em Brasília.*

Mercado volátil

O aumento de liquidez dos contratos futuros tem relação direta com a forte variação dos preços no mercado físico a partir de setembro

ROGÉRIO FERREIRA DE SOUZA

A imprevisibilidade dos preços para o fim do ano-safra 1998/1999 e as incertezas climáticas que afetam a produção de 1999/2000 agitam o mercado e aumentam a volatilidade dos preços, tanto no mercado físico quanto no mercado futuro negociado na BM&F.

Para os agentes participantes do mercado futuro, o aumento da volatilidade do preço funciona como um atrativo a mais, já que as incertezas quanto ao preço futuro acentuam a necessidade de proteger-se – o que no jargão do mercado é conhecido como *hedging*.

Com a entrada do *hedge* nesse mercado, cresceu o número de participantes, o que se reflete em aumento de liquidez dos contratos futuros negociados na Bolsa de Mercadorias e Futuro. Para março de 2000, contam-se 243 posições em aberto, contra 136 no mesmo período de 1999.

O aumento de liquidez dos contratos futuros tem relação direta com a forte variação dos preços no mercado físico a partir de setembro deste ano, quando os agentes do mercado de milho começaram a perceber a disponibilidade interna do produto extremamente ajustada para o segundo semestre.

A alta nas cotações dos contratos futuros decorre do ajustamento ao dólar após a queda da taxa de câmbio ocorrida em novembro. Os preços dos contratos futuros são cotados em dólar, e sempre que ocorre uma desvalorização cambial, o mercado reajusta os preços para evitar a defasagem entre os preços comercializados internamente em reais.

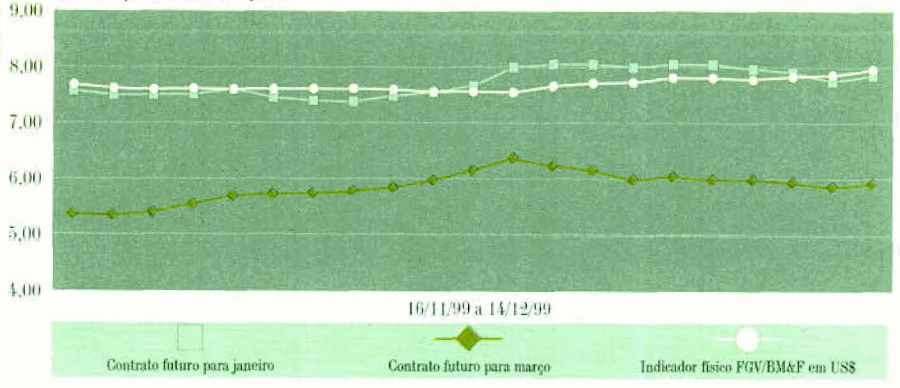
Os contratos futuros de milho no Brasil estão em fase de amadurecimento, dependendo ainda de melhor divulgação quanto a seus mecanismos e formas de operar nesse mercado. Agentes importantíssimos da cadeia de comercialização do milho, produtores e cerealistas, ainda resistem a utilizar os contratos futuros como proteção contra possíveis variações de preço.

O aumento da liquidez e a ampliação dos meios de comunicação farão com que agentes, hoje fora desse mercado, se sintam seguros para utilizar os contratos futuros como forma de assegurar preços remuneradores para seus negócios.

E-mail: roger@fgv.br

Indicador FGV/BM&F e contratos futuros (janeiro e março de 2000)

em US$ por saca de 60 quilos



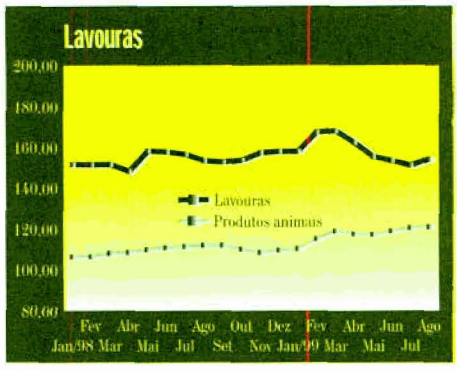
Em janeiro, Agroanalysis publica um especial sobre comércio internacional. Você não pode perder.

ESTATÍSTICAS

LAVOURAS E PRODUTOS ANIMAIS

Vendas fazem preço subir

Os preços dos produtos animais reagiram estimulados pelo aumento das vendas de carne bovina ao mercado externo



Brasil: índices de preços recebidos e pagos pelos agricultores

Valores nominais (base agosto de 1994=100)

Produtos Média	Lavouras	Lavouras - Produtos PGPM	Demais lavouras	Produtos animais	Agropecuária-IPR	Sementes	Fertilizantes	Agrotóxicos	Serviços	Combustíveis	Mão-de-obra	IPP
1991	0,010	0,013	0,007	0,012	0,010	0,014	0,017	0,015	0,014	0,011	0,016	0,015
1992	0,112	0,141	0,079	0,121	0,114	0,144	0,170	0,163	0,182	0,153	0,147	0,159
1993	2,692	3,215	1,903	2,829	2,670	2,914	3,062	3,184	3,380	3,260	3,012	3,113
1994	70,490	73,192	66,860	70,140	70,348	70,358	69,590	69,556	70,490	69,377	78,287	71,441
1995	106,133	106,894	104,206	102,881	105,057	107,525	111,208	105,203	118,388	101,834	193,854	125,843
1996	125,690	136,944	108,126	101,925	117,128	119,544	130,937	113,884	126,825	110,525	239,794	144,119
1997	140,435	140,688	136,530	106,792	128,048	130,709	136,852	121,774	132,098	122,487	259,292	154,506
1998	154,263	158,255	143,619	109,529	137,453	138,743	137,114	129,473	136,252	124,986	270,458	159,693
Jan. 98	151,632	148,744	151,815	106,432	134,528	135,030	136,300	126,541	136,101	124,986	267,369	157,977
Fev.	151,480	148,995	151,032	106,448	134,447	134,975	136,119	127,184	136,223	124,986	266,398	157,819
Mar.	151,552	147,506	153,598	108,022	135,178	135,335	136,609	128,043	136,341	124,986	266,872	158,200
Abr.	148,128	144,400	149,760	108,479	133,386	135,896	137,723	128,778	137,161	124,986	267,932	158,964
Maio	158,331	163,234	145,695	109,987	140,022	137,049	137,693	129,491	137,300	124,986	269,810	159,587
Jun.	157,884	164,206	143,268	110,904	140,168	137,763	137,568	129,652	136,786	124,986	270,932	159,831
Jul.	156,561	165,808	137,992	111,471	139,646	138,638	137,558	130,056	136,632	124,986	270,878	159,981
Ago.	153,418	160,229	138,143	112,079	138,083	140,210	137,881	130,209	135,897	124,986	271,983	160,448
Set.	152,737	160,354	136,396	112,003	137,648	141,204	136,555	130,156	135,446	124,986	271,532	160,111
Out.	153,861	161,818	137,040	110,195	137,540	141,491	136,672	130,840	135,164	124,986	273,050	160,509
Nov.	157,487	166,499	139,180	108,611	138,980	142,944	137,379	130,902	135,429	124,986	273,380	161,030
Dez.	158,080	167,272	139,512	109,714	139,811	144,382	137,313	131,830	136,546	124,986	275,354	161,855
Jan. 99	158,031	165,712	141,449	110,379	140,076	146,054	139,078	133,934	136,726	128,100	275,709	163,383
Fev.	167,456	175,220	150,391	115,172	147,643	148,048	147,878	147,847	140,575	128,100	276,547	168,104
Mar.	168,302	175,771	151,601	119,083	149,868	153,863	152,860	153,310	143,135	136,347	278,525	172,907
Abr.	162,486	170,244	145,620	117,742	145,899	153,940	156,728	157,336	143,872	144,975	276,998	175,515
Maio	155,554	161,819	140,975	117,374	141,674	155,395	160,550	160,259	146,433	145,189	279,300	177,851
Jun.	153,462	157,812	141,592	118,974	141,098	154,548	163,708	162,644	146,410	145,189	277,582	178,466
Jul.	151,119	158,014	135,737	120,581	140,351	154,345	168,197	166,142	146,152	165,021	277,671	183,072
Ago.	154,370	162,175	137,627	121,143	142,551	153,305	173,665	170,085	145,857	175,963	276,999	186,303
Set.	160,143	173,373	135,910	123,843	147,135	153,081	177,703	172,881	148,733	178,786	279,074	188,820
Out.	167,034	180,878	141,772	131,143	154,278							

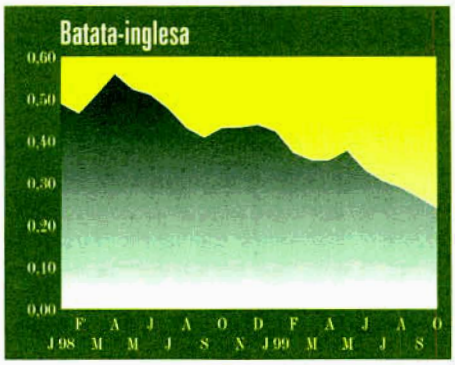
Fonte dos dados primários, brutos: empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras municipais. Elaboração: Centro de Estudos Agrícolas IBRE/FGV.

[1] Lavouras amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos.

BATATA-INGLESA

Preços reduzem plantio

O declínio dos preços do tubérculo provocou uma redução na área de plantio prevista para a próxima safra



Brasil: preços recebidos pelos agricultores

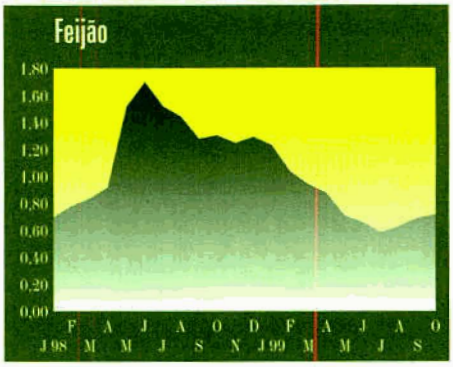
Em R$ de outubro de 1999/unidade

Anos produtos	*Algodão em caroço* (kg)	*Amendoim em casca* (kg)	*Arroz em casca* (kg)	*Banana* (dúzia)	*Batata-inglesa* (kg)	*Cacau* (15 kg)	*Café em coco* (kg)	*Cana-de-açúcar* (t)	*Feijão* (kg)	*Fumo em folha* (kg)	*Laranja* (cento)
Média 1990	0,676	0,586	0,352	0,462	0,534	22,670	0,901	19,702	1,045	2,322	4,833
Média 1991	0,699	0,693	0,447	0,466	0,572	25,682	0,858	21,055	1,038	2,409	3,718
Média 1992	0,616	0,482	0,328	0,343	0,369	25,437	0,739	21,856	0,807	3,341	3,657
Média 1993	0,692	0,613	0,325	0,360	0,403	22,477	0,935	19,521	1,012	2,995	2,896
Média 1994	0,700	0,551	0,315	0,460	0,631	23,621	1,665	20,135	1,217	2,571	3,912
Média 1995	0,612	0,496	0,257	0,685	0,464	21,854	1,507	18,098	0,726	2,382	3,738
Média 1996	0,635	0,507	0,268	0,539	0,358	20,566	1,238	19,715	0,795	2,650	2,386
Média 1997	0,688	0,604	0,278	0,420	0,389	26,091	1,624	20,173	0,715	2,375	2,715
Média 1998	0,585	0,469	0,334	0,431	0,473	27,879	1,453	19,677	1,213	2,365	3,264
Jan. 98	0,676	0,501	0,303	0,373	0,489	27,653	1,841	20,044	0,699	2,377	2,867
Fev.	0,664	0,431	0,303	0,396	0,466	26,226	1,853	19,807	0,781	2,353	2,959
Mar.	0,628	0,418	0,302	0,407	0,511	26,165	1,767	20,295	0,837	2,383	3,406
Abr.	0,582	0,454	0,291	0,407	0,559	26,945	1,641	20,160	0,920	2,340	3,061
Maio	0,557	0,476	0,314	0,441	0,523	29,811	1,452	20,067	1,521	2,346	2,822
Jun.	0,556	0,475	0,324	0,452	0,510	29,589	1,343	19,745	1,702	2,293	3,034
Jul.	0,558	0,500	0,337	0,453	0,477	28,678	1,232	19,517	1,523	2,313	3,069
Ago.	0,571	0,477	0,338	0,454	0,431	28,029	1,258	19,633	1,444	2,306	3,342
Set..	0,559	0,489	0,361	0,454	0,408	28,094	1,223	19,416	1,281	2,364	3,576
Out.	0,559	0,478	0,373	0,454	0,431	27,986	1,223	19,236	1,305	2,412	3,612
Nov.	0,560	0,467	0,385	0,444	0,432	28,119	1,272	19,481	1,249	2,486	3,677
Dez.	0,555	0,462	0,381	0,439	0,439	27,256	1,329	18,725	1,295	2,404	3,745
Jan. 99	0,571	0,457	0,366	0,446	0,423	27,381	1,371	18,227	1,234	2,366	3,977
Fev.	0,569	0,471	0,361	0,416	0,372	35,562	1,444	17,518	1,040	2,232	4,180
Mar.	0,612	0,504	0,343	0,451	0,354	33,854	1,427	17,115	0,944	2,286	4,281
Abr.	0,622	0,526	0,322	0,451	0,354	28,523	1,384	16,799	0,880	2,167	3,808
Maio	0,614	0,560	0,301	0,452	0,377	26,523	1,378	15,856	0,710	2,142	3,240
Jun.	0,618	0,554	0,277	0,480	0,330	27,033	1,428	15,429	0,661	2,195	2,834
Jul.	0,608	0,587	0,273	0,441	0,304	26,243	1,280	15,313	0,587	2,129	2,402
Ago.	0,610	0,651	0,269	0,455	0,289	26,828	1,292	14,980	0,631	2,171	2,378
Set..	0,611	0,672	0,265	0,448	0,265	27,265	1,212	14,723	0,693	2,262	2,282
Out.	0,600	0,700	0,270	0,430	0,240	28,180	1,320	14,700	0,720	2,270	2,230

FEIJÃO

Alta pode se manter

Depois de prolongada queda, os preços se recuperaram e tudo indica que a alta pode se manter nos próximos meses



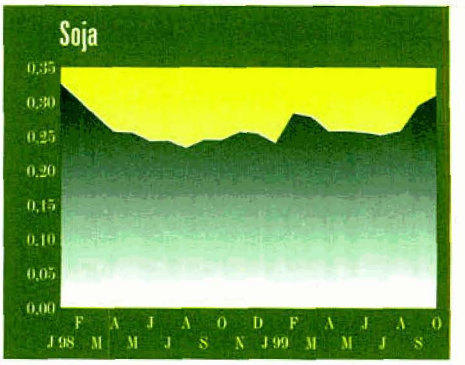
Brasil: preços recebidos pelos agricultores

Em R$ de outubro de 1999/unidade

Anos produtos	*Milho*	*Mandioca (raiz)*	*Soja*	*Tomate*	*Trigo em grão*	*Cebola*	*Mamona*	*Pimenta-do-reino (kg)*	*Sisal (kg)*	*Uva (kg)*	*Bezerro até um ano (cabeça)*
Média 1990	0,236	70,045	0,281	0,634	0,227	0,915	0,335	1,625	0,242	0,438	223,536
Média 1991	0,251	83,883	0,347	0,542	0,228	0,539	0,276	1,340	0,242	0,382	198,003
Média 1992	0,224	94,818	0,359	0,507	0,269	0,571	0,299	1,102	0,223	0,323	180,455
Média 1993	0,230	94,094	0,356	0,477	0,248	0,581	0,338	1,190	0,236	0,664	194,507
Média 1994	0,198	67,585	0,311	0,606	0,206	0,459	0,340	1,922	0,285	0,429	224,259
Média 1995	0,163	95,329	0,234	0,559	0,205	0,633	0,339	2,268	0,344	0,583	198,372
Média 1996	0,189	99,809	0,299	0,464	0,253	0,290	0,334	1,982	0,328	0,241	152,098
Média 1997	0,151	92,896	0,323	0,380	0,182	0,601	0,296	3,837	0,370	0,333	145,418
Média 1998	0,167	86,271	0,262	0,475	0,178	0,508	0,274	4,984	0,327	1,017	146,978
Jan. 98	0,163	83,997	0,326	0,466	0,175	0,501	0,280	4,661	0,326	0,699	143,522
Fev.	0,163	86,625	0,303	0,454	0,175	0,513	0,268	4,451	0,326	0,757	141,874
Mar.	0,163	84,889	0,279	0,477	0,174	0,511	0,267	5,231	0,302	0,825	143,124
Abr.	0,163	80,068	0,256	0,512	0,175	0,466	0,268	4,772	0,303	0,838	146,471
Maio	0,174	81,291	0,255	0,569	0,174	0,406	0,267	4,924	0,314	1,347	147,927
Jun.	0,162	84,112	0,243	0,567	0,185	0,486	0,255	5,547	0,324	1,158	147,841
Jul.	0,174	89,101	0,244	0,558	0,186	0,488	0,267	5,429	0,325	1,174	149,281
Ago.	0,163	87,988	0,233	0,501	0,186	0,454	0,279	5,263	0,338	1,176	148,029
Set..	0,163	87,344	0,245	0,408	0,175	0,501	0,291	4,997	0,349	1,083	149,041
Out.	0,163	88,923	0,245	0,408	0,175	0,629	0,280	4,870	0,326	1,049	148,810
Nov.	0,175	90,485	0,257	0,409	0,187	0,595	0,280	4,786	0,350	1,062	149,233
Dez.	0,173	90,425	0,254	0,370	0,173	0,543	0,289	4,878	0,335	1,040	148,589
Jan. 99	0,183	83,068	0,240	0,389	0,171	0,491	0,297	4,754	0,320	1,143	147,805
Fev.	0,175	83,369	0,284	0,383	0,186	0,427	0,317	4,804	0,328	1,094	148,114
Mar.	0,172	88,589	0,279	0,365	0,204	0,429	0,311	5,430	0,354	0,912	150,170
Abr.	0,172	91,942	0,257	0,343	0,215	0,451	0,322	5,170	0,365	0,923	154,695
Maio	0,161	93,928	0,258	0,388	0,226	0,463	0,334	5,920	0,344	0,915	157,330
Jun.	0,160	86,406	0,256	0,384	0,224	0,480	0,341	6,468	0,362	1,076	153,761
Jul.	0,168	84,654	0,252	0,388	0,220	0,430	0,325	5,905	0,336	1,280	151,530
Ago.	0,165	83,245	0,258	0,434	0,217	0,403	0,331	5,821	0,331	1,292	152,450
Set..	0,173	80,767	0,295	0,438	0,214	0,418	0,336	6,052	0,326	1,274	150,540
Out.	0,180	79,400	0,310	0,450	0,200	0,440	0,330	6,970	0,310	0,000	153,490

SOJA

Cotações se recuperam



A alta do início do ano não se sustentou, mas a partir de agosto as cotações externas se recuperaram e fizeram subir os preços internos

Brasil: preços recebidos pelos agricultores

Em R$ de outubro de 1999/unidade

Anos produtos	*Boi gordo para corte* (15 kg)	*Vaca leiteira de raça* (cabeça)	*Vaca leiteira comum* (cabeça)	*Suíno para corte* (15 kg)	*Frango/galinha para corte* (kg)	*Leite* (kg)	*Lã* (kg)	*Ovos* (kg)	*Mel de abelha* (kg)	*Boi magro* (cabeça)
Média 1990	45,542	1.096,655	672,907	27,223	1,972	0,462	40,731	1,223	4,579	418,652
Média 1991	41,975	884,293	552,902	26,044	1,684	0,433	24,048	1,069	5,365	361,919
Média 1992	40,052	756,823	471,971	22,563	1,478	0,407	38,083	1,040	3,461	337,003
Média 1993	42,449	807,771	502,487	25,214	1,492	0,422	31,642	1,163	3,596	353,316
Média 1994	41,205	1.010,797	614,337	23,198	1,420	0,379	37,529	1,089	4,177	395,161
Média 1995	33,512	1.113,472	623,780	21,023	1,157	0,394	46,488	0,883	7,090	348,764
Média 1996	28,538	906,945	489,240	17,051	1,083	0,348	34,684	0,974	6,986	283,477
Média 1997	28,869	839,643	449,163	19,413	1,014	0,304	37,347	0,943	5,944	273,385
Média 1998	30,201	790,770	421,995	17,916	1,021	0,288	30,569	0,898	6,308	272,286
Jan. 98	29,564	823,175	445,178	18,389	0,979	0,280	40,076	0,804	6,095	266,755
Fev.	29,395	798,463	428,044	18,315	1,060	0,268	33,660	0,839	6,163	266,469
Mar.	29,408	786,828	418,632	18,122	1,058	0,279	32,070	0,860	5,986	272,660
Abr.	29,506	784,967	418,998	18,088	1,048	0,279	33,906	0,920	6,204	276,205
Maio	29,311	779,838	412,483	18,023	1,034	0,290	32,122	0,975	6,190	271,989
Jun.	29,195	779,971	419,459	17,823	1,031	0,301	30,157	0,950	6,277	267,947
Jul.	29,910	789,486	418,108	17,878	1,023	0,302	31,212	0,953	6,428	271,233
Ago.	30,498	789,553	418,619	17,956	1,036	0,303	33,048	0,920	6,544	271,918
Set..	31,169	792,271	418,900	17,681	1,013	0,303	31,984	0,897	6,616	272,678
Out.	31,423	791,751	418,630	17,384	0,990	0,291	26,693	0,897	6,548	275,261
Nov.	31,411	793,137	420,631	17,345	0,992	0,280	23,077	0,899	6,525	277,468
Dez.	31,625	779,794	426,255	17,986	0,994	0,277	18,829	0,867	6,115	276,846
Jan. 99	31,255	767,437	417,761	18,650	0,994	0,274	18,490	0,834	6,240	283,086
Fev.	31,404	755,319	400,551	18,700	1,050	0,263	17,387	0,853	5,974	276,969
Mar.	32,148	741,633	398,876	18,971	1,019	0,268	17,308	0,880	5,891	276,337
Abr.	31,666	752,237	405,312	18,847	0,998	0,268	18,322	0,847	5,836	282,551
Maio	30,377	751,363	412,021	17,244	0,980	0,291	18,385	0,872	5,888	287,921
Jun.	29,921	741,621	405,521	16,996	0,991	0,298	18,807	0,874	5,956	284,548
Jul.	30,900	741,665	395,623	16,719	0,965	0,294	16,813	0,860	5,716	279,953
Ago.	31,108	742,357	388,444	16,541	1,013	0,279	16,262	0,827	6,120	276,179
Set..	32,207	731,446	388,031	16,506	0,948	0,285	15,782	0,825	6,195	272,256
Out.	34,380	727,620	391,110	18,300	0,950	0,290	17,820	0,790	5,970	274,130

IRENE RAGUENET TROCCOLI

Demanda em alta

A situação de mercado de quatro produtos fundamentais no agribusiness brasileiro tem em comum o aumento do consumo

Algodão em pluma

Em mil toneladas

Item	*1996/97*	*1997/98*	*1998/99*
Estoque inicial	181,1	158,6	100,8
Produção	305,7	411,7	525,8
Importação	470,8	316,5	270,0
Consumo	798,7	782,9	800,0
Exportação	0,3	3,1	3,1
Estoque final	158,6	100,8	93,5

A recuperação da oferta interna de algodão prossegue conforme os maiores preços recebidos pelos produtores vêm impulsionando a área plantada. Na passagem para a temporada 1999/00, os estoques não deverão passar de 93,5 mil toneladas, nível baixo frente à necessidade interna de consumo.

Milho

Em mil toneladas

Item	*1996/97*	*1997/98*	*1998/99*
Estoque inicial	5.961,0	6.169,0	2.374,0
Produção	35.716,0	30.188,0	32.234,0
Importação	500,0	1.617,0	1.337,0
Consumo	35.912,0	35.600,0	35.000,0
Exportação	82,0	–	–
Estoque final	6.169,0	2.374,0	945,0

Apesar de a colheita ter sido maior que a anterior na safra 1998/99, o abastecimento está muito apertado e a perspectiva é de que o país venha a contar com um estoque de passagem muito reduzido para a próxima temporada.

Arroz em casca

Em mil toneladas

Item	*1996/97*	*1997/98*	*1998/99*
Estoque inicial	2.301,0	1.378,0	248,0
Produção	9.524,0	8.463,0	11.454,0
Importação	1.223,0	2.073,0	1.050,0
Consumo	11.664,0	11.664,0	11.699,0
Exportação	6,0	2,0	30,0
Estoque final	1.378,0	248,0	1.023,0

A maior atratividade do plantio do arroz na temporada 1998/99 foi providencial, já que o país começara o período com estoque praticamente inexistente. No entanto, a manutenção de demanda interna elevada e a retração das compras externas eclipsaram parcialmente o aumento obtido na colheita, mantendo a situação ainda muito delicada no que diz respeito à disponibilidade inicial para a safra 1999/00.

Soja em grão

Em mil toneladas

Item	*1996/97*	*1997/98*	*1998/99*
Estoque inicial	685	95	108
Produção	26.160	31.364	30.753
Importação	1.450	406	700
Consumo	19.860	22.482	21.956
Exportação	8.339	9.275	9.500
Estoque final	95	108	105

Fonte: Conab, setembro 1999.

Em 1998/99, a produção brasileira de soja praticamente igualou o elevado patamar da temporada anterior, enquanto o consumo interno retraiu-se em 2,3%. Essa situação facultou o aumento das vendas externas, mantendo-se os estoque finais em patamar praticamente idêntico ao de um ano antes.

... E os preços sobem

Chuvas excessivas dificultaram o plantio da próxima safra e fizeram subir os preços

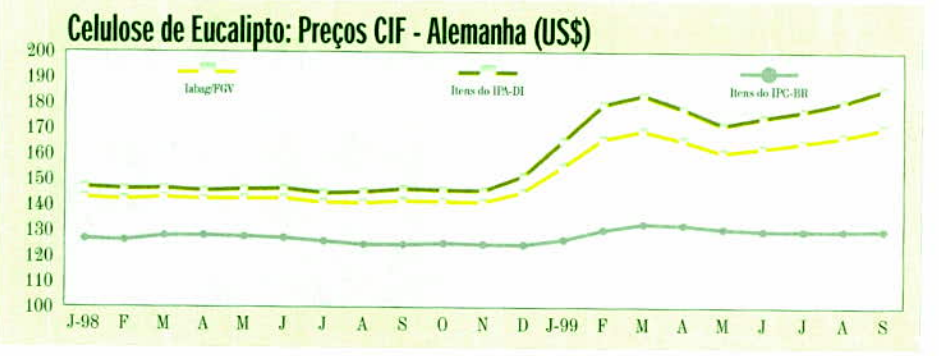
MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

Em outubro, fatores de ordem macroeconômica e aspectos conjunturais ligados à agricultura em seu sentido mais restrito resultaram em continuação dos aumentos do IGP-DI (1,89%) e do Iabag (3%).

Na verdade, naquele mês é comum o registro de alta nos preços da agricultura em plena entressafra. Mas este ano a situação se complicou, com períodos de estiagem seguidos por chuvas excessivas que têm dificultado o plantio da próxima safra.

Continuam a aumentar mais os preços do atacado do que no nível do consumidor. Não há dúvida de que esse resultado tem muito a ver com o desemprego, que retrai o consumidor e leva as empresas a preferirem absorver os aumentos à custa de redução das margens.

Mas há também indicações de que no comércio varejista há transformações estruturais, fusões e aquisições, mais atenção à logística, entre outros fatores que podem estar contribuindo para um aumento da produtividade e uma redução de custos da atividade.



O índice FGV/Abag objetiva avaliar o impacto dos produtos semiprocessados, processados e *in natura* de origem agrícola, no atacado e no varejo, sobre a inflação. O índice é constituído por itens pertencentes ao índice de preços por atacado – disponibilidade interna (IPA-DI) e ao índice de preços ao consumidor (IPC-BR). Em termos de grandes grupos, foram selecionados os integrantes do IPA-DI classificados em alimentação e matérias-primas brutas, e produtos e serviços do IPC-BR, classificados em alimentação (gêneros alimentícios e alimentação fora) e bebidas alcoólicas e fumo.

Índice da Associação Brasileira de Agribusiness – Iabag

Setembro de 1999

Discriminação	*Pond.*	*Var. %*	*Influência %*
Total do mês	100,00	3,00	100,00
Itens do IPA-DI	72,11	3,66	87,99
Alimentação	28,45	1,26	11,96
Matérias-primas brutas	43,66	5,22	76,02
Itens do IPC-BR	27,89	1,29	12,01
Alimentação	25,94	1,38	11,96
Gêneros alimentícios	22,75	1,44	10,91
Alimentação fora	3,20	0,98	1,05
Bebidas alcoólicas e fumo	1,95	0,07	0,05

FGV/Abag - últimos resultados (variações %)

	Iabag/FGV Total	*Itens do IPA-DI*	*Alimentação*	*Matéria-prima bruta*	*Itens do IPC-BR*	*Alimentação*	*Gêneros alimentícios*	*Alimentação fora de casa*
Set.1999	2,01	2,74	1,38	3,64	0,16	0,18	0,26	-0,38
Out.1999	3,00	3,66	1,26	5,22	1,29	1,38	1,44	0,98
Acumulado em 12 meses	24,03	31,83	40,56	25,22	5,48	5,69	6,02	0,44
Acumulado do ano de 1999	21,00	27,00	30,77	23,46	5,95	6,23	6,53	1,12
Out.1998	-0,11	-0,33	0,63	0,94	0,05	0,06	0,10	-0,22

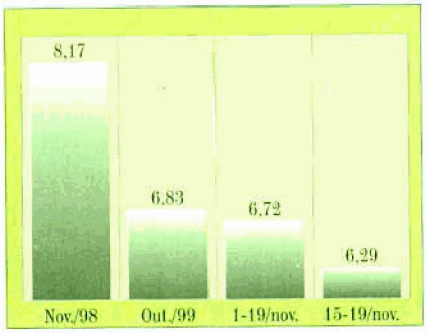
Carlos Cogo*, Irene Troccoli e Rogério Ferreira de Souza

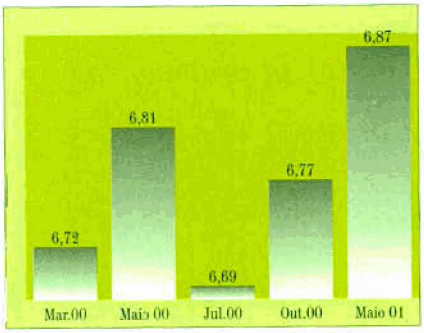
Mercado externo

As previsões de mercado foram feitas no dia 20 de novembro e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de dezembro de 1999.

Média dos primeiros futuros | *Futuros* | *Tendência* | *Fatores ponderáveis*

Açúcar



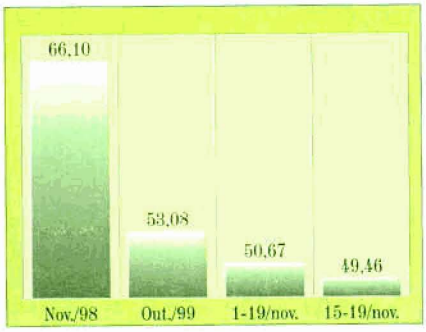


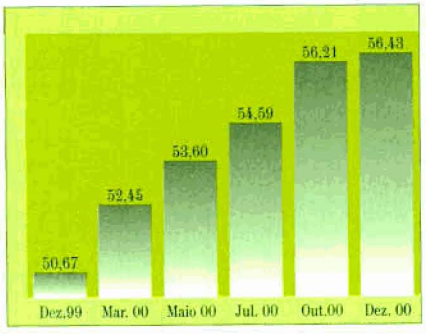


USc/lb. peso mundial branco

A previsão de consumo é de 128,7 milhões de toneladas e a de produção, de 136,5 milhões. Apesar de aumento na demanda, há excedente de oferta, persistindo a condição baixista no mercado futuro.

Algodão



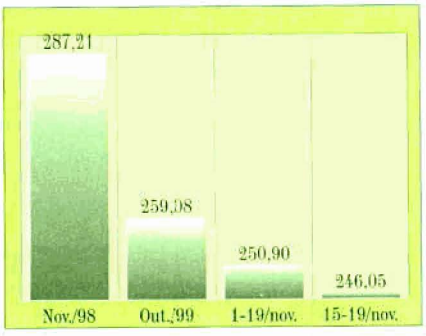


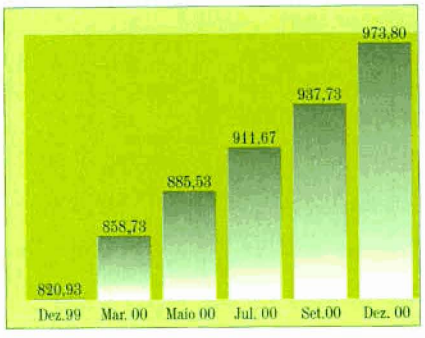


1-1/16" USc/lb. peso

A produção deve totalizar 19,3 milhões de toneladas contra um consumo de 19,2 milhões. Produção acima do consumo mais aumento nas exportações chinesas apontam para tendência de queda das cotações futuras.

Cacau



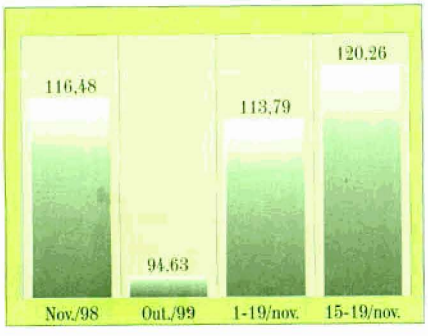


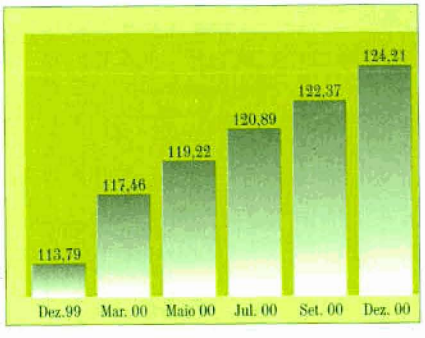


Bahia US$/t

Uma forte oferta do produto das origens pressiona os preços de forma a manter a tendência de baixa e aumenta as posições *long* (vendidos) nos grandes mercados internacionais.

Café





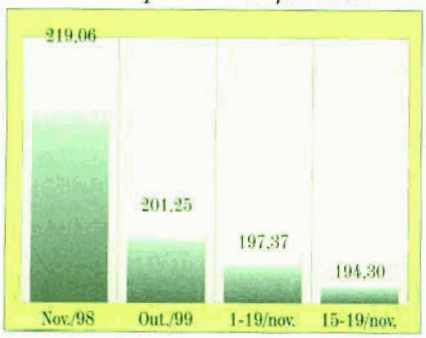


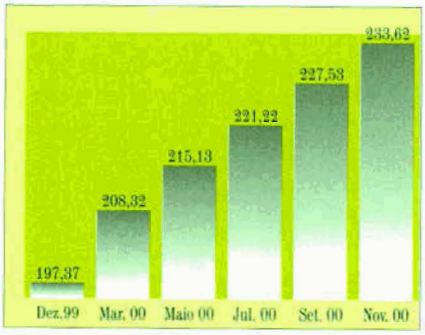
Contrato com Nova York USc/lb. peso

O comprometimento da safra brasileira de 2000 já está razoavelmente absorvido pelo mercado. A ele se somam notícias de novos prejuízos na Colômbia e em outros países produtores.

AGROANALYSIS: mais informação por alqueire de página.

Média dos primeiros futuros | *Futuros* | *Tendência* | *Fatores ponderáveis*

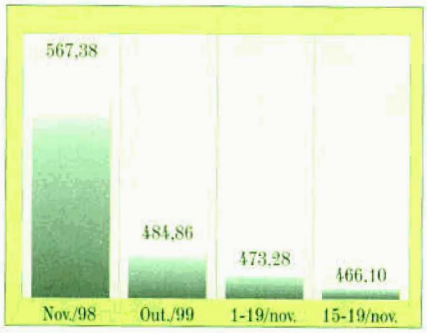


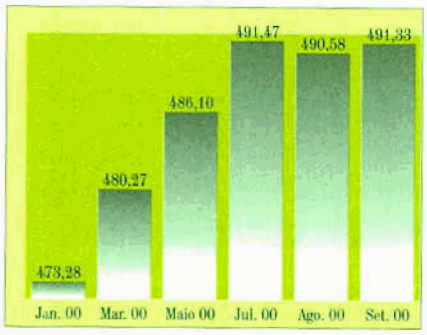


Milho

two yellow US¢/bushel

De acordo com o Usda, o estoque final de milho norte-americano na presente temporada deverá ser 14% superior ao precedente e a China deverá aumentar sua atuação no comércio internacional do produto.

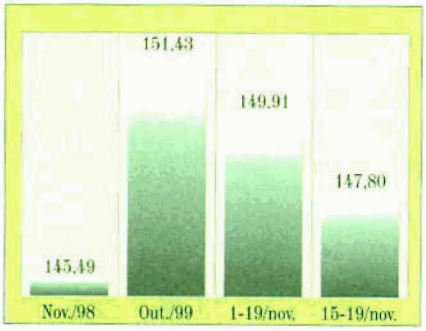


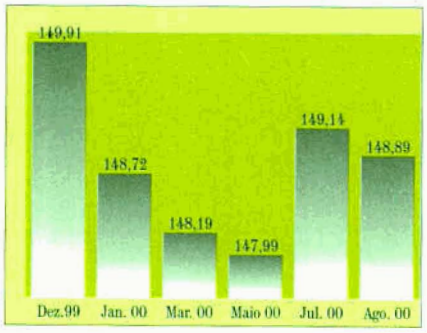


Soja

grão one yellow US¢/bushel

O último relatório do Usda reduziu a safra dos EUA de 73,38 para 72,75 milhões de toneladas, mas o clima favorável à safra sul-americana mantém pressão de baixa sobre as cotações futuras do grão.

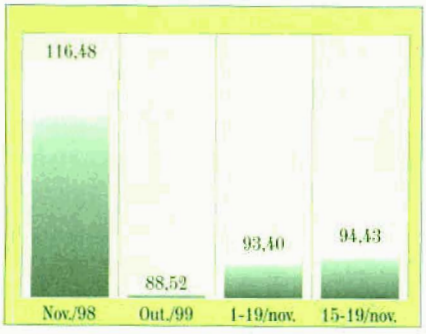


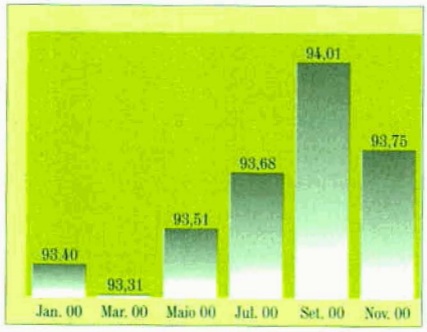


Soja

farelo US$ / t

Aumento da estimativa de produção e estoques finais mundiais mais redução das exportações dos EUA nas últimas semanas levaram à queda as cotações futuras na CBOT.

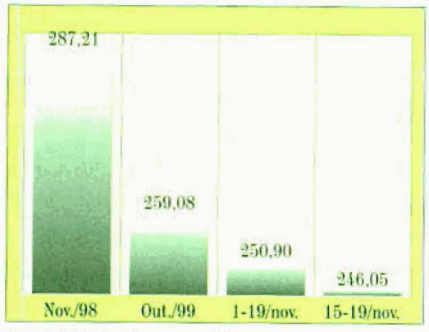


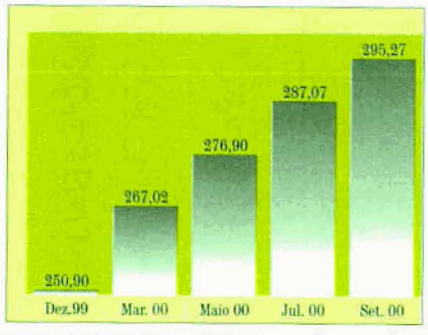


Laranja

suco US¢/lb. peso

As condições climáticas observadas na Flórida no mês de outubro levaram os analistas desse mercado a prever que, em dezembro, o Usda reveja para menos sua expectativa de colheita da safra 1999/00.





Trigo

soft red US¢/bushel

A safra 1999/2000 foi reavaliada para 584,7 milhões de toneladas, aproximando-se do consumo total e promovendo a estabilização das cotações futuras do cereal.

*CARLOS COGO é economista na empresa Agromercados. Organização: Irene Troccoli. Colaborou: Gregory Honczar. Fontes dos dados: Bolsas de Nova York e Chicago.

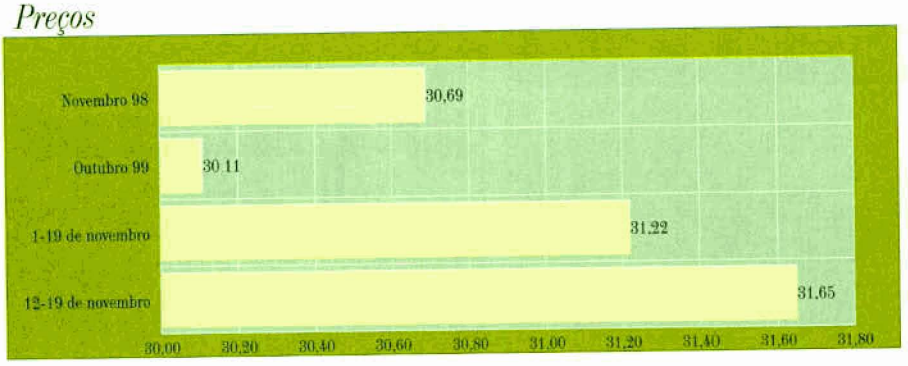
AGROANALYSIS: mais informação por alqueire de página.

Mercado interno

Irene Troccoli, Carlos Cogo e Rogério Ferreira de Souza

As previsões de mercado foram realizadas em 20 de novembro e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de dezembro de 1999. Os preços estão em valores reais, corrigidos pelo IGP-DI para outubro de 1999. Os preços de novembro de 1999 são nominais.

Preços

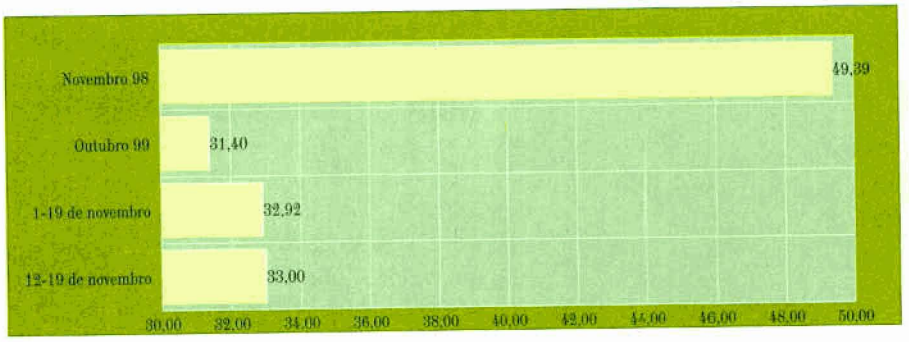


Tendência

Algodão

(6) Sul do Brasil – R$/15kg disponível

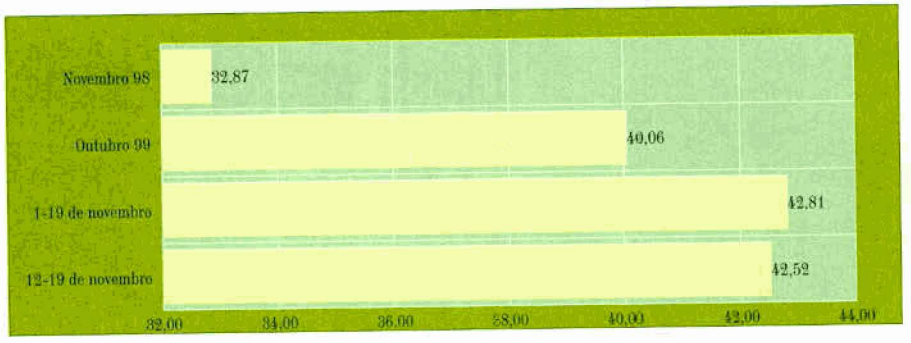
O mercado voltou a reagir e segue em lenta recuperação, absorvendo a quase totalidade de contratos vencidos em dezembro, refletindo a evolução das cotações em nível de produtor.



Arroz

agulhinha R$/sc. 60kg

A estimativa de um estoque final de 1,8 milhão de toneladas, base casca no Mercosul, mantém a expectativa de preços estáveis até a entrada da safra 1999/2000, em fevereiro próximo.



Boi

gordo R$/arroba

A arroba segue em alta nos principais estados produtores, tendendo a estabilizar-se após a normalização das chuvas e um possível aumento de oferta, o que poderia provocar o recuo nas cotações.



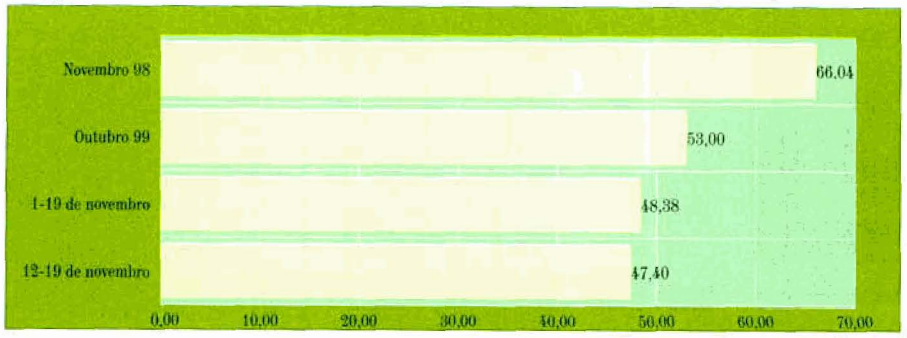
Café

tipo 6 R$/sc. 60kg

Com as expectativas de uma safra menor, decorrente de problemas climáticos ocorridos nas áreas produtoras, os futuros no médio e longo prazos sinalizam recuperação nos preços internos.

AGROANALYSIS: mais informação por alqueire de página.

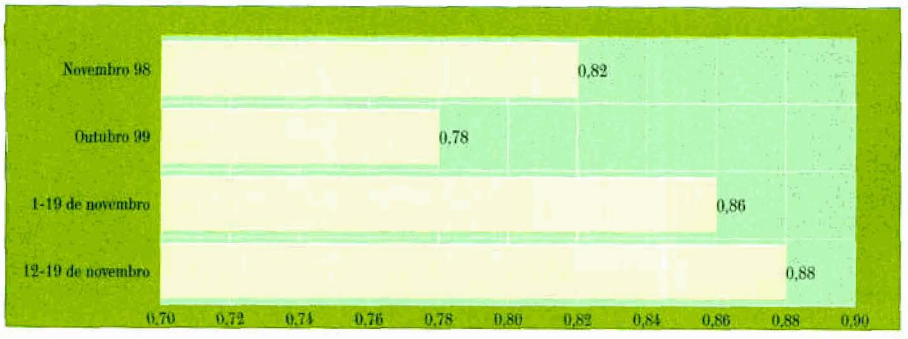
Preços *Tendência* *Fatores ponderáveis*



Feijão

carioquinha especial R$/sc. 60kg

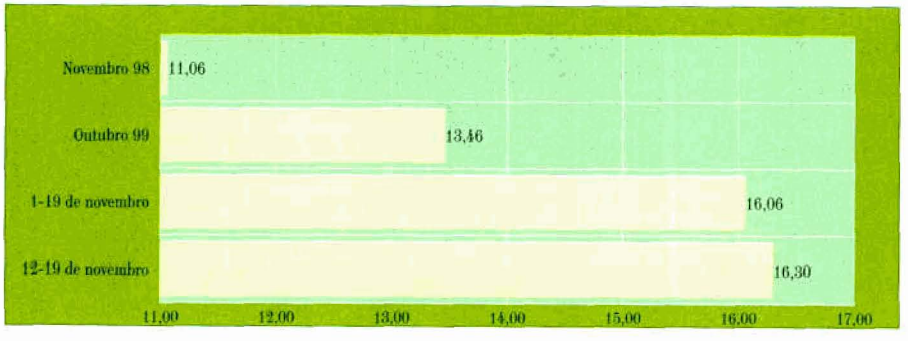
O início da colheita da primeira safra e a normalização do clima na maior parte das regiões produtoras determinaram a volta à estabilidade das cotações em nível de produtor e no atacado.



Frango

vivo R$/kg

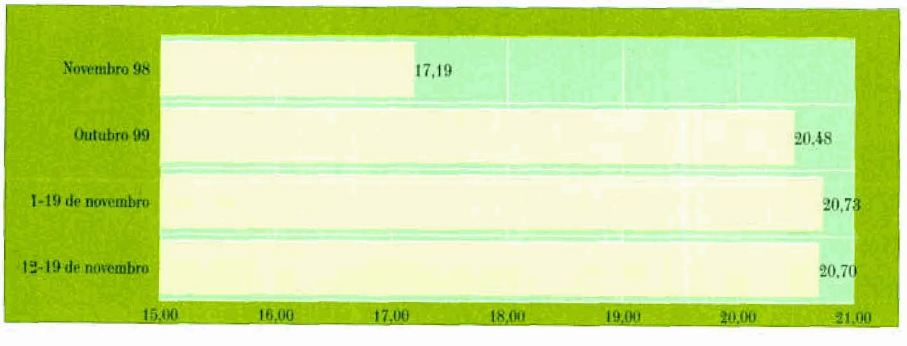
A pressão sobre os custos de produção, gerada pela escassez do milho, junta-se a aproximação do período de alta sazonal da demanda, gerada pela maior demanda nas festas de fim de ano.



Milho

amarelo semiduro R$/60kg

O mercado ressente-se da escassez do milho, valendo-se dos leilões do produto, estocado majoritariamente nos estados do Centro-Oeste, para atender aos segmentos consumidores.



Soja

grão industrial R$/60kg

Com o incremento nas exportações e preços domésticos do frango e do suíno, as cotações mantêm-se firmes, com possibilidade de novas altas até a entrada da próxima safra.

Fontes dos dados brutos: algodão e café – BM&F; Arroz – Instituto Rio Grandense de Arroz; feijão – Sandra Hetzel; milho e soja – Bolsa de Cereais de São Paulo; boi gordo – IEA-SP; frango vivo – APA-SP.
Nota: Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP.

AGROANALYSIS: mais informação por alqueire de página.

DIÁRIO *de bordo*

Bela idéia

ROBERTO RODRIGUES



No Congresso Ibero-Americano de Integração Cooperativa realizado em novembro passado em Madri, a Société de Coopération pour le Dévéloppement International (Socodevi), entidade canadense de apoio a países em desenvolvimento, apresentou uma proposta da maior importância para o cooperativismo brasileiro. Trata-se do reflorestamento de áreas não agricultáveis dos associados a cooperativas agrícolas e seu aproveitamento industrial. Raras propriedades rurais não apresentam alguns hectares impróprios para produção agrícola por serem muito inclinados, pedregosos etc. Além disso, nossa legislação florestal exige os célebres 20% de reserva legal, sobre os quais pagamos impostos e não obtemos nenhuma rentabilidade. A exploração sustentada dessas áreas, dependente de adequação legislativa, poderia ser uma boa fonte de renda extra para os produtores.

A Socodevi apresentou dados muito interessantes: 27% das áreas não submersas do planeta são cobertas por florestas naturais ou plantadas, e surpreende o número da relação entre a área florestada das diversas regiões do globo e sua exploração econômica. Segundo a FAO em 1995, as Américas Central e do Sul detêm a maior área florestada, cerca de 26% do total mundial, seguidas pela Europa do Leste (24%), África (15%), América do Norte e Caribe (15%) e Ásia (15%). A Europa ocidental tem 3% das florestas do mundo e a Oceania, 2%.

No entanto, a América do Sul tem apenas 9% da produção florestal, enquanto a Europa Ocidental tem 16%; a Ásia, 33% e as Américas do Norte e Central juntas, 27%. E, em dados ainda mais notáveis, vemos que a América do Sul comercializa 6% do total mundial, enquanto a Europa negocia 40% e as Américas do Norte e Central, cerca de 34%. Há uma clara desproporção prejudicando os sul-americanos e favorecendo a Europa, a América do Norte e a Ásia. O Brasil é o grande depositário da participação sul-americana.

A indústria florestal movimenta, segundo a Socodevi, cerca de US$300 bilhões por ano. Uma enormidade, comparada com o faturamento mundial do café (US$20 bilhões anuais). Desse total, em 1997 cerca de US$135 bilhões foram gerados no comércio internacional. Os números impressionam e abrem enormes possibilidades para o Brasil. Afinal, um eucalipto pode ser colhido aqui em seis ou sete anos e um *pinus* em 10 ou 12 anos. Nos países nórdicos ou no Canadá, esse tempo pode chegar a 40 anos ou mais.

A evolução dos preços de algumas *commodities* é também reveladora. Usando o índice 100 para 1980, os produtos florestais industriais chegaram, em 1995, a quase 250 (um aumento de 150%), enquanto os produtos agrícolas atingiram em média 110 no mesmo período – ou seja, cresceram apenas 10% com relação ao valor. Até os manufaturados tiveram menor valorização que os florestais: cresceram cerca de 80%. Mantida a tendência, temos um grande negócio em potencial: um produto florestal tem mais capacidade de agregar valor que os produtos agrícolas e com menos investimento.

É a grande vantagem da atividade. Segundo a Socodevi, o custo de reflorestamento de um hectare está por volta de US$500. Após 20 anos, podem-se produzir 200 metros cúbicos de madeira por hectare, a um valor de US$10/m³ da madeira em pé. Se transformada (serrada, aparada etc.), a madeira pode valer 10 vezes mais, cerca de US$100 – um faturamento bruto de US$20 mil/ha. Na média, US$1 mil anuais. E o custo corresponderia ao de uma diária por hectare/ano. Os números precisam ser revistos para o caso brasileiro, mas são alentadores.

Se os produtores associados a um grupo de cooperativas se ocupassem da produção florestal e, para agregar-lhe valor, montassem em sociedade uma indústria que poderia começar com uma serraria, poderiam sofisticar o investimento para produção de cortes de madeira para exportação, movelaria etc.

Em Quebec, no Canadá, há 45 cooperativas no setor. Reúnem trabalhadores que arrendam terras para produzir madeira com cerca de 5.900 sócios e empregados. Produzem 800 mil metros cúbicos de madeira serrada por ano, a um valor de US$279 milhões anuais. Possuem 13 serrarias e plantam 110 milhões de mudas anualmente. Entretanto, além das cooperativas, há um grande movimento florestal em Quebec, gerando 150 mil empregos no estado, com faturamento anual total de US$13 bilhões. É um grande negócio para a região. Quantos milhões de empregos diretos e indiretos não poderiam ser gerados no Brasil?

Além da questão econômica para o agricultor, aí está uma atividade que poderia ser feita em parceria com os trabalhadores rurais. Dando-lhes uma participação no resultado florestal, o proprietário da terra abre uma possibilidade de aumento da renda do trabalhador e esse passaria a ter novo interesse pelo emprego e pela defesa da propriedade.

Tudo isso deve levar em conta ainda o grande ganho ambiental de um projeto dessa natureza. Além do crescimento da renda, a comunidade preservaria o meio ambiente e a biodiversidade.

O programa é atraente especialmente porque existem fontes externas de financiamento que a Socodevi se dispõe a mobilizar. Ajusta-se ainda ao projeto de Commodities Ambientais, em estudo na Abag, que permitirá ao agricultor vender em bolsas papéis certificados de seqüestro de CO_2, que seriam adquiridos por empresas poluidoras.

Roberto Rodrigues *é engenheiro agrônomo e agricultor, presidente da Aliança Cooperativa Internacional e da Associação Brasileira de Agribusiness e professor de Economia Rural da Unesp – Jaboticabal.*



Lançamento do livro no *stand* da Pirelli (Agrishow, Ribeirão Preto-SP). Da esquerda para a direita: Luiz Antonio Pinazza (Agroceres/FGV), Ignez Vidigal Lopes (Ibre-CEA/FGV), Roberto Rodrigues (Abag), Maurício Canineo e Roberto Iunes Jr. (Pirelli) e Regis Alimandro (*Agroanalysis*/FGV).
O livro foi lançado também nos stands da BM&F, Andef e *Panorama Rural*, todos na Agrishow.



O melhor lançamento da safra de publicações sobre o agribusiness.

Já está à venda *Reestruturação do agribusiness brasileiro: agronegócios no terceiro milênio*, organizado pelo economista Luiz Antonio Pinazza, da Agroceres/FGV, e Regis Alimandro, redator-chefe da revista *Agroanalysis*/FGV. O livro é resultado de uma parceria entre o Ibre/FGV e a Abag – Associação Brasileira de Agribusiness.

Com 280 páginas, prefácio de Roberto Rodrigues, presidente da Abag, e texto final do jornalista Nivaldo Manzano, *Reestruturação do agribusiness brasileiro: agronegócios no terceiro milênio* reúne ainda um time de primeira em *marketing*, economia e agronegócios:

- Coriolano Xavier e José Luiz Tejon Megido, do Genoma (ESPM);
- Décio Zylbersztajn, do Pensa (USP);
- Ivan Wedekin e Paulo Rabello de Castro, consultores em economia;
- Marcelo Prado, da Algar Agro e
- Mauro de Rezende Lopes, do Centro de Estudos Agrícolas do IBRE FGV.

Exemplares de *Reestruturação do agribusiness brasileiro: agronegócios no terceiro milênio* podem ser encomendados pelos faxes: Rio (21) 559-5616 e São Paulo (11) 256-5968, pelo telefax (11) 6232-2114 ou pelo e-mail: formula@netpoint.com.br

Soja

Folicur®

Controla oídio e doenças de final de ciclo



www.bayer.com.br

TeleBayer
Discagem Direta Gratuita
0800-115560

Bayer
Proteção das Plantas

ATENÇÃO

Este produto é perigoso à saúde humana, animal e ao meio ambiente. Leia atentamente e siga rigorosamente as instruções contidas no rótulo, na bula e na receita. Utilize sempre os equipamentos de proteção individual. Nunca permita a utilização do produto por menores de idade.

Consulte sempre um Engenheiro Agrônomo

Venda sob receituário agronômico

ANDEF